

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Thiago Borne Ferreira

**EMPRESAS MILITARES PRIVADAS:
Falta De Controle Estatal Ou Gestão Eficiente Do Atrito?**

PORTO ALEGRE

2008

THIAGO BORNE FERREIRA

**EMPRESAS MILITARES PRIVADAS:
Falta De Controle Estatal Ou Gestão Eficiente Do Atrito?**

Monografia apresentada ao curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik

Porto Alegre
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2008

*“Politicians hide themselves away
They only started the war
Why should they go out to fight?
They leave that role to the poor*

*Time will tell on their power minds
Making war just for fun
Treating people just like pawns in chess
Wait till their judgement day comes, yeah!”*

Black Sabbath, War Pigs

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. AUMENTO DOS EFETIVOS MILITARES (1470-1650).....	45
TABELA 2. CINCO MAIORES CONTRATISTAS NO IRAQUE (ABRIL/2008).....	58
TABELA 3. MERCENÁRIOS X EMPRESAS DE SEGURANÇA/MILITARES PRIVADAS	60

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. BATALHA DE BREITENFELD	24
FIGURA 2. TIPOLOGIA DA “PONTA DE LANÇA”	71

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. BAIXAS REGULARES NORTE-AMERICANAS NO IRAQUE (2003-2005)	56
---	----

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	6
1. INTRODUÇÃO	7
2. FRICÇÃO, ATRITO E FATORES HUMANOS NA GUERRA: UM COMENTÁRIO CLAUSEWITZIANO	13
2.1. FRICÇÃO E ATRITO, OU O QUE TORNA AS COISAS DIFÍCEIS NA GUERRA	14
2.2. FATORES HUMANOS NA GUERRA: A MOTIVAÇÃO E A MORAL COMO FORMAS DE SUPERAÇÃO DA FRICÇÃO E DO ATRITO	21
3. MERCENÁRIOS NA GÊNESE DO ESTADO MODERNO: O CASO DA GUERRA DOS TRINTA ANOS (1618-1648).....	29
3.1. DA DEFENESTRAÇÃO À GUERRA	30
3.2. AS CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA	38
4. AS EMPRESAS DE SEGURANÇA/MILITARES PRIVADAS E AS GUERRAS IRREGULARES COMPLEXAS: O CASO DA GUERRA DO IRAQUE (2003-2008)	51
4.1. A GESTÃO DO ATRITO NO SÉCULO XXI	59
5. CONCLUSÃO	78
6. REFERÊNCIAS.....	82

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas contribuíram para a realização deste trabalho de tal maneira que seria impossível deixar de lembrá-las. Nesse sentido, gostaria de agradecer,

Ao professor Marco Aurélio Chaves Cepik, por orientar este trabalho e por proporcionar-me a oportunidade de trabalhar no Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) ao longo do ano;

Ao professor e amigo Fabrício Schiavo Avila, que não só leu e comentou as versões preliminares do trabalho, mas também me presenteou com a bela figura que ilustra a Batalha de Breitenfeld;

Àqueles que estiveram sempre ao meu lado, minha família; minha namorada, Eduarda Figueiredo Scheibe; os amigos Ana Paula Ebeling, Priscila Pimont Berndt e Tiago Estivallet Nunes; os amigos da patota;

Àqueles com quem compartilhei experiências e aprendizados em 2008, os amigos do UFRGS Model United Nations (UFRGSMUN) e do NERINT.

1. INTRODUÇÃO

Em 29 de agosto de 1512, tropas mercenárias espanholas integrantes da chamada Liga Santa¹, a soldo de Lorenzo II de Médicis, duque de Urbino, e do Papa Júlio II, derrotaram os florentinos em Prato e puseram fim à breve independência republicana que Florença conquistara em 1494, justamente contra a Casa de Médicis. Na ocasião, o secretário da Chancelaria da República de Florença, Nicolau Maquiavel, foi preso, torturado e, finalmente, em 4 de abril de 1513, liberado, tendo então se retirado para sua propriedade na Toscana.²

Foi nos anos desse retiro forçado – que se estendeu de 1513 a 1520 – que Maquiavel escreveu as suas três grandes obras teóricas: *O Príncipe* (1513), *Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (1513-1521) e *A Arte da Guerra* (1519-1520). Não obstante o destaque que é preciso reconhecer a *O Príncipe*, talvez a maior obra do autor, não há como deixar de ver que tanto os *Comentários* quanto *A Arte da Guerra* “integram e compõem o núcleo do pensamento maquiaveliano sobre a política, formando um tríptico formidável e quase indissociável” (TORRES, 2008, p. 9 In: MAQUIAVEL, 2008).

A Arte da Guerra é um tratado de estratégia militar dividido em sete livros, cuja tese principal é que se deve pensar a problemática militar dos modernos à luz das lições dos antigos, notadamente dos romanos, os quais, como ninguém, foram capazes de organizar-se militarmente. No primeiro livro, Maquiavel dedica-se a defender a tese de que aquilo que chama de *deletto* – e que em português se diz *leva*, isto é, o recrutamento forçado que serve de base para a triagem dos melhores soldados –, feito entre os súditos, ou entre os nacionais, é a melhor forma de se obter um exército confiável, por oposição aos então freqüentes apelos a tropas mercenárias. A preocupação maior dessa primeira parte é a de introduzir o princípio de que “um exército nacional, comprometido com a defesa direta do território do qual se origina o grosso da tropa e das pessoas que lhe são próximas, é a forma ideal de enfrentar o desafio de ter um povo capaz de defender a si mesmo” (TORRES, 2008, p. 12 In: MAQUIAVEL, 2008).

¹ A Liga Santa foi uma coligação de diversos estados europeus formada sob iniciativa do Papa Júlio II em 1511 a fim de reforçar os Estados Pontifícios e, sobretudo, de defender os estados italianos da mira expansionista do rei de França, Luís XII.

² Nicolau Maquiavel nasceu em Florença, na Itália, em 3 de maio de 1469, e morreu em 2 de junho de 1527, também em Florença. Serviu a corte de Cesare Borgia, governante inescrupuloso e enérgico, até os Médicis derrubarem a República, em 1512, quando Maquiavel foi deposto e exilado. Em 1519, voltou à Florença anistiado e passou a exercer funções político-militares. Em 1527 foi restaurada a República e Maquiavel excluído da política.

A lição aprofunda-se quando Maquiavel se dedica ao exame dos aspectos mais particulares do tema, discutindo os critérios da convocação e escolha dos que podem e devem ser chamados utilmente às tarefas de guerra.

Nos demais livros, Maquiavel busca explorar as outras características essenciais para a formação de um exército. Aborda, portanto, desde a disposição das forças no terreno, fazendo uma comparação entre as armas, sobretudo a infantaria em contraste com a cavalaria, até os formatos do aquartelamento. Finalmente, a última parte do sétimo livro faz uma avaliação da capacidade militar dos Estados contemporâneos. De modo geral, a conclusão dessas comparações será a de que “a arte da guerra dos antigos continuava insuperada e de que é na adoção de seu exemplo [...] que reside a melhor orientação para o estabelecimento de uma força militar que, nos novos tempos modernos, [...] seja capaz de efetivamente atender às necessidades dos sempre inevitavelmente conflitos bélicos de grande escala” (TORRES, 2008, p. 15 In: MAQUIAVEL, 2008).

Àquela época, portanto, Maquiavel já discorria sobre os perigos que a privatização das Forças Armadas pode levar a um Estado. Sobre a guerra, ele coloca que,

“Sendo essa uma arte mediante a qual os homens não podem viver dignamente seja em que tempo for, ela não pode ser usada como tal senão por uma república ou um reino; e tanto uma quanto o outro, desde que bem ordenados, jamais consentiram a qualquer um de seus cidadãos ou súditos a praticá-la como arte; nem jamais algum homem bom a exercitou como uma arte particular. Por que jamais será julgado bom aquele que pratique algo que, para lhe ser útil a qualquer tempo, obrigue-o a ser rapace, fraudulento, violento e possuir muitas qualidades as quais necessariamente não o façam ser bom; tampouco podem os homens que a praticam por arte, tanto os grandes quanto os pequenos, agir de outra forma, porque essa arte não os sustenta durante a paz, donde têm necessidade de pensar em algo para que não haja paz ou aproveitar o máximo possível os tempos de guerra, para que possam na paz sustentar-se. Nenhum desses dois pensamentos cabe a um homem bom, porque do desejo de poder sustentar-se sempre nascem as rapinagens, as violências, os assassinatos, que os soldados praticam tanto contra os amigos quanto contra os inimigos; e, por não desejar a paz, nascem os enganos que os capitães impõem aos que os seguem para que a guerra dure; e, se por acaso vem a paz, ocorre amiúde que os chefes, sendo privados de estipêndios e víveres, licenciosamente juntam um bando de mercenários e sem piedade alguma saqueiam uma província” (MAQUIAVEL, 2008, p. 31-32).

Ao voltar seu olhar para os mercenários, Maquiavel atentava para análise de um fenômeno recorrente na humanidade. Soldados de aluguel têm atuado em operações militares

desde tempos remotos. Os primeiros registros de atividade mercenária remetem à época da construção do Império Egípcio, em cerca de 3000 a.C. (LANNING, 2005). O que talvez tenha passado despercebido para Maquiavel foi o fato de que mesmo os antigos reverenciados por ele em *A Arte da Guerra* incorreram no erro de confiar sua segurança a contratantes privados. No início do século quinto, o Império Romano, já dividido, passaria a depender da mão-de-obra mercenária de tal forma que Lanning apontaria essa dependência como uma das principais causas para o declínio do Império (LANNING, 2005, p. 33).

O término da Guerra dos Cem Anos (1337-1453) deixou um grande número de soldados experientes desempregados por toda a Europa. A partir de então, esses soldados organizar-se-iam em grupos autônomos de mercenários e ofereceriam seus serviços a quem os melhor pagasse. Aqueles que se dirigiram à Itália passariam a assinar seus contratos como *condottieri*, o termo italiano para *contratar*. Na mesma época, mercenários suíços ficariam conhecidos por suas habilidades e extrema lealdade como guardas especiais para reis e líderes militares. A Guarda Suíça do Vaticano foi estabelecida em 1505, e é hoje a companhia mercenária mais antiga em atuação.

Mas se por um lado Maquiavel não foi capaz de perceber a influência negativa das tropas mercenárias sobre Roma, apontou para o fato que talvez resuma a natureza do combatente contratado: a necessidade da existência de guerras. Em oposição a isso, Maquiavel identificou a necessidade do Estado de manter o monopólio do uso da força:

“Deve então uma cidade bem-ordenada desejar que as práticas militares sejam usadas nos tempos de paz para exercícios e nos tempos de guerra por necessidade e por glória, e só ao poder público deixar usá-la como arte, como fez Roma. Qualquer cidadão que em tal exercício tem outro fim não é bom; e não é bem-ordenada qualquer cidade que se governe de outra forma” (MAQUIAVEL, 2008, p. 35).

E ensinou o governante a manter um exército confiável “por meio de uma ordenança” (MAQUIAVEL, 2008, p. 38), *ordinanza*, ou seja, um exército regular ou permanente que se opõe ao exército de mercenários. Mas, antes de tudo, é necessário que encontrar os homens, fazer a seleção daqueles que integrarão as tropas, ou o *deletto*. Nisso, “convém dizer que cada república e cada reino deve escolher os soldados de seu território. [...] Porque se vê, pelos exemplos dos antigos, como bons soldados se fazem à custa de exercícios, no país que for [...]. Escolhendo-os em outros lugares, não se pode chamar *deletto*, porque *deletto* quer dizer subtrair os melhores de uma província e ter poder de escolher tanto os que não querem quanto os que querem combater. Não se pode, portanto, fazer esse *deletto* senão

nos lugares submetidos a ti, porque não podes subtrair quem quiseres nos territórios que não são teus, mas trazer aqueles que querem combater” (MAQUIAVEL, 2008, p. 40).

Mas em meio aos ajustes sociais e políticos do início da Era Moderna, as palavras de Maquiavel foram esquecidas, e a Guerra dos Trinta Anos foi marcada por violentas batalhas travadas, em sua maioria, por soldados da fortuna. O agravamento do caos sistêmico decorrente do conflito colocou em oposição as lógicas capitalista e territorialista de poder (ARRIGHI, 1996). Na gênese do Estado moderno e do novo sistema interestatal capitalista, a revolução militar resultante da Guerra e a destruição levada à Europa colocaram os mercenários no limbo da história. A partir de então, o termo adquiriria a conotação negativa que manteve até a atualidade.

Quase cinco séculos depois de Maquiavel, soldados contratados voltaram a ser atores importantes das guerras. Novamente o caos tomou conta do sistema mundial, anunciando uma nova crise hegemônica. Dessa vez, o término da Guerra Fria deixou um grande número de soldados experientes desempregados por todo o mundo. A partir de então, esses soldados organizar-se-iam em Empresas de Segurança Privadas (PSCs) e em Empresas Militares Privadas (PMCs) e ofereceriam seus serviços àquele que desse o lance mais alto.³ A história, então, se repete. O papel desempenhado por essas empresas na Guerra do Iraque chamou a atenção pública internacional em sua direção, e parece inevitável não compará-las aos mercenários que lutaram a Guerra dos Trinta Anos.

Não se sabe ao certo o número exato de contratistas que atuam no Iraque.⁴ Enquanto que os dados oficiais da Coalizão apontam para cerca de dez mil homens (TRAYNOR, 2003), algumas estimativas afirmam que esse número pode chegar a trinta mil (IISS, 2007). Discrepâncias à parte, o fato é que as PSC/PMCs constituem o segundo maior poder no Iraque depois do Pentágono e compreendem um mercado global estimado em cem bilhões de dólares (WAYNE, 2002).

Esses números representam uma tendência importante. Significam que uma maior parte das missões do exército norte-americano está sendo assumida hoje em dia por corporações militares privadas. Nesse sentido, privatizaram-se, sobretudo, serviços de logística, transporte e fornecimento, delegando-se tais tarefas a companhias que, em grande parte, foram fundadas por antigos militares. Enquanto que para a operação *Desert Storm*,

³ Os acrônimos referem-se aos termos originais em inglês, respectivamente *Private Security Companies* e *Private Military Companies*.

⁴ O termo *contratista* deriva do inglês *contractor*, e é utilizado para designar o funcionário de uma PSC/PMC.

realizada em 1991, somente um entre cada cinquenta membros do corpo expedicionário americano era contratado, em 2003, quando do início das novas operações no Iraque, a proporção passou a ser de um para cada dez. Em outras palavras, 10% das tropas passou a ser composto por soldados contratados (IISS, 2007). Analogamente, segundo cálculos do Escritório de Accountability do Governo Norte-Americano, *US Government Accountability Office* (GAO), 10% dos 13,8 milhões de dólares utilizados entre 1995 e março de 2000 para as missões militares americanas nos Bálcãs foram dirigidos às PSC/PMCs (KANZLEITER, 2003).

Dessa sorte, o objetivo deste trabalho é entender as causas do fenômeno social representado pelo uso de agentes privados nas guerras, especialmente no período moderno caracterizado pela dupla expansão do modo de produção capitalista e do sistema de Estados territoriais para o mundo todo. A resposta provisória a esta pergunta (*Por que os governantes usam empresas militares privadas?*) constitui uma hipótese de trabalho, ou interpretação, sobre o fenômeno que pretende ser abrangente e válida para todo o período moderno.

A hipótese de trabalho que organiza o esforço de pesquisa realizado deriva do argumento mais geral de Giovanni Arrighi (1996) sobre os ciclos sistêmicos de acumulação de capital e as transições hegemônicas. Com base em Arrighi, sustentamos que o uso de mercenários e empresários privados na guerra aumenta significativamente nas fases de transição e caos sistêmico, obedecendo, sobretudo, a uma necessidade de administração dos custos da fricção e do atrito na guerra.

Para aprofundar a compreensão sobre o problema, será utilizado um desenho de pesquisa baseado no método histórico-comparativo. Serão comparados os contextos e os usos dos agentes militares privados durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e durante a Guerra do Iraque (2003-2008).

Além de tentar identificar homologias e diferenças estruturais nos dois contextos históricos, também é importante esclarecer as semelhanças e diferenças entre as formas de recrutamento, organização, motivação e atuação dos agentes privados nestas duas guerras. De maneira geral, a hipótese de trabalho para esta segunda comparação reconhece que entre os *condottieri* da época de Maquiavel, os mercenários da Guerra dos Trinta Anos e as empresas militares privadas de nosso tempo medeia não apenas a evolução das firmas capitalistas e a profissionalização associada ao aumento da divisão social do trabalho, mas também o desenvolvimento tecnológico dos armamentos, da organização das forças armadas, da

democracia representativa e das dinâmicas combatentes e logísticas associadas ao fazer a guerra. Para possibilitar esta avaliação sobre a relação entre o uso de agentes privados e o desenvolvimento do fazer a guerra, será tomado como ponto de partida o conceito de fricção na obra de Clausewitz. Esse conceito será abordado no **primeiro capítulo**, quando também analisaremos a importância dos fatores humanos na guerra. Em seguida, tentaremos aplicar a teoria clausewitziana à Guerra dos Trinta Anos, no **segundo capítulo**, e à Guerra do Iraque, no **terceiro capítulo**. A idéia é que a leitura de ambos os casos ofereça ao leitor a oportunidade de compreender os motivos que levam Estados soberanos a engajar agentes privados nas guerras em detrimento de suas próprias forças regulares. Finalmente, na **conclusão** do trabalho, analisaremos o futuro da indústria da segurança privada e o que os países têm feito para lidar com os problemas oriundos da privatização da guerra.

2. FRICÇÃO, ATRITO E FATORES HUMANOS NA GUERRA: UM COMENTÁRIO CLAUSEWITZIANO

A guerra sempre permeou as relações sociais ao longo do processo civilizatório. “Mais do que um fenômeno violento na vida dos povos, a guerra, paralelamente ao aperfeiçoamento dos armamentos e da tática e estratégia militares, é reconhecida como algo essencial aos próprios Estados” (NUMERIANO, 1990, p. 36). Não foi por acaso que o Império Romano cresceu à medida que fortalecia o poder bélico de suas legiões. Em contrapartida, foi o enfraquecimento do poder ofensivo das armas romanas umas das principais causas que propiciaram a decadência do Império em sucessivas derrotas diante de outros povos guerreiros.

Ainda hoje, explicar o porquê das guerras entre sociedades complexas e o motivo que leva os homens a lutar é uma tarefa difícil. O próprio progresso material e espiritual da humanidade se encarregou de gerar diversas teses para tentar estudar as causas da guerra. Tais estudos, sobretudo quando tentam explicar a guerra, estão quase sempre repletos de mitos alimentados ao longo da história. Implicações classistas, religiosas e culturais estão sempre presentes quando se trata de explicar a guerra, ou antes, analisar suas origens.

John Keegan, por exemplo, vê na cultura a grande determinante para o comportamento dos seres humanos. Para ele, é a riqueza de nossa cultura que nos permite aceitar nossa indiscutível potencialidade para a violência, mas também acreditar que sua expressão é uma aberração comportamental. Nesse sentido, a guerra é apresentada como uma manifestação cultural que precede a própria formação dos Estados: “as lições da história nos advertem que os Estados em que vivemos, suas instituições, até mesmo suas leis, chegaram-nos por meio de conflitos, amiúde do tipo mais sangrento” (KEEGAN, 2006, p. 19). De acordo com o autor, são essas mesmas instituições e leis que impõem restrições à potencialidade humana para a violência e que, na vida cotidiana, irão puni-la como criminosa. Por outro lado, a utilização da violência por parte do Estado, afirma Keegan, tomará a forma particular de “guerra civilizada”.

O pensamento de Keegan vai de encontro à clássica formulação do general prussiano Carl von Clausewitz para quem “a guerra é uma simples continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 27). Essa associação entre guerra e política é apresentada na obra póstuma *Da Guerra*, na qual Clausewitz encara, de modo geral,

“a guerra como um instrumento racional de política nacional. As palavras ‘racional’, ‘instrumento’ e ‘nacional’ são conceitos-chave do seu paradigma. Nesta ordem de idéias, a decisão de empreender a guerra ‘deveria’ ser racional, no sentido de que deveria ser baseada numa avaliação de custos e lucros da guerra. A seguir, a guerra ‘deveria’ ser instrumental, isto é, deveria ser empreendida com vista a alcançar-se um objetivo, e nunca por si própria [...] Por último, a guerra ‘deveria’ ser racional, para que o seu objetivo fosse a satisfação dos interesses de um Estado nacional e para que se justifique que todo o esforço de uma nação seja mobilizado a serviço do objetivo militar” (RAPOPORT, 2003, p. XIII).

Ao descrever a guerra como racional, instrumental e nacional, o general pretendia revelar sua “verdadeira natureza”, despida dos fatores não essenciais de que se tivesse mostrado sobrecarregada em determinados contextos históricos. De sua definição, o autor deduz logicamente que todas as guerras deveriam terminar com a vitória completa de um dos lados sobre o outro, e também que “moderação na guerra é um absurdo”, dado que qualquer falha na utilização dos recursos de que se dispõe vai contra o objetivo da guerra. Essa concepção de guerra Clausewitz chama de “guerra abstrata”, ou “guerra absoluta”.

Para Clausewitz, as guerras reais diferem da guerra abstrata porque as condições idealizadas nunca se verificam. A mobilização de forças não é instantânea; os acontecimentos são governados não apenas por uma casualidade estrita, mas também pelo acaso; os fatores psicológicos são determinantes de relevo nas decisões tomadas pelos homens. Clausewitz agrupa todas essas circunstâncias perturbadoras sob o conceito de *fricção*, alusão óbvia ao conceito análogo invocado pela física para explicar a discrepância entre processos mecânicos reais e ideais.

2.1. FRICÇÃO E ATRITO, OU O QUE TORNA AS COISAS DIFÍCEIS NA GUERRA

A primeira referência de Clausewitz à fricção data de 29 de setembro de 1806. Em carta a sua futura esposa, Marie von Brühl, Clausewitz invocou a *Friktion* para manifestar a sua crescente ansiedade quanto à resistência que as tropas prussianas vinham encontrando frente às forças de Napoleão Bonaparte. A preocupação do general mostrar-se-ia fundamentada. Três semanas após o envio da carta, a França derrotaria os exércitos de Frederico Guilherme III nas batalhas gêmeas de Jena e Auerstadt, fazendo com que o Kaiser tivesse de se exilar na Prússia Oriental (WATTS, 1996). À época da morte de Clausewitz, contudo, sua inspiração original acerca dos efeitos debilitantes da fricção em campo de

batalha já teria se transformado em uma parte central do manuscrito que viria a ser publicado sob o título *Da Guerra*.

“Na guerra, tudo é muito simples, mas a coisa mais simples é difícil”, afirma Clausewitz. “As dificuldades acumulam-se e levam a uma fricção de que ninguém faz corretamente idéia se não viu a guerra” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 83). Mas que dificuldades são essas as quais o autor se refere? Watts (1996) sistematizou, a partir da obra clausewitziana, oito elementos principais de fricção: (a) a natureza intrinsecamente perigosa da guerra; (b) as demandas físicas da guerra; (c) a imperfeição da informação na qual a guerra é baseada; (d) a resistência interna à própria força militar; (e) o acaso, cujas conseqüências os combatentes nunca podem prever; (f) os limites físicos e políticos ao uso da força militar; (g) a incerteza quanto às capacidades do inimigo; e, (h) desconexão entre os fins e os meios da guerra.

Mas o quão completa é essa taxonomia? Se o conceito de fricção é construído a partir daquilo que distingue as guerras reais daquelas do papel, não seria difícil encontrar outras fontes de fricção, sobretudo se considerarmos as guerras modernas. Nesse ponto, devemos lembrar, contudo, de que a guerra “não consiste num só golpe sem duração” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 13). Isso significa dizer que, mesmo ante a evolução das guerras, os fatores de fricção clausewitzianos ainda têm grande peso na condução do conflito.

Antes de conhecer a natureza intrinsecamente perigosa da guerra, tem-se geralmente uma idéia mais atraente do que repulsiva sobre ela. “Investir sobre o inimigo em passo de carga, embriagado de entusiasmo – quem se preocupa então com as balas que assobiam e com os homens que tombam” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 74)? Não conhecemos o verdadeiro horror da guerra até o momento em que tomamos parte dela. A guerra real só pode ser conhecida através da experiência única e pessoal que cada indivíduo tem em campo de batalha. É somente através da prática que o soldado é capaz de perceber o quão difícil é permanecer vivo no front.

Além disso, as demandas físicas da guerra também produzem fricção: “se só pudéssemos dar a nossa opinião acerca dos feitos de guerra, transidos de frio, morrendo de calor e de sede, ou aterrorizados pelas privações e fadigas” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 77), é que poderíamos emitir um juízo acertado sobre ela. “Se falamos de esforço físico foi sobretudo porque ele pertence, tal como o perigo, às causas fundamentais de fricção e porque

a incerteza em que se está sobre o seu grau o aproximam dos corpos elásticos cujo desgaste se sabe ser difícil de calcular” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 78).

Para Clausewitz, o termo informação designa o conjunto de conhecimentos relativos ao inimigo e ao seu país. É, por consequência, a base pela qual se acertam as idéias e os atos na guerra. Mas essa base é bastante frágil e pode desmoronar facilmente, já que “as notícias que nos chegam em tempos de guerra são quase sempre contraditórias e, na maior parte, também falsas” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 79). Desenvolver as habilidades necessárias para discernir qual informação é de fato confiável e qual não é toma tempo e paciência. Dessa forma, na guerra acaba-se apostando na sorte e os planos são traçados através das probabilidades de acerto e de erro. Ademais, também não se conhece a situação do inimigo. Isso pode levar a erros de apreciação e a conseqüentes ações ou inações intempestivas capazes de influenciar positiva ou negativamente o decorrer da guerra.

A fricção é causada, portanto, principalmente pelos perigos da guerra, pelas demandas físicas do combate e pela falta de conhecimento que ocorre durante uma guerra. É causada pela incerteza de cada lado sobre as capacidades e planos do inimigo, e também pelo caos que ocorre entre as forças aliadas quando ordens são mal interpretadas. “A grande incerteza acerca de todos os dados constitui uma dificuldade particular da guerra, pois toda a ação se realiza, por assim dizer, numa espécie de crepúsculo que, por vezes, confere as coisas um aspecto nebuloso ou lunar, uma dimensão exagerada, um cariz grotesco” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 112).

A noção de fricção é, portanto, a única que corresponde, de uma maneira bastante geral, àquilo que distingue a guerra real da que se pode ler nos livros.

“A máquina militar, isto é, o exército e tudo o que faz parte dele, é no fundo muito simples e parece, por conseguinte, fácil de manejar. Mas é preciso nos lembrarmos de que nenhuma dessas partes é feita de uma só peça, que nela tudo se compõe de indivíduos em que cada um conserva a sua própria fricção, sob todos os seus aspectos” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 84).

A realidade é bem diferente já que nela a ausência de verdade e o exagero com o qual as coisas se apresentam revela-se instantaneamente. Os perigos que a guerra conduz e os esforços físicos que exige agravam o mal a tal ponto que podemos considerá-los como as suas principais causas.

Esse excessivo desgaste encontra-se, portanto, por toda a parte, relacionado com o acaso; dá então origem a fenômenos imprevisíveis, justamente porque dependem,

essencialmente, dele. Um desses acasos é, por exemplo, o tempo: certas vezes, a chuva impede um batalhão de chegar a outro lugar no horário desejado porque em vez de marchar-se durante três horas marchou-se talvez sete em terreno amolecido. A ação na guerra é um movimento que se efetua num meio agravado pelas dificuldades. “Assim como na água se é incapaz de executar com facilidade e precisão um movimento tão simples e natural como a marcha, em guerra se é incapaz de assegurar o andamento das coisas, mesmo a um passo médio, com a ajuda das forças vulgares” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 85).

Além disso, toda a guerra apresenta numerosos fenômenos particulares que, por conseqüência, tornam-se um mar inexplorado, cheio de obstáculos a serem superados. Dessa forma, se por um lado o comandante militar deve conhecer a fricção para que possa vencê-la, por outro, nunca terá um conhecimento teórico perfeito a esse respeito. “A fricção, ou aquilo que assim se denomina, é pois o que torna difícil tudo o que parece fácil” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 86).

Então o combate não destrói os exércitos; apenas acelera o processo. O que de fato os destrói é o desgaste diário dos homens e dos equipamentos, ou aquilo o que Dunnigan (2003), em explícita referência à fricção clausewitziana, chamou de *atrito*. De modo geral, o conceito de atrito elenca alguns fatores que não são contemplados pelo de fricção.⁵ O soldado que sente a iminência do combate, em menor ou maior escala, deve estar sujeito a alguma ou a todas as tensões do combate: o perigo, a fome, a sede, a fadiga, a incerteza e tantas outras. A maioria dos militares tem curiosidade sobre a maneira como se adaptariam a essas tensões. Entretanto, quando a luta sobrevém, esses mesmo militares se apresentam de forma bem diferente daquela imaginada, criando uma dissonância entre concepções e realidade, ou entre a guerra abstrata e a real.

A fadiga física e psicológica é uma das conseqüências mais evidentes geradas pela participação em uma campanha militar. Geralmente é causada por intenso esforço emocional, ingestão deficiente de calorias, esforços físicos vigorosos ou condições climáticas adversas. O cansaço também pode ser causado pela sensação de decepção, mas talvez a causa mais comum da fadiga seja a deficiência de sono.

Muitas pesquisas já foram feitas a respeito dos efeitos da redução de sono em atividades militares (BAYNES, 1967; DRUCKER, 1969; SLIM, 1956). Relativamente pouco,

⁵ Conforme tentamos deixar claro ao longo do texto, diversos fatores podem provocar fricção e atrito na guerra. Aqui, elencamos apenas aqueles que consideramos essenciais para a análise do uso dos mercenários na Guerra dos Trinta Anos e das PSC/PMCs do Iraque que ocorrerá nos próximos capítulos.

entretanto, foi estudado com relação a períodos que excedem de 48 horas, talvez levando em consideração que o militar conseguirá um momento para dormir depois desse intervalo de tempo. As pesquisas demonstraram, não surpreendentemente, que a ausência de sono provoca decréscimos no desempenho de atividades militares. Estudos posteriores revelaram que não apenas o fato de não dormir, mas também a perda de qualquer uma das cinco fases do ciclo do sono pode gerar graves transtornos nos indivíduos. Se uma pessoa ficar privada da fase em que se desenvolvem os movimentos rápidos dos olhos⁶, por exemplo, ela se torna excitada e irritadiça; a privação da fase do sono caracterizada pelas ondas de baixa frequência deixa o indivíduo deprimido e letárgico.

Depois de um prolongado período de privação de sono, o decréscimo no desempenho individual se manifesta através de lapsos (KELLETT, 1987). O indivíduo progressivamente experimenta períodos de curta duração, variáveis ao longo do dia, nos quais há uma parada no desempenho ou as reações são mais lentas. Em geral, tarefas que tem alto incentivo e são de curta duração sofrem menos do que as que são prolongadas e repetitivas. Indivíduos diferentes podem, contudo, suportar a fadiga em níveis também diferentes. Nesse sentido, a motivação é uma variável importante, bem como o moral; ambos os aspectos serão discutidos mais profundamente na próxima seção.

De modo geral, contudo, dentre os efeitos da fadiga, tanto no desempenho individual, quanto no moral, está a diminuição na aceitação de riscos, a desatenção e a execução deficiente, bem como a queda do próprio moral. Além disso, a fadiga também pode gerar pânico entre as tropas, questionamentos de liderança e planejamentos equivocados ou mal feitos, mesmo entre militares experientes e de altas patentes. Muitos generais têm cedido ante as grandes responsabilidades de comando, ou têm considerado a participação integral no combate mais importante do que o sono. “O mito de que dormir em combate é pusilanimidade ou manifestação de indisciplina permanece particularmente entre os chefes mais antigos” (KELLETT, 1987, p. 262), apesar de as pesquisas demonstrarem que o desempenho dos que têm encargos intelectuais fica mais comprometido com a privação de sono do que aqueles que têm encargos mais de natureza física.

Manter os homens acordados e atentos, mesmo na iminência de morrer, pode se tornar uma tarefa difícil, passados alguns dias em campo de batalha. “A guerra é o domínio do esforço e do sofrimento físicos. Para poder resistir é preciso uma certa força física e moral

⁶ Conhecido pelo termo em inglês, *Rapid Eye Movements*, este período está relacionado com os sonhos.

que, inata ou adquirida, nos torna indiferentes a esses sofrimentos” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 51). Por ser uma atividade extremamente estressante, o combate é capaz de causar colapso mental em homens pouco preparados, contribuindo, assim, para o aumento das perdas na guerra.

Mas a privação de sono não é de forma alguma a única causa de fadiga entre as tropas combatentes. As longas marchas – com frequência sob condições atmosféricas desfavoráveis e em terreno difícil –, o transporte de equipamento pesado e outros trabalhos físicos são problemas recorrentes. O problema da exaustão mental e física, tanto para comandantes quanto para comandados, pode ainda se agravar em vista das crescentes possibilidades técnicas de prolongar as operações. No passado, a capacidade de uma força de manter operações continuadas era limitada por fatores como a escuridão da noite, o terreno, os obstáculos e as necessidades de suprimento e logística. Atualmente, contudo, as doutrinas militares apostam nesse tipo de operação, visando, sobretudo, o combate rápido e decisivo, através da guerra de curta duração e de grande intensidade, levada a cabo ininterruptamente até a vitória final.

Outros aspectos do combate também podem ser tão debilitantes quanto a fadiga. O clima sempre foi um fator importante no moral. Muito antes de ser forjado o mito do “General Inverno”, que abateu Napoleão e Hitler na Rússia, Sun Tzu já apontava, em cerca de 100 A.C., para a necessidade de conhecermos bem o tempo.⁷ Em sua *A Arte da Guerra*, o súdito do rei de Wu também já afirmava a influência que o terreno exerce sobre o combate. Quase qualquer tipo de terreno – montanhoso, pantanoso, com selvas ou com estepes – pode produzir efeitos psicológicos em tropas não familiarizadas com eles.

Outro fator de preocupação dos soldados durante as campanhas é com a alimentação. “Um exército marcha com o estômago”, indica o aforismo (KELLETT, 1987, p. 270). Tanto o é, que durante a Guerra dos Trinta Anos a aquisição de mantimentos através da pilhagem tornou-se atividade vital para as tropas, que careciam de um sistema logístico confiável capaz de prover-lhes de comida. Contudo, talvez a maior determinante de atrito na guerra sejam o poder de fogo do inimigo e as baixas.

O aspecto mais significativo do combate para o soldado, porque o afeta pessoalmente, é a atividade inimiga, representada particularmente pela potência de fogo e pela

⁷ Por *tempo*, Sun Tzu faz referência às condições meteorológicas, reguladas pela interação do *yin* e *yang* (SUN TZU, 2007, p. 27).

compreensão de que o objetivo do adversário é destruir. “Depois que o fogo inimigo forçou o soldado a buscar abrigo, ele deve fazer um esforço grande até que se exponha novamente, pois o barulho e os perigos do combate tendem em exagerar a potencialidade inimiga” (KELLETT, 1987, p. 280).

Embora perigo e risco, associados com as emoções que suscitam, possam ser de alguma forma amenizados e controlados antes do combate, as diferentes armas de que dispõe o inimigo estão impregnadas de efeitos psicológicos especiais, no decorrer da luta. Na Primeira Guerra Mundial, por exemplo, a artilharia e os gases de combate eram, provavelmente, as armas alemãs mais temidas. Em face das contramedidas disponíveis, o gás de combate, mesmo sendo menos letal em relação a outras armas, era capaz de gerar intenso terror entre os inimigos. Analogamente, as armas que dilaceram e estilhaçam produzem um impacto psicológico muito forte.

Considerando a velocidade com que a indústria bélica vem se desenvolvendo nos últimos anos, e a letalidade cada vez maior dos armamentos, é de se esperar que o poder de fogo do inimigo venha a causar cada vez mais atrito na guerra, não obstante a existência de equipamentos de defesa que cada vez mais modernos. Por outro lado, espera-se também que o atrito sofrido pelas próprias armas e equipamentos venha a aumentar no futuro, dado seu ingresso prematuro em campo de batalha e, por vezes, a má qualidade dos componentes utilizados em sua fabricação (DUNNIGAN, 2003).

Finalmente, o moral pode ser influenciado pelo destino do exército ou da unidade a que pertence um soldado. Pode também ser afetado – nem sempre negativamente –, pelo destino dos companheiros, como o efeito da imagem de mortos e feridos sobre um observador. As baixas são freqüentemente as manifestações mais visíveis e chocantes do perigo. Bidwell (1977 *apud* KELLETT, 1987) concluiu que se um terço de uma força combatente se torna em baixas, a unidade se esfacela psicologicamente caso a experiência se repita. O temor de que amigos íntimos possam morrer tende a desencorajar os soldados em serviço ativo de fazer amizades mais aprazas com seus companheiros, prejudicando a coesão do grupo primário, do qual se falará mais tarde.

Antes do século XX, sobretudo, deveria ter sido particularmente penoso ver tombar ao lado um companheiro. Qualquer progressão ou retraimento obrigava a passar sobre tapes de mortos e feridos, tanto amigos quanto inimigos, e mesmo permanecer em posição exigia dos homens que eles ignorassem a presença de cadáveres nas proximidades. Nem

mesmo os serviços de evacuação e assistência médica, por mais incipientes que fossem à época, eram capazes de lidar com o problema. Estudos de caso recentes revelam, contudo, que alguns tipos de perdas são mais aceitáveis para os sobreviventes do que outros.

A idéia de baixa inaceitável está associada a uma concepção implícita de que as perdas são inerentes ao contexto de eventos importantes e dramáticos (KELLET, 1987). O atrito causado por baixas exógenas ao combate tende, portanto, a ter um impacto mais forte sobre o moral dos homens. De fato, na maioria das grandes guerras, doenças e ferimentos fora de combate causam mais prejuízos aos exércitos do que as próprias mortes em campo de batalha. Doenças como a malária são capazes de tirar de circulação uma companhia (duzentos homens) por dia, e a ocorrência de problemas venéreos é comum entre os soldados (DUNNIGAN, 2003). Além disso, acidentes com veículos e armamentos podem, muitas vezes, revelar-se fatais.

Analisados os fatores de fricção e atrito na guerra, qual a forma mais adequada para superá-los? Clausewitz sugere que o mais importante “lubrificante” para suavizar o desgaste causado pela fricção é o treino, ou o hábito do exército à guerra. Mas para que um treinamento adequado possa ser disponibilizado aos soldados, primeiro é necessário saber o que motiva os homens a lutar mesmo em face a todas as dificuldades que surgem na guerra. É disso que trataremos na próxima seção.

2.2. FATORES HUMANOS NA GUERRA: A MOTIVAÇÃO E A MORAL COMO FORMAS DE SUPERAÇÃO DA FRICÇÃO E DO ATRITO

Convencer pessoas a lutar, e conseguir com que elas o façam de forma adequada, é uma das tarefas mais difíceis para a manutenção de um exército (DUNNIGAN, 2003). Embora termos como “motivação” e “moral”, comumente empregados tanto em meios militares como não militares, sejam de origem mais ou menos recente, a preocupação com aspectos relativos à motivação na guerra pode ser encontrada nos mais antigos registros militares. Há mais de dois mil e duzentos anos atrás, o mercenário grego Xenofonte afirmava que nem efetivos nem força militar trazem a vitória na guerra: “qualquer exército que se lance ao combate com o moral elevado levará de vencida seus adversários” (RICHARDSON, 1978 *apud* KELLET, 1987, p. 11). Muitos chefes e pensadores militares têm, ao longo da história, aludido à importância dos fatores humanos na guerra. Napoleão, por exemplo, acreditava que

“o moral responde por três quartos da luta; o potencial relativo é responsável apenas pelo quarto restante” (HEINL, 1967 *apud* KELLET, 1987, p. 11).

Foram, entretanto, minoria inexpressiva os chefes e analistas perspicazes que dedicaram mais atenção à motivação. Mesmo soldados ilustres e esclarecidos não estavam muito propensos a substituir a disciplina rígida por considerações a respeito de fatores ligados à motivação. A alternância do binômio disciplina e liderança era em geral considerada suficiente para assegurar a subordinação da tropa. “Até o presente século, a disposição do soldado para combater de acordo com as ordens que recebia era considerada como certa, independente do que pudessem os chefes dizer a respeito da necessidade de infundir na tropa agressividade e vigor” (KELLET, 1987, p. 11-12).

Embora alguns chefes individualmente fizessem o que podiam para motivar a participação de suas tropas nos conflitos, as secretarias de guerra procuravam ignorar as necessidades materiais e espirituais dos soldados. O fato de não serem os colapsos morais mais amiudados e constantes nos maiores exércitos dos séculos passados ajustava-se com a tendência conservadora das elites militares em seguir os métodos tradicionais de organização, disciplina e chefia, sob o fundamento de que eram comprovadamente adequados. O surgimento de exércitos com grandes efetivos emprestou mais vigor às considerações a respeito dos fatores de motivação.

“Durante a Primeira Guerra Mundial as rotinas de treinamento e os padrões disciplinares foram alterados, a propaganda foi largamente empregada e se tomaram providências adicionais para melhorar o bem-estar da tropa, tudo com o objetivo de aumentar a disposição para combater. Esses esforços, entretanto, não chegavam a configurar qualquer filosofia abrangente de motivação ou mesmo a criação de agências ou o desenvolvimento de política e práticas visando a melhorar a disposição de combater. Ao final da guerra, diversos exércitos haviam sofrido colapso moral expressivo ou total” (KELLET, 1987, p. 12).

O retorno à paz fez com que os exércitos regulares voltassem às suas práticas de anteguerra. Entretanto, as mudanças tecnológicas e estratégicas provocadas pela guerra, indícios de desmoralização e de colapso psíquico e as tendências políticas e sociais do período de entre guerras, fizeram com que as instituições militares se tornassem mais conscientes dos fatores psicológicos na guerra.

O conceito de motivação é extremamente complexo. A motivação é o “por que” do comportamento, e, segundo Kellet, seu estudo pressupõe uma pesquisa sobre “determinantes

da atividade humana e uma explicação dos processos que jazem por debaixo das ações ostensivas de um indivíduo e que não são atribuíveis, aparentemente, a processos sensoriais ou aos hábitos” (KELLETT, 1987, p. 14). Esses processos subjacentes poderiam ser agrupados em três grandes categorias: (a) determinantes ambientais; (b) anseios, instintos, sentimentos, emoções, desejos, aspirações e necessidades, conscientes ou não, que provocam uma ação; (c) o incentivo ou o objetivo que atrai ou repele o agente.

Apesar de a análise dessas categorias não ser objetivo principal deste trabalho, vale reservar algumas linhas para a apreciação da influência de fatores estruturais no combate, já que a partir deles poderemos compreender algumas diferenças fundamentais entre os exércitos regulares e as tropas mercenárias. Nesse sentido, alguns dos aspectos que contribuem para o fortalecimento do espírito de corpo nas unidades militares em tempos de paz são a compatibilidade, a conformidade, a camaradagem, o espírito de competição, a tradição, o regionalismo e o status. Estes e outros fatores também incidem diretamente sobre o combate, e sua interdependência é importante, sendo potencializada na luta.

Desde a Segunda Guerra Mundial, particularmente em análise sociológica, existe a tendência de considerar a motivação para o combate incluída no conceito de grupo primário.⁸ Apesar de essa ênfase no conceito de grupo primário ter favorecido uma abordagem unidimensional da motivação para combate e ter desviado a atenção de outros fatores – como os conceitos militares tradicionais de disciplina, liderança e espírito de corpo, da variável ideológica e de variáveis individuais como hierarquia, função, e educação –, sem dúvida nenhuma o apoio moral proporcionado pelo grupo foi sempre uma característica importante do combate, tanto no âmbito de pequenas frações como no de unidades maiores. Por outro lado, quando o homem está isolado ou integra um grupo muito pequeno, ele sente falta do “apoio solidário” (MORAN, 1966 *apud* KELLETT, 1987) da fração maior.⁹

⁸ Em sociologia, um grupo é um sistema de relações sociais, de interações recorrentes entre pessoas. Também pode ser definido como uma coleção de várias pessoas que compartilham certas características, interajam uns com os outros, aceitam direitos e obrigações como sócios do grupo e compartilham uma identidade comum – para haver um grupo social, é preciso que os indivíduos se percebam de alguma forma afiliados ao grupo. Grupos primários consistem em grupos pequenos com relações íntimas, e podem ser caracterizados por contatos diretos ou indiretos (GALLIANO, 1981).

⁹ Mas a possibilidade de a coesão ser, em determinadas circunstâncias, antagônica aos objetivos da organização também deve ser avaliada. Referências adicionais sobre o tema podem ser encontradas em Ashworth (1980). Também é interessante perceber que muitos aspectos da coesão podem ser conhecidos pelo exame de alguns fatores que contribuem para a desintegração. Gabriel e Savage (1979), por exemplo, exploram o problema da desintegração do exército norte-americano na Guerra do Vietnã no livro *Crisis in Command*.

Mas se grupos primários coesos contribuem para a eficiência da organização, o sistema de unidades independentes, com suas grandes exigências normativas, tem, tradicionalmente, transmitido essas exigências de forma muito eficiente, destarte sua característica isolacionista. Por exemplo, “o sistema de unidades independentes foi empregado com sucesso para conseguir a lealdade de soldados de populações sob domínio estrangeiro; a teoria da classe marcial e a estrutura social da Índia adaptaram-se muito bem ao sistema de unidades autônomas” (KELLETT, 1987, p. 128).

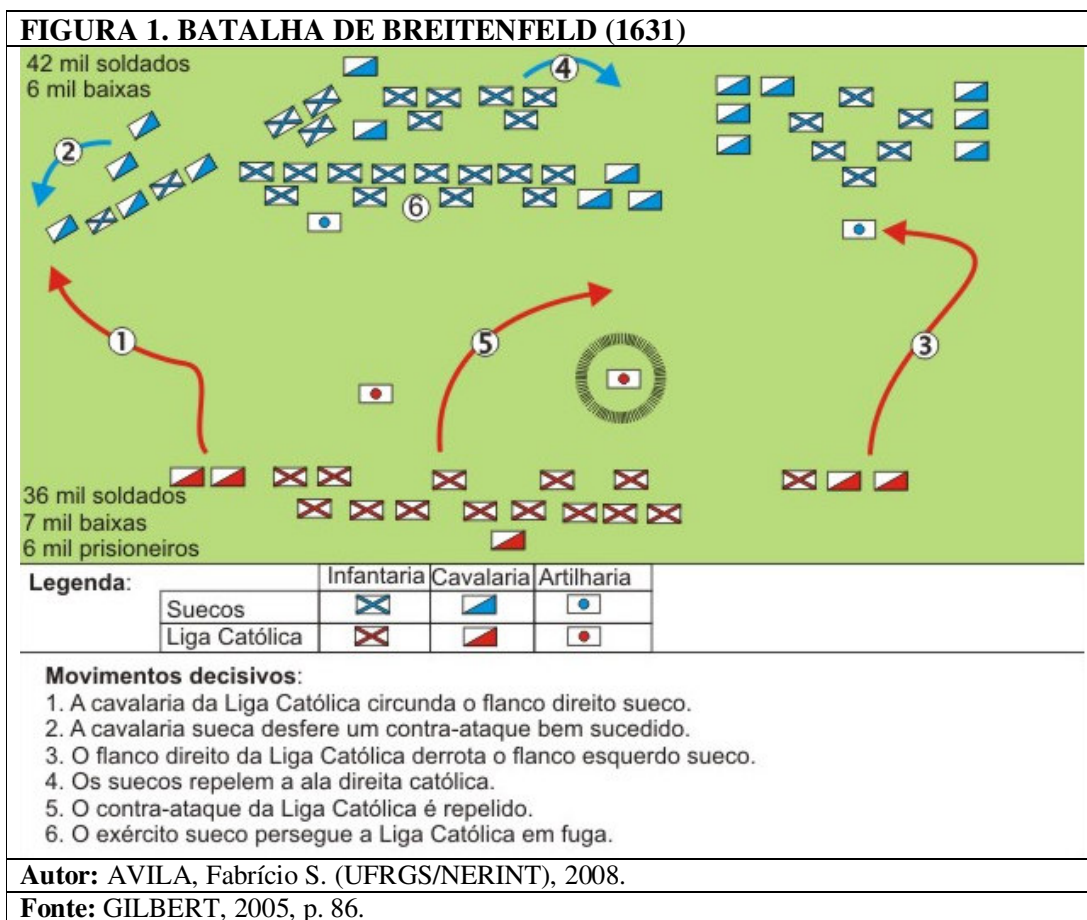
Se recuarmos na História até o período da Guerra dos Trinta Anos, poderemos observar o efeito dos grupos primários e das unidades independentes na organização dos exércitos. Primeiro, consideremos as tropas suecas de Gustavo Adolfo como um exemplo de grupo primário em oposição às unidades mercenárias independentes do Sacro Império Romano Germânico. Agora, analisemos o caso da Batalha de Breitenfeld (1631) para compreender de que maneira grupos primários coesos contribuem para a organização eficiente e sucesso da tropa:

“O confronto em Breitenfeld se abriu com canhoadas. Afligida pela precisão dos tiros suecos, a cavalaria do flanco imperial esquerdo avançou e tentou flanquear a ala direita sueca, mas foi antecipada e repelida em um contra-ataque. Tilly, em seguida, atacou as forças saxãs na ala esquerda do exército de Gustavo. Os saxões foram derrotados e Tilly ordenou que suas tropas avançassem e flanqueassem a esquerda sueca. Gustavo, contudo, conseguiu girar seu exército para enfrentar as tropas de Tilly, anulando a vantagem imperial. A batalha fremia no centro, mas o poder de fogo superior dos suecos venceu invariavelmente. Quando Gustavo ordenou um ataque geral, a infantaria imperial se desbaratou e fugiu sob o fogo da artilharia sueca” (GILBERT, 2005, p. 86).

Tilly, que estava ferido, sofreu 7 mil baixas e seis 6 mil aprisionamentos, de um total de 36 mil soldados. Gustavo teve pouco mais de 6 mil homens mortos ou feridos em seu exército de 42 mil. Breitenfeld foi uma batalha renhida e a vantagem coube aos homens mais bem treinados, destarte a leve superioridade numérica sueca. A batalha foi decidida pela infantaria, pela disciplina e pelo poder de fogo, características essas incorporadas pelos exércitos nacionais modernos. Pesou para a vitória não só a organização das tropas, mas a motivação dos combatentes para lutar e a capacidade dos exércitos regulares de suportar o atrito e não desertar. A figura 1 mostra os principais movimentos da batalha.

O exemplo ilustra, por outro lado, as principais fraquezas inerentes às tropas mercenárias: desunião, indisciplina, insubordinação e falta de espírito de corpo, para citar

apenas algumas. A existência dessas fraquezas está vinculada, primeiramente, ao modo de recrutamento dessas forças, que não seguia qualquer tipo de padrão. Dessa sorte, eram agrupados homens de diferentes origens e que possuíam diferentes formas de encarar a guerra. Enquanto que alguns eram experientes na condução das tarefas militares, outros eram nada mais do que camponeses armados. Em segundo lugar, essa fraqueza está relacionada aos motivos que levavam os mercenários a lutar. Enquanto que os exércitos regulares são formados por nacionais dispostos a dar a vida por uma causa maior, seja ela qual for, os integrantes de forças mercenárias tendem a lutar visando apenas seu benefício pessoal. Em outras palavras, soldados de aluguel, por terem em mente apenas o dinheiro que receberão ao final do contrato, tendem a ser mais propícios à deserção. Outro motivo de fraqueza diz respeito à inexistência de uma clara cadeia de comando dentro das tropas contratadas, o que beneficia a desordem e a desobediência. Dessa sorte, não é de se estranhar que forças mercenárias carecessem da motivação necessária ao trato da guerra.



Atkinson (1964) define a motivação como “as influências imediatas sobre a direção, o vigor e a persistência da ação” (ATKINSON, 1964, p. 11). Vroom (1964, p. 6), por sua vez, define-a como “um processo que orienta as escolhas feitas pelas pessoas ou organismos entre formas alternativas de atividade voluntária”. Dessa sorte, por que lutam os soldados? Para Kellet, a resposta se encontra na motivação:

“A motivação, dentro deste propósito [da guerra], é definida como a estimativa, consciente ou inconsciente, do soldado combatente sobre os prováveis custos e benefícios materiais e espirituais inseridos nas diversas linhas de ação para o cumprimento da missão de combate atribuída. Por isso, a motivação compreende as influências que pesam sobre o indivíduo na escolha da linha de ação, o grau de engajamento nela e a persistência em sua consecução” (KELLETT, 1987, p. 14).

Embora motivação e moral sejam conceitos substancialmente diferentes, a tendência em confundi-los ou tratá-los como sinônimos é algo recorrente. Enquanto que a pesquisa sobre motivação tem sido, na maioria, conduzida por meios não militares, em especial nas áreas de aprendizagem e percepção, o moral tem sido mais discutido em contextos militares. Nesse sentido, os escritores militares tendem a relacionar o moral com aspectos como dedicação à missão, orgulho, coesão, liderança, disciplina e triunfo sobre a adversidade. Além disso, o interesse das organizações militares em moral e motivação está intimamente relacionado com o conceito de eficiência. O moral associa-se, portanto, com a vontade de lutar do soldado, e o estado psicológico da tropa após o combate é definido normalmente em termos de moral elevado ou baixo. “A relação entre moral e eficiência, entretanto, não é bem clara porque o desempenho depende de uma série de fatores, além de motivação e moral” (KELLETT, 1987, p. 15). Um grande dispêndio de recursos pode, às vezes, compensar um baixo nível de moral e de eficiência pessoal. Por outro lado, unidades com exigüidade de recursos materiais e carentes de elementos fundamentais que configuram o moral podem combater eficientemente.

Clausewitz é tido, freqüentemente com razão, como um escritor militar que introduziu na teoria a noção de moral ou das forças morais. Seu modelo simplificado de guerra, “um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 7), carrega em si mesmo a “antítese moral-físico”. A luta emprega as vontades que se afrontam e não somente os corpos: “analiticamente mas não concretamente discerníveis nos lutadores, estes dois termos se dissociam de si mesmos logo que substituímos as armas pelos corpos e as coletividades pelos indivíduos” (ARON, 1986, p. 181-182). Se a guerra é uma relação entre vontades humanas, cujo caráter mais específico é o recurso à

violência física, a dualidade do meio, a violência, e do fim, levar o adversário a fazer o que queremos que ele faça, implica imediatamente que tomemos em consideração a moral.

“Que força ostentará o lutador? Até onde irá sua capacidade de resistência? A dialética da ascensão aos extremos resulta por um lado da indeterminação da força moral” (ARON, 1986, p. 182). Mede-se o peso de um lutador, mas não se mede, de antemão, a sua resistência, a sua obstinação, ou, em uma palavra, sua força moral. Este elemento moral intervém primeiro na vontade do soldado de fazer o outro ceder. Intervém uma segunda vez quando “um teórico passa do cálculo rigoroso ao cálculo das probabilidades e reintegra em seu objeto a dupla incerteza objetiva e subjetiva, uma ligada às circunstâncias materiais, a outra às circunstâncias humanas, incerteza esta que lança um desafio à coragem e que multiplica a [sua própria] resposta” (ARON, 1986, p. 183). Da mesma forma que os economistas se atribuíram freqüentemente, em sua teoria, um conhecimento perfeito dos temas, os estrategistas, para conferir à sua teoria uma aparente cientificidade, negligenciaram uma das características da guerra real, a incerteza sobre a relação das forças e sobre as intenções do adversário. “Desde então, o cálculo racional da teoria simplificada se transforma em cálculo de probabilidades” (ARON, 1986, p. 183): a luta se transforma em um jogo e o acaso intervém.

Na guerra, a incerteza do jogo toma a aparência de perigo, e a tomada de decisões face ao risco exige coragem. Dessa forma, a guerra real revela as virtudes necessárias ao chefe de guerra, não mais somente a força desprovida da vontade que logicamente conduziria ao extremo¹⁰, mas “as qualidades precisas do espírito e do caráter que exige esta atividade singular dos homens que se afrontam com seus semelhantes, todos armados de instrumentos que a ciência coloca a sua disposição” (ARON, 1986, p. 183). É na guerra real, portanto, que desponta a qualidade de *comando*, conforme descrita por Sun Tzu.¹¹

Em *Da Guerra*, Clausewitz se voltou, portanto, à natureza própria do fenômeno guerreiro, à sua significação humana, e forçou os estrategistas a não mais negligenciarem as grandezas morais como um “[d]os mais importantes elementos da guerra” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 183). Essa importância provém justamente do fato de ser o moral o elemento

¹⁰ “A indeterminação da vontade enquanto força moral contribuía, em teoria, para a ascensão aos extremos. Como deixar de ir até o fim já que nunca se pode saber em qual extremidade o outro mantém a resolução de ir? A indeterminação aparece novamente, [...] mas com uma função aparentemente oposta” (ARON, 1986, p. 182-183).

¹¹ Sun Tzu entende por comando a equidade, o amor pelos subordinados e pela humanidade em geral. “O conhecimento de todos os recursos, a coragem, a determinação e o rigor são qualidades que devem caracterizar aquele que investe a dignidade de general” (SUN TZU, 2007, p. 21).

impulsionador do soldado no campo de batalha. Dessa forma altos níveis de moral, proporcionados pelos fatores motivacionais que tentamos explicitar ao longo do capítulo, contribuem para o sucesso das tropas na guerra, uma vez que ajudam o soldado a superar os elementos de fricção e atrito existentes no ambiente de conflito. A seguir, analisaremos os casos da Guerra dos Trinta Anos e da Guerra do Iraque a fim de demonstrar a ação desses fatores sobre tropas mercenárias e tropas regulares.

3. MERCENÁRIOS NA GÊNESE DO ESTADO MODERNO: O CASO DA GUERRA DOS TRINTA ANOS (1618-1648)

Durante muito tempo, a Europa lembraria da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) como tendo sido um dos mais violentos conflitos de sua história. Apesar de o número de vítimas da contenda nunca ter sido calculado com precisão, as estimativas de perda variam de metade da população da Europa Central a uma quinta parte de um total de vinte milhões de pessoas. A carnificina foi tanta ao ponto de alguns historiadores, como Franz Mehring, afirmarem que “semelhante destruição nunca foi suportada por nenhum grande povo civilizado” (*apud* CARNEIRO, 2006, p. 163). Tamanho grau de morticínio e destruição só viria a ser superado com as duas guerras mundiais do século XX. “Em muitas partes da Alemanha, nem mesmo a Segunda Guerra Mundial teve efeitos tão devastadores, com uma perda, em certas regiões, de mais de metade da população e a quase totalidade da colheita e do rebanho” (CARNEIRO, 2006, p. 163).

Para alguns autores, mais do que uma guerra, “foi uma crise geral que marcou o século XVII como um século de estagnação ou até mesmo decréscimo demográfico e econômico, discutindo-se apenas se a guerra teria sido uma das causas ou a maior consequência dessa situação de declínio e decadência gerais” (CARNEIRO, 2006, p. 163). Visto tradicionalmente pela historiografia europeia (GAXOTTE, 1963; HARTUNG, 1964; LEE, 1994; PARKER, 1995) como um período de atraso e regressão, de guerra e pestes, marcado por deflação, colapso monetário, queda de produção e população, o século XVII teria sido “comprimido” entre as glórias do século XVI, expansão marítima e descobertas, e as luzes do século XVIII, período do florescimento dos movimentos de ilustração e das grandes revoluções democrático-burguesas, como a Revolução Francesa de 1789. Nesse sentido, as catástrofes geradas pela Guerra dos Trinta Anos só intensificaram o clima de desespero, de intolerância e de violência e destruição generalizadas que tomavam o continente europeu.

“O século barroco, inquisitorial, da Contra-Reforma e da guerra de religiões, alcançou seu momento mais baixo com a Guerra dos Trinta Anos, marcado com o dilaceramento de milhões de mortos, como resultado de um uso empresarial da guerra com métodos modernos, usados por todos os estados, tanto os pequenos principados como as grandes nações, católicas ou protestantes, especialmente a França, Espanha, Suécia e o Sacro Império Romano Germânico” (CARNEIRO, 2006, p. 164).

Ao seu fim, estabeleceu-se não só um novo equilíbrio de poder, mas um novo tipo de regulamentação das relações internacionais em que o princípio do interesse nacional substituiu o da confissão religiosa. Por isso, os Tratados de Westfália, cuja assinatura em 1648 encerrou a Guerra dos Trinta Anos, são vistos como o marco da construção da ordem européia moderna. “A Guerra dos Trinta Anos não só causou sofrimento incomparável à Europa, mas também agiu como poderoso estimulante à modernização do continente e à criação do Estado absolutista” (KITCHEN, 1996, p. 120).¹² Foi acertado que em tempos de perigo iminente o príncipe estaria autorizado a cobrar impostos visando a defesa da vida e da propriedade de seus súditos, sem necessitar do consentimento prévio dos Estados. Maximiliano da Bavária, por exemplo, não recorreu ao Estado em nenhum momento durante a guerra, já que para ele “os imperativos da guerra silenciam a lei” (KITCHEN, 1996, p. 120).¹³ Tamanhos eram os horrores da guerra que, ao final do conflito, foi acordado entre os príncipes que a manutenção da paz passaria a ser realizada por exércitos permanentes. Dessa forma, abandonar-se-iam as hordas de mercenários indisciplinados e pouco confiáveis.

3.1. DA DEFENESTRAÇÃO À GUERRA

A Guerra dos Trinta Anos foi em parte uma luta interna pela sucessão ao poder no desconcertado Sacro Império Romano Germânico, em parte uma contenda ideológica entre protestantismo e catolicismo e, em parte, uma disputa dinástica entre as casas reais de Habsburgo, Vasa e Bourbon.

Nesse longo conflito, “com uma geração inteira nascida sob sua égide, chegando por vezes a acreditar que a guerra seria ‘eterna’” (CARNEIRO, 2006, p. 166), ocorreu uma série de guerras em distintas regiões, com fases diversas de campanhas travadas sobretudo no centro da Europa.

Nessa época, a Alemanha não era um país unificado, mas uma reunião de trezentos Estados que, ao menos nominalmente, reconheciam a soberania do santo imperador romano, que era católico. Essa “complexa colcha de retalhos” (CARNEIRO, 2006) era formada por mais de mil unidades políticas distintas numa estrutura de tipo feudal, onde se sobrepunham suseranias e soberanias, e onde se falavam diversos dialetos germânicos. Isso sem falar de

¹² “*The Thrity Years War did not just cause untold suffering, it also acted as a powerful stimulus to modernization and the creation of the absolutist state*” (KITCHEN, 1996, p. 120).

¹³ “*The imperatives of war silence the law*” (KITCHEN, 1996, p. 120).

uma série de pequenos principados, ducados, ou cidades autônomas e regiões eclesiásticas controladas por bispados, arcebispados e abadias, além de pequenos feudos e uma centena de cavaleiros imperiais. Entre todas essas regiões erguiam-se obstáculos como cobrança de pedágios e postos de aduana onde canhões e barreiras garantiam a cobrança de passagem. O Sacro Império Romano Germânico não era, pois, um Estado territorial, nem possuía fronteiras definidas, e abrangia, além das regiões alemãs, diversas nacionalidades eslavas.

Dessa sorte, conflitos entre o Imperador e os vários Estados alemães haviam sido endêmicos durante toda a Idade Média, mas a Reforma Protestante transformou essas disputas, convertendo Estados protestantes e católicos em dois blocos de poder concorrentes. A União Evangélica Protestante era combatida pela Liga Católica¹⁴, e a combinação de fervor religioso e ambição política foi como um barril de pólvora, detonado pela crise da defenestração de Praga, em maio de 1618. Defenestrar significa “atirar pela janela”, e foi exatamente isso que aconteceu no dia 22 desse mês, quando um grupo de protestantes atirou pela janela dois conselheiros e um oficial do santo imperador romano Matias, expressando sua indignação ante um decreto desse último que suspendia a tolerância à religião protestante por todo o império.

A morte do imperador Matias, em março de 1619, levou o trono a Ferdinando II, um entusiasta religioso de formação jesuíta determinado a punir o ultraje protestante em Praga. Por seu turno, os protestantes da Boêmia escolheram um nobre alemão, Frederico, como seu rei, e invadiram a Áustria. A Liga Católica Imperial desferiu um contra-ataque, escolhendo como comandante o experiente e habilidoso Johan Tserclaes¹⁵, conde de Tilly. Este esmagou o principal exército boêmio, sob o comando do príncipe Cristiano de Anhalt-Bernberg, na Batalha da Montanha Branca, em 8 de novembro de 1620, em uma vitória que restaurou o domínio imperial sobre Praga e a região da Boêmia. “A vitória na Montanha Branca fez os mercenários e soldados da fortuna voltarem-se para o lado imperial. O

¹⁴ A União Evangélica Protestante era composta por rebeldes da Boêmia e de diversas outras regiões germânicas, e recebia apoio dos Países Baixos, da Suécia, da Dinamarca, da Inglaterra e da França. Embora esse grupo lutasse pelo direito dos protestantes à “liberdade da Alemanha”, ele contou com apoio fundamental da França que, mesmo católica, decidiu com a Suécia o resultado final da guerra. A Liga Católica, por sua vez, era encabeçada pela dinastia Habsburgo do rei Fernando da Estíria, da Áustria e da Hungria, e se aliava às regiões católicas da Alemanha, sobretudo a Bavária. Além disso, contava com o apoio da maior potência internacional da época, Espanha, da Polônia e do papa. De uma maneira esquemática, esse bloco representava a aliança católica, que chegou a sonhar, num espírito jesuíta e contra-reformista, em abolir a heresia protestante da Europa. Mas durante longos períodos ele recebeu também o apoio dos luteranos, como a Saxônia, e até mesmo dos calvinistas de Brandemburgo.

¹⁵ Johan Tserclaes (1559-1632), conde de Tilly, foi um dos mais brilhantes generais a lutar pelo Sacro Império Romano Germânico durante a Guerra dos Trinta Anos. Comandou as tropas responsáveis pelo famoso saque de Magdeburgo, e veio a falecer em batalha contra as forças suecas.

Imperador possuía o dinheiro, as terras, e o butim pelo qual os condottieri lutariam” (KITCHEN, 1996, p. 113).¹⁶

As terras de Frederico, tanto no leste quanto no centro da Alemanha, ficaram abertas a ataques e, no verão de 1622, ele passou a viver como refugiado na França. O que restou do exército da união boêmio-evangélica, comandado pelo conde Ernst von Mansfeld¹⁷, vagou impotente pelo norte da Alemanha e pelos Países Baixos, suprindo suas necessidades com pilhagens.

No verão de 1623, parecia que a “Guerra da Boêmia” chegara a um fim. O católico Santo Império Romano havia derrotado o principal desafio protestante. Mas, para isso, recebera auxílio da Espanha que, na época, estava em guerra com a França. O cardeal Richelieu¹⁸, por sua vez, principal ministro do rei francês, temia a influência austro-espanhola na Alemanha, e firmou uma aliança com diversos Estados protestantes, inclusive a Dinamarca e a Suécia. Dessa sorte, em 1625 os conflitos recomeçaram.

“O próprio sucesso da Liga Católica ajuda a precipitar a próxima fase da guerra. As conquistas de Tilly no norte e no centro da Alemanha criam séria ameaça aos Estados luteranos do Báltico. Cristiano IV da Dinamarca, em especial, considera-se o protetor do Círculo da Baixa Saxônia, com cujos Estados ele agora se apressa a formar nova aliança militar. Além disso, em 1625 o Tratado de Haia garante-lhe o apoio da Inglaterra e da França, cada vez mais preocupadas com a ameaça habsburguesa, e da República Holandesa, de novo envolvida (após um intervalo de doze anos) em sua luta para manter-se independente da Espanha” (LEE, 1994, p. 8).

Incentivado pelos franceses, o rei dinamarquês conduziu um exército à Alemanha. Nesse meio tempo, Fernando II descobriu em Albert von Wallenstein¹⁹ um novo

¹⁶ “*The victory at the White Mountain made mercenaries and fortune hunters flock to the imperial side. The emperor had the money, the lands, and the booty for which the condottieri (mercenary soldiers) fought*” (KITCHEN, 1996, p. 113).

¹⁷ Peter Ernst von Mansfeld (1580-1626), conde de Mansfeld, foi um mercenário católico romano que lutou pela causa protestante durante a Guerra dos Trinta Anos. Adquiriu experiência militar na Hungria, onde seu meio irmão, um soldado de renome, lhe proporcionou um alto comando no exército do Sacro Império Romano.

¹⁸ Armand Jean Du Plessis (1585-1642), cardeal de Richelieu, foi um duque e político francês e primeiro-ministro de Luís XIII de 1628 a 1642.

¹⁹ Albrecht Wenzel Eusebius von Wallenstein (1583-1634), duque de Friedland e Mecklemburgo, foi um dos mais importantes generalíssimos da Guerra dos Trinta Anos a serviço do imperador Habsburgo Fernando II. Destacou-se por sua capacidade de financiar, levantar e suprir forças cada vez mais numerosas. Seu sucesso em campo de batalha fez com que se tornasse credor do imperador, e que passasse a agir com um grau de independência que gerou insegurança entre as forças católicas. Acabou por cair em desgraça, sendo destituído e assassinado por oficiais da confiança do imperador.

generalíssimo, disposto a servir a causa imperial e a organizar e pagar com recursos próprios um exército de 50 mil homens.

“O maior de todos os mercenários foi Albrecht von Wallenstein, cuja riqueza e confiança foram fortalecidos por um casamento com uma viúva rica. Wallenstein havia comandado um regimento de cavalaria na Batalha da Montanha Branca, e a partir daí foi capaz de comprar uma parcela expressiva de terras por uma fração de seu valor original. Além de duque de Friedland, ele logo se tornou senhor de um expressivo complexo industrial-militar que produzia todas as armas e equipamentos dos quais seus exércitos necessitavam” (KITCHEN, 1996, p. 113).²⁰

Agora a Dinamarca, Brunswick Bethlen Gabor e os mercenários de Mansfeld iriam confrontar-se com a Liga Católica, cujas forças são lideradas por Tilly, as tropas imperiais de Wallenstein e a Espanha.

Um vez mais a questão resolve-se bem depressa. O exército de Mansfeld foi derrotado enquanto sitiava Dessau, como resultado de um ataque surpresa de Wallenstein em 25 de abril de 1626. Tilly infligiu uma dura derrota ao rei Cristiano na Batalha de Lutter, em 27 de agosto de 1626; o restante do exército derrotado de Cristiano fugiu para o norte. Assim,

“Pela Paz de Lübeck (1629), [Cristiano] renuncia a qualquer pretensão territorial no norte da Alemanha, aí incluídos os Estados eclesiásticos. Em contrapartida, permitem-lhe conservar as terras hereditárias do Schleswig e do Holstein e lhe poupam a vergonha de pagar indenizações de guerra” (LEE, 1994, p. 8).

Uma vez mais a guerra parecia estar próxima do fim. Richelieu fez as pazes com a Espanha e retirou-se da aliança. Fernando II impôs o Édito de Restituição (1629), que pretendia devolver à autoridade católica todas as terras da Igreja que foram secularizadas desde 1552. Isso provoca medo e ressentimento na Alemanha setentrional, um perigo já previsto por Wallenstein, que alertara contra as desforras ideológicas. Um ano depois, ficou claro que já existia campo suficiente para uma futura revolta contra o governo imperial. O sacro imperador fez de Wallenstein o comandante supremo da região do Mar Báltico. “O ambicioso mercenário começou [então] a atacar os portos do Báltico, mas tais medidas alarmaram o rei da Suécia, Gustavo Adolfo. Richelieu, sempre disposto a envolver-se em

²⁰ “The greatest of all mercenaries was Albrecht von Wallenstein, whose wealth and confidence was strengthened by marriage to a rich widow. Wallenstein has commanded a regiment of Walloon cavalry at the Battle of White Mountain, and had seized the opportunity to buy a number of confiscated noble estates for a fraction of their true value. In addition to his duchy of Friedland, he was soon master of a substantial military-industrial complex which produced all the armaments and equipment his armies needed” (KITCHEN, 1996, p. 113).

assuntos alemães, incentivou os suecos a intervir na Alemanha em prol da causa protestante” (GILBERT, 2005, p. 85).

Com receios genuínos de uma expansão imperial na região báltica, Gustavo Adolfo²¹ decidiu invadir o norte da Alemanha e ajudar seus companheiros protestantes. Em 10 de julho de 1630 ele invadiu a cidade de Stettin e passou o outono capturando fortalezas na região para proteger sua longa linha de suprimentos até a Suécia. Para tanto, estabeleceu alianças com os Estados da Pomerânia, Hesse-Cassel e Stralsund. Em 1631, assinou o Tratado de Bärwalde com a França, a qual, embora católica, desconfiava muitíssimo das intenções habsburguesas na Europa central. Em troca dos subsídios franceses, o rei sueco compromete-se a manter um exército na Alemanha e a não atacar a Baviera, então amiga da França.

Estimulados pela chegada do exército sueco, os príncipes protestantes da Alemanha enviaram, em março de 1631, uma série de reivindicações ao imperador, exigindo tolerância religiosa. Fernando rejeitou as reivindicações, e a guerra se reiniciou. Nesse momento crítico, o imperador católico dispensou Wallenstein de seus serviços, temendo que o rico general tentasse estabelecer uma base de poder independente. Dessa sorte, as principais forças católicas ficaram sob o comando de Tilly. Desde novembro de 1630, o exército imperial vinha sitiando Magdeburgo, onde havia grandes provisões de comida que Tilly cobiçava para suas próprias forças. Quando a cidade finalmente caiu, em 20 de maio de 1631, os sitiados saquearam impiedosamente: 30 mil pessoas morreram nas mãos dos homens de Tilly e nas chamas que consumiram a cidade.

A Saxônia e o Brandemburgo, que permaneceram neutros durante todo o ano de 1630, apressaram-se a fazer uma aliança com a Suécia depois que as tropas de Tilly tomaram, saquearam e destruíram Magdeburgo. O saque à cidade aumentou a certeza dos protestantes alemães de que eles não receberiam a menor mercê dos católicos. Em busca de provisões, Tilly recuou para o sul, adentrando a Turíngia e sendo perseguido por Gustavo Adolfo e seus exércitos. Ambos os lados procuraram obter posições vantajosas entre julho e agosto de 1631, antes de se atracarem em Breitenfeld, em 17 de setembro. Com a vitória dos exércitos combinados da Saxônia e da Suécia, a causa protestante obteve sua primeira grande vitória, e os exércitos de Fernando II ficaram frágeis a novos ataques suecos.

²¹ Gustavo Adolfo (1594-1632), rei da Suécia, foi um dos grandes campeões da causa protestante. Desde que assumiu o trono, em 1611, com apenas dezesseis anos, viu-se envolvido em guerras, de modo que, quando decidiu intervir na Guerra dos Trinta Anos, em 1630, já era considerado um dos melhores guerreiros do seu tempo. Pelos seus progressos na arte da guerra, foi alcunhado Leão do Norte. Faleceu em batalha, conduzindo uma carga de cavalaria, contra as tropas de Wallenstein.

Passada essa vitória, contudo, Gustavo renunciou de avançar contra Viena, prevendo que isso deixaria suas linhas de comunicação com o Báltico muito vulneráveis a ataques imperiais. Dessa forma, passou o inverno providenciando uma base logística para as campanhas do ano seguinte: em setembro, ocupou Erfurt, um importante entroncamento de estradas; e em dezembro, capturou a cidade de Mogúncia.

Em abril do ano seguinte, Gustavo Adolfo retomou sua marcha para o sul da Alemanha. Planejava, no verão de 1632, invadir tanto a Baviera quanto a Áustria a partir do oeste, marchando ao longo do rio Danúbio. Em 27 de março, a fortaleza de Donauwörth foi tomada. Fernando II, enfim consciente de sua vulnerabilidade, engole o orgulho e reempossa Wallenstein, para lutar ao lado do já idoso Tilly.

Tilly moveu seu exército para a margem leste do rio Lech, no sul da Baviera, onde construiu um acampamento fortificado. Enquanto isso, Gustavo Adolfo invadiu a Renânia para, logo em seguida e violando o Tratado de Bärwalde, entrar na Baviera, chegando ao Lech em 10 de abril. Seis dias depois, Tilly foi ferido mortalmente por uma bala de canhão durante o ataque sueco ao acampamento imperial. Sabendo da condição agravada em que Tilly se encontrava, Gustavo Adolfo enviou seu médico particular ao encontro do general, que o recebeu com as seguintes palavras: “seu rei é mesmo um cavaleiro honrado”. O exército de Tilly, contudo, foi obrigado a se retirar após a morte do comandante.

O rei sueco marchou Danúbio acima, somente para encontrar seu caminho bloqueado pela fortaleza imperial de Ingolstadt. Sem ter meios com os quais tomar a cidade sem sofrer baixas consideráveis, Gustavo Adolfo abandonou seu plano de tomar Viena e avançou para o norte, em direção à Nurembergue. Enquanto isso, o restante do exército de Tilly havia se reunido às forças de Wallenstein, em 11 de julho, e se preparavam para a chegada de Gustavo construindo um acampamento fortificado.

Gustavo conteve seu avanço até agosto, aguardando reforços. Sabia que os inimigos imperiais tinham cerca de 50 mil soldados, e que superavam numericamente suas próprias forças. Após reunir um montante de 45 mil homens, seu primeiro ataque foi desferido em 31 de agosto de 1632, recorrendo diariamente até 4 de setembro. Mas Wallenstein escolhera bem sua posição, e a artilharia sueca não encontrava posição alguma que lhe permitisse bombardear com sucesso as trincheiras católicas. Além disso, os ataques de sua infantaria foram repelidos com baixas acentuadas.

Impedido de lutar a seu modo, Gustavo Adolfo levantou acampamento e marchou para noroeste, incerto quanto a seu passo seguinte. Wallenstein, contudo, dividira suas forças e Gustavo, assim que soube disso, atacou prontamente o exército imperial em Lützen. No final de 1632, os suecos vencem uma dura batalha em Lützen, mas sofrem um sério golpe. Com o embate, ambos os lados têm muitas baixas, a mais importante das quais foi a do próprio Gustavo. Embora a morte do rei fosse um desastre para a causa protestante, o exército sueco prosseguiu na guerra.

Wallenstein se recobrou da derrota em Lützen e venceu os suecos em Steinau, no ano seguinte. Fernando, com receios do poder excessivo de seu comandante, demitiu-o mais uma vez e encomendou seu assassinio, em 23 de fevereiro de 1634. Mesmo sem seu comandante, as tropas imperiais voltaram a derrotar os suecos na Batalha de Nördlingen. A morte de Gustavo Adolfo enfraquecera o esforço de guerra sueco e, um após o outro, os Estados alemães começam a sair da guerra.

Em 1635, o eleitor da Saxônia pediu paz em nome dos Estados protestantes, o que resultou na assinatura da Paz de Praga, em maio. Pelo documento, os governantes alemães católicos e protestantes, cujos territórios estavam devastados pela guerra, concordaram em encerrar o conflito, e se empenharam em remover da Alemanha os suecos e outros elementos estrangeiros.

Nesse momento, o cardeal Richelieu resolveu intervir. Até então, sua estratégia fora usar os exércitos de outras nações para cercar os Habsburgos na Alemanha. Agora, seu maior receio era que o esgotamento da Suécia levasse a uma conseqüente recuperação das tropas imperiais. Por isso, depois do desastre de Nördlingen, ele renovou com Oxenstierna o Tratado de Bärwalde e passou a planejar uma grande investida contra o Império, baseada em alianças com a República Holandesa, com Bernardo de Saxe-Weimar e com quatro estados do norte da Itália: Mântua, Savóia, Parma e Módena. Sua intenção era simplesmente conquistar territórios para a França nas fronteiras norte e leste do país, às expensas da Espanha e do Sacro Império Romano Germânico. A fase final da Guerra dos Trinta Anos se aproximava, e traria consigo campanhas particularmente devastadoras.

No começo, porém, os franceses sofreram reveses. Ao invadirem a Renânia, foram repelidos por tropas espanholas e imperiais, ao mesmo tempo em que o exército sueco prosseguia sua campanha contra o sacro imperador no leste da Alemanha. Em 1643, um exército espanhol avançou dos Países Baixos contra Paris e, em 13 de março, sitiou a fortaleza

de Rocroi.²² A artilharia francesa, contudo, não daria trégua aos invasores, que contabilizariam perdas na casa de 8 mil mortos e 7 mil capturados, de um total de 25 mil homens contra apenas 4 mil de um total de 23 mil soldados pelo lado francês.

Entre 1637 e 1648, a fase mais destrutiva da guerra, tanto o ramo espanhol dos Habsburgo quanto o austríaco, agora liderado por Fernando III, filho de Fernando II, amargaram uma série de grandes derrotas. A Espanha, principalmente, saiu-se bastante mal e o Império conheceu a pior década de toda a sua história, sofrendo muitas e devastadoras invasões. Foi derrotado pelos suecos em Wittstock (1636) e Rheinfelden (1638); a seguir, os franceses tornaram a invadir a Renânia. Em 1642, os suecos invadiram a Boêmia e venceram o imperador na segunda batalha de Breitenfeld. A Baviera foi derrotada em 1645, na segunda batalha de Nördlingen e em Jankau, o que levou à assinatura da Trégua de Ulm, em 1647. No ano seguinte, quando Maximiliano resolveu voltar ao conflito, suas tropas foram esmagadas em Zusmarshausen. Em face da captura de Praga pelos suecos, o imperador viu-se obrigado a concordar com os termos dos Tratados de Münster e Osnabrück, firmados em 24 de outubro de 1648 e coletivamente conhecidos como Paz de Westfália.

“O término da guerra foi sendo negociado no curso de anos, durante os quais centenas de negociadores de 149 unidades políticas representadas, com séquitos de milhares de pessoas, realizaram duas conferências simultâneas, mas em cidades diferentes, exigindo que uma vasta rede de correspondência se organizasse entre ambas cidades westfalianas e o conjunto de capitais envolvidas. Considerando que as distâncias entre as capitais exigiam dias e até semanas de viagem, o curso das negociações evoluiu muito lentamente, acompanhando os desenvolvimentos nos teatros de operação militar e nas intrigas entre facções cortesãs” (CARNEIRO, 2006, p. 184).

Segundo os termos do Tratado, a França e a Suécia ganharam territórios, e o santo imperador romano, cujo poder fora em grande parte reduzido, concordou em tolerar o protestantismo na Alemanha. Isso, entretanto, não pôs fim à guerra entre a França e a Espanha, que continuou até o Tratado dos Pirineus, em 1659.

²² A vitória francesa na Batalha de Rocroi marcou o declínio da doutrina militar espanhola como principal fonte teórica para organização dos exércitos na Idade Moderna.

3.2. AS CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA

O agravamento do caos sistêmico decorrente da Guerra dos Trinta Anos insere-se na lógica que delimita as origens do moderno sistema interestatal através da oposição constante das lógicas capitalista e territorialista do poder (ARRIGHI, 1996). As origens dessa dialética residem na formação, dentro do sistema medieval de governo, de um subsistema regional de cidades-Estado capitalistas no norte da Itália em oposição ao estrangulamento político que a Casa Imperial dos Habsburgos, juntamente com a Espanha, causou na Europa, dentro da lógica medieval baseada no território.

À medida que se acelerou a decadência do sistema de governo medieval, o enclave capitalista da Itália setentrional organizou-se num subsistema de jurisdições políticas separadas e independentes, unidas pelo princípio do equilíbrio do poder e por densas e vastas redes de diplomacia com sedes permanentes. De maneiras diferentes, mas complementares, as “quatro grandes”, Veneza, Florença, Gênova e Milão, anteciparam em pelo menos dois séculos muitas das principais características do moderno sistema interestatal.

Quatro grandes aspectos desse sistema foram prefigurados no subsistema de cidades-Estado da Itália setentrional. Primeiro, esse sistema constituiu um sistema essencialmente capitalista de gestão do Estado e da guerra. Em Veneza, “uma oligarquia mercantil capitalista detinha firmemente o poder estatal. As aquisições territoriais eram submetidas a criteriosas análises de custo-benefício e, em geral, só eram efetuadas como um meio visando à finalidade de aumentar a lucratividade do comércio da oligarquia capitalista que exercia o poder estatal” (ARRIGHI, 1996, p. 37).

Segundo, o “equilíbrio de poder” desempenhou um papel crucial em três níveis diferentes da promoção do desenvolvimento desse enclave de governo capitalista em pleno sistema medieval:

“O equilíbrio de poder entre as autoridades centrais do sistema medieval (o papa e o imperador) ajudou que um enclave capitalista organizado se estabelecesse no norte da Itália – o locus geopolítico desse equilíbrio. O equilíbrio de poder entre as próprias cidades-Estado da Itália setentrional ajudou a preservar sua separação e autonomia. E o equilíbrio de poder entre os Estados dinásticos emergentes da Europa Ocidental ajudou a impedir que a lógica do territorialismo cortasse pela raiz a ascensão de uma lógica capitalista no interior do sistema europeu de governo” (ARRIGHI, 1996, p. 37-38).

Daí que o equilíbrio de poder pode ser interpretado como um mecanismo por meio do qual os Estados capitalistas, separadamente ou em conjunto, conseguem reduzir os custos de proteção, tanto em termos absolutos quanto em relação aos seus concorrentes e rivais. Para tanto o Estado capitalista deve estar em condições de manipular o equilíbrio em benefício próprio, mesmo quando o equilíbrio de poder só pode ser mantido através de guerras repetidas e dispendiosas, e a participação nele derruba a finalidade do Estado capitalista, já que o custo pecuniário dessas guerras tende, inevitavelmente, a ultrapassar seus benefícios pecuniários. “O segredo do sucesso capitalista é fazer com que as próprias guerras sejam travadas por outrem, se possível sem nenhum custo [quer seja financeiro, quer seja político] e, se isso for inviável, com o menor custo possível” (ARRIGHI, 1996, p. 38).

O terceiro aspecto é que, ao desenvolver relações de assalariamento na gestão da guerra e do Estado, as cidades-Estado italianas conseguiram transformar ao menos uma parte de suas despesas de proteção em receita e, com isso, fazer com que as guerras se autocusteassem. Praticavam, portanto, uma espécie de “keynesianismo militar” em pequena escala, ou seja, “a prática pela qual os gastos militares promovem a renda dos cidadãos do Estado que pagou a despesa, aumentando assim a receita tributária e a capacidade de financiar novas rodadas de gastos militares” (ARRIGHI, 2008, p. 274).²³

Quarto e último, os governantes capitalistas das cidades-Estados da Itália setentrional assumiram a liderança do desenvolvimento de densas e vastas redes de diplomacia com sedes permanentes, através das quais adquiriam os conhecimentos e informações concernentes à ambições e possibilidades de outros governantes, que eram necessários para manipular o equilíbrio de poder, a fim de minimizar os custos de proteção.

Portanto,

“A acumulação de capital proveniente do comércio a longa distância e das altas finanças, a administração do equilíbrio de poder, a comercialização da guerra e o desenvolvimento da diplomacia residente complementaram-se mutuamente e, durante um século ou mais, promoveram uma extraordinária concentração de riqueza e poder nas mãos das oligarquias que dominavam as cidades-Estado do norte da Itália” (ARRIGHI, 1996, p. 39).

²³ O keynesianismo é uma teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes em seu livro *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, e que consiste organização político-econômica fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego.

Mas, individual ou coletivamente, as cidades-Estado italianas nunca tentaram promover uma transformação deliberada do sistema de governo medieval. Mais dois séculos teriam de passar, de mais ou menos de 1450 até cerca de 1650, para que um novo tipo de Estado capitalista, as Províncias Unidas, tivesse a oportunidade de transformar o sistema de governo europeu, de modo a atender às necessidades de uma acumulação de capital em escala mundial. “Essa nova situação surgiu como resultado de um salto quantitativo na luta européia pelo poder, precipitado pelas tentativas de governantes territorialistas de incorporar em seus domínios – ou impedir que outros incorporassem – a riqueza e o poder das cidades-Estado italianas” (ARRIGHI, 1996, p. 40). Como se constatou, a conquista direta revelou-se impossível, por causa, principalmente, da competição entre os próprios governantes territorialistas.

A intensificação e a expansão global da luta européia pelo poder alimentaram-se mutuamente e, com isso, geraram “um círculo vicioso/virtuoso – vicioso para suas vítimas, virtuoso para seus beneficiários – de uma quantidade cada vez maior de recursos maciços e de técnicas crescentemente sofisticadas e dispendiosas de gestão do Estado e da guerra, usados na luta pelo poder” (ARRIGHI, 1996, p. 40-41).

Inicialmente, o Estado que mais se beneficiou desse círculo vicioso/virtuoso foi a Espanha, cujo poder ultrapassou o dos outros Estados europeus, sem exceção, durante todo o século XVI. Esse poder, contudo, tornou-se instrumento da Casa Imperial dos Habsburgo e do papado para salvar o que pudesse ser salvo do sistema de governo medieval, então em processo de deterioração. Aquela altura, contudo, o salto quantitativo havido na luta européia pelo poder já levava a desintegração do sistema medieval para além de um ponto de irreversibilidade, já que emergiam no noroeste da Europa novas realidades de poder que, em graus variáveis, tinham incluído a lógica capitalista de poder na lógica territorialista. O resultado foi a formação de mini-impérios compactos, como os Estados dinásticos francês, inglês e sueco, que individualmente não podiam equiparar-se ao poderio da Espanha, mas que coletivamente não poderiam ser subordinados a nenhuma autoridade política central, velha ou nova. A tentativa da Espanha, juntamente com o papado e a Casa Imperial dos Habsburgo, de desfazer ou subordinar essas novas realidades de poder, traduzida na própria Guerra dos Trinta Anos, “não apenas fracassou, como também traduziu-se numa situação de caos sistêmico que criou as condições para a ascensão da hegemonia holandesa e a liquidação final do sistema de governo medieval” (ARRIGHI, 1996, p. 41).

A súbita escalada do conflito, que o converteu numa séria ameaça ao poder coletivo dos governantes europeus, superou as capacidades reguladoras do sistema de governo mundial e transformou suas instituições em tantas outras novas causas de conflito. Como consequência, os governantes europeus, ou a maioria deles, começaram a perceber que não tinham nada a ganhar e tudo a perder com sua continuação. Mas aí já era tarde demais para evitar que houvesse uma intensificação sistêmica do conflito social e uma decorrente escalada dos custos de proteção, traduzidos nos custos de colocação dos soldados em campo de batalha, que entre 1550 e 1640 teve um aumento médio de cinco vezes.

Paralelamente a essa escalada dos custos de proteção, houve uma escalada na luta ideológica. A progressiva desarticulação do sistema de governo medieval fez com que os governantes transformassem a religião num instrumento de suas lutas pelo poder, o que provocou ressentimento popular e a adoção pelos súditos da religião como um instrumento de insurreição contra os governantes.

Por fim, a escalada dos conflitos armados entre os governantes desarticulou as redes transeuropéias de comércio, de que eles dependiam para obter recursos de guerra e de que os súditos dependiam para sobreviver.

“Os custos e riscos do deslocamento de mercadorias através das jurisdições políticas aumentaram dramaticamente, e o abastecimento foi desviado da provisão de meios de subsistência para a provisão de meios de guerra. [...] Essa ruptura e essa distorção dos fluxos de comerciais [contribuíram] [...] para o súbito agravamento do problema da vadiagem e para a ‘crise de subsistência’, que constituíram o plano de fundo social e econômico da crise geral de legitimidade do século XVII” (ARRIGHI, 1996, p. 42).

Foi nessas circunstâncias que as Províncias Unidas tornaram-se hegemônicas²⁴, após a liquidação do sistema de governo medieval e ao estabelecimento do moderno sistema interestatal. Já durante o decorrer da luta por tornar sua nação independente da Espanha, os holandeses haviam firmado uma sólida liderança intelectual e moral entre os Estados dinásticos do noroeste da Europa, que figuravam entre os principais beneficiários da desintegração do sistema de governo medieval. Logo, “[o]s fios da diplomacia [passaram a

²⁴ O conceito de “hegemonia mundial” adotado por Arrighi refere-se “à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Em princípio, esse poder pode implicar apenas a gestão corriqueira desse sistema, tal como instituído num dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema. Esse poder é algo maior e diferente da ‘dominação’ pura e simples. É o poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da ‘liderança intelectual e moral’” (ARRIGHI, 1996, p. 27-28).

ser] tecidos e desemaranhados em Haia” (BRAUDEL, 1984, p. 203, *apud* ARRIGHI, 1996, p. 43), e à medida que aumentou o caos sistêmico durante a Guerra dos Trinta Anos as propostas holandesas para a reorganização do sistema pan-europeu de governo mais e mais defensores entre os governantes da Europa, até que a Espanha ficou completamente isolada.

Dessa sorte, os maiores significados do final da Guerra dos Trinta Anos para países e blocos de países foram, principalmente, (a) o fim do Império Habsburgo e da Espanha como potências centrais; (b) a emergência da hegemonia holandesa e depois britânica e (c) o advento do máximo esplendor do absolutismo francês, caracterizado pela figura do rei Sol, Luís XIV. Mais, importante, contudo, foi surgimento de um sistema internacional de Estados, com um pressuposto de reciprocidades, um direito internacional com pactos regulando relações internacionais, com a livre navegação nos mares e a busca do não comprometimento do comércio e de civis na guerra.

“Os Estados deixam de sujeitar-se a normas morais externas a eles próprios e impõem uma lógica de dominação pragmática, que passou a ser conhecida desde então pela expressão ‘razão de Estado’. As relações internacionais são secularizadas, ou seja, estabelecidas em função do reconhecimento da soberania dos Estados, independentemente de sua confissão religiosa. Toda a política moderna e contemporânea, baseada no reconhecimento da legitimidade dos Estados e na constituição de um conjunto político de nações que se reconhecem como parte de um sistemas em que rege um direito internacional, deriva do modelo criado e formalizado a partir da Paz de Westfália” (CARNEIRO, 2006, p. 184-185).

Com a Paz de Westfália, emergiu, pois, um novo sistema mundial de governo baseado na idéia de que “todos os Estados compunham um sistema político mundial [...] [fundamentado] no direito internacional e no equilíbrio de poder – um poder exercido entre os Estados, e não acima deles, e um poder atuante entre os Estados, e não acima deles” (GROSS, 1968, p. 54-55, *apud* ARRIGHI, 1996, p. 43). Além disso, o novo sistema mundial de governo serviu para que se estabelecesse o princípio de que os civis não estavam comprometidos com as disputas entre os soberanos. Isso significou a inclusão, em tratados subsequentes aos de Westfália, de cláusulas que visavam restabelecer a liberdade de comércio e o direito à propriedade dos não-combatentes, perdidas pelo estabelecimento de barreiras durante a Guerra dos Trinta Anos. Assim, estabeleceu-se um regime interestatal em que foram minimizados os impactos que a guerra entre os soberanos causava na vida cotidiana dos súditos.

No campo militar, a Guerra dos Trinta Anos sublinhou a importância dos suprimentos e as terríveis consequências sociais de rupturas no processo logístico. A doutrina prevalecente do período presumia que o campo local poderia sustentar os exércitos, mas o movimento constante de forças cada vez maiores sobre a mesma área privou totalmente o interior de alimentos, provisões e, finalmente, de pessoas.

“A agricultura foi negligenciada durante a guerra, de modo que boa parte da terra cultivada voltou a ser selvagem [...] Os soldados haviam matado os rebanhos para se alimentar ou confiscado os animais para o seu uso como forma de transporte de cargas [...] Doenças e subnutrição causaram um decréscimo expressivo na população de muitas localidades, enquanto outras, como a Westfália, a Baixa Saxônia, o Baixo Reno, Schleswig-Holstein, a costa do Mar do Norte, e as terras dos Habsburgos permaneceram praticamente intactas” (KITCHEN, 1996, p. 121).²⁵

Gustavo Adolfo, por exemplo, tentou superar os problemas de provimento através da implementação de um sistema prático de logística com bases de abastecimento estendendo-se até a Suécia. Com o tempo, contudo, o sistema se deteriorou e o exército sueco tornou-se tão rapace quanto qualquer outro. Wallenstein teve provavelmente mais sucesso nessa esfera, utilizando sua mente comercial para abastecer suas forças. É certo que, após a Guerra dos Trinta Anos, os comandantes passaram a ter mais ciência da necessidade de suprir seus exércitos em campo sem devastar as terras circunvizinhas, o que, de certa forma, contribuiria para a elevação da moral dos exércitos no futuro.

Embora possuísse um bom conhecimento estratégico e tivesse uma visão tática penetrante, a grande força de Gustavo Adolfo estava na administração e organização militar. Influenciado pelas teorias de Maurício de Nassau²⁶, que enfatizava a importância do poder de fogo e da mobilidade, em lugar da dependência da época nas ações de choque, o rei sueco também contribuiu para a “revolução na técnica bélica” do século XVII:

²⁵ “Agriculture had been neglected during the war so that a great deal of cultivated land had returned to the wild. [...] Soldiers had slaughtered animals for food or confiscated those that could be used as draft animals. [...] Disease and undernourishment caused a severe drop in the population in some areas, while other, such as Westphalia, Lower Saxony and the lower Rhine, Schleswig-Holstein, the North Sea coast, and the Habsburg lands remained virtually unaffected” (KITCHEN, 1996, p. 121).

²⁶ “Ao redescobrir e levar à perfeição técnicas militares há muito esquecidas, Maurício de Nassau, Príncipe de Orange, conquistou para o exército holandês, no início do século XVII, o que a administração científica conquistaria para a indústria americana dois séculos depois. As técnicas de cerco foram transformadas (1) para aumentar a eficiência da mão-de-obra militar, (2) para reduzir os custos em termos de baixas, e (3) para facilitar a manutenção da disciplina nas fileiras do exército. A marcha e o carregamento e disparo dos canhões foram padronizados, e os exércitos foram transformados numa atividade rotineira. O exército foi dividido em unidades táticas menores, o número de oficiais comissionados e não comissionados foi aumentado, e as linhas de comando foram racionalizadas” (ARRIGHI, 1996, p. 46).

“A ‘revolução militar’ de Maurício de Nassau e Gustavo Adolfo foi a adoção de métodos racionalizados de combate, com tropas altamente treinadas em exercícios complexos com novos tipos de arma (mosquetões, canhões móveis), novos tipos de soldados (em fileiras menos compactas e mais ágeis, treinadas na ‘ordem unida’ que coordenava salvas de tiros)” (CARNEIRO, 2006, p. 181).

No exército sueco, o mosquete era mais leve, dispensando o repouso, e seu calibre e produção foram padronizados pelas oficinas estatais. Eles se tornaram a principal arma da infantaria, e os piqueiros foram, em grande parte, relegados ao papel de proteger os mosqueteiros de ataques da cavalaria, embora ainda tivessem de assumir a ofensiva quando necessário.

Em sua cavalaria, Gustavo dispensou o sistema de *caracole*²⁷ e organizou os cavaleiros em três ou quatro camadas, dando ênfase à ação de choque com a espada, de modo que a pistola se tornava uma arma suplementar, a ser utilizada nos momentos de confusão, depois que o inimigo estivesse desordenado. “A impetuosa carga de cavalaria, uma experiência angustiante – até aterrorizadora – para o inimigo, foi complementada por outra inovação de Gustavo Adolfo, o uso mais flexível da artilharia” (LEE, 1994, p. 54).

Tradicionalmente, os canhões pesados se haviam limitado a disparar desde pontos predeterminados no campo de batalha, em geral com efeitos mínimos. Gustavo Adolfo introduziu peças de artilharia mais leves que podiam ser deslocadas durante a batalha e concentradas contra os pontos mais vulneráveis do inimigo. A tática do rei era concentrar o fogo dos mosquetes e canhões contra a infantaria adversária. Tão logo surgiam brechas nas linhas inimigas, estas eram sistematicamente alargadas por cargas de cavalaria e pelo avanço de unidades de infantaria armadas com um novo modelo de lança.

Essas reformas tiveram um feito transformador nas táticas do exército sueco, com a substituição do velho sistema de formações maciças, baseado no *tercio*²⁸, por uma

²⁷ No sistema de *caracole*, a principal função da cavalaria era avançar para as linhas inimigas e disparar suas pistolas, retirando-se, então, para carregá-las. Em seguida, outro grupo dispararia sua salva.

²⁸ O *tercio*, ou *terço*, era uma unidade militar espanhola de infantaria que inovou na técnica bélica à época dos Habsburgos, ficando famosa por sua resistência no campo de batalha. Embora sua organização tenha variado muito durante o período em que existiu (1534-1704), diz-se que as primeiras unidades foram inspiradas nas legiões romanas e tinham um efetivo de três mil homens. A estrutura original dividia o *tercio* em dez companhias: oito de piqueiros (lanceiros) e duas de arcabuzeiros, com 300 homens em cada. Posteriormente os terços do Flandres adotaram uma estrutura de doze companhias: dez de piqueiros e duas de arcabuzeiros, cada uma formada por 250 homens. Cada terço era comandado por um Mestre de Campo, secundado por um Sargento-Major. Mais adiante, companhias de mosqueteiros substituíam ou acompanhariam as companhias de arcabuzeiros. Ainda mais tarde, mas raramente, adicionava-se aos terços o apoio de artilharia. A unidade se fazia acompanhar sempre de um médico e de um boticário ou barbeiro, além de ampla assistência religiosa.

abordagem linear, que enfatizava o poder de fogo, no caso da infantaria, e a ação do choque, no caso da cavalaria. Uma das conseqüências das táticas lineares foi tornar os flancos inimigos mais vulneráveis a ataques. Isso, por sua vez, incentivava os comandantes a tentar o flanqueamento e, ao mesmo tempo, deixava-os mais cientes da necessidade de proteger seus próprios e vulneráveis flancos. Além disso, as reformas também contribuíram para a diminuição dos efeitos da fricção e do atrito sobre as tropas.

“Desse modo, o exército tornou-se um organismo articulado, com um sistema nervoso central que permitia uma resposta sensível e mais ou menos inteligente às circunstâncias imprevistas. Cada movimento atingiu um novo nível de precisão e velocidade. Os movimentos individuais dos soldados ao atirar e marchar, bem como a movimentação dos batalhões pelo campo de batalha, puderam ser mais controlados e previstos do que nunca. Uma unidade bem treinada, capaz de extrair ganhos de cada movimento, podia aumentar a quantidade de chumbo projetada contra o inimigo por minuto de batalha. A destreza e a determinação de cada homem de infantaria, individualmente considerado, passaram a ter pouca importância. As proezas e a coragem pessoais praticamente desapareceram, por trás de uma rotina revestida de armaduras. [...] No entanto, os soldados treinados no estilo mauriciano exibiam, automaticamente, uma eficácia superior na batalha” (MCNEIL, 1984, p. 130 *apud* ARRIGHI, 1996, p. 46).

A construção de grupos primários mais coesos através de práticas regulares de recrutamento e treinamento do exército sueco os dotou de uma supremacia evidente em campo de batalha, face aos seus adversários, tropas mercenárias isoladas e independentes.

Mas a revolução militar teve diversas outras repercussões. “A técnica do cerco de cidades e fortalezas aprimorou uma arquitetura específica de fortificações que, diante o fogo de canhões, adotou muralhas mais baixas e espessas em lugar dos altos muros dos castelos medievais” (CARNEIRO, 2006, p. 182). As novas fortificações em formato de estrela marcaram a época em diversos lugares da Europa.

A importância dessas inovações reside no fato, portanto, de que elas neutralizaram as vantagens de escala desfrutadas pelos Estados territorialistas, sobretudo a Espanha, e, com isso, tenderam a equiparar a capacidade militar relativa dentro da Europa. Ao incentivar ativamente a adoção dessas novas técnicas por seus aliados, as Províncias Unidas não apenas fortaleceram sua liderança intelectual e moral sobre os governantes que buscavam legitimar seus direitos absolutistas de governo, mas também criaram as condições para uma igualdade

substancial entre os Estados europeus, que se tornou a premissa no futuro sistema de Westfália.

Na luta territorialista pela incorporação da riqueza e do poder das cidades-Estado italianas, alguns Estados desenvolveram, portanto, “técnicas de guerra que lhes deram uma vantagem decisiva em termos de poder frente aos outros governantes, inclusive as autoridades supra-estatais e subestatais do sistema de governo medieval” (ARRIGHI, 1996, p. 40). Ademais, a luta pelo poder na Europa logo se fez acompanhar por uma expansão geográfica, uma vez que os governantes territorialistas tentaram conquistar os circuitos de comércio de longo prazo controlados então pelas cidades-Estado.

Além disso, uma das principais marcas da Guerra dos Trinta Anos foi o enorme crescimento dos exércitos das potências envolvidas. “Este é o século dos soldados”, escreveu o poeta italiano Fulvio Testi em 1644. De fato, no decorrer do século XVII, algo entre dez e doze milhões de europeus tornaram-se soldados (PARKER, 1995, p. 147). A tabela 1 ilustra bem essa situação. A Espanha, por exemplo, mobilizou 300 mil homens na década de 1630, duas vezes o tamanho de suas forças em meados do século XVI. As Províncias Unidas aumentaram seus contingentes de 20 mil, na década de 1590, para 50 mil na de 1630. Tomando como referência os mesmo períodos de tempo, a Suécia passou a ter de 15 para 45 mil soldados e a França, pulou de 80 para 150 mil. Mesmo as forças imperiais chegaram a 100 mil, graças, sobretudo, à iniciativa particular de Wallenstein (KENNEDY, 1989, p. 62; LEE, 1994, p. 56).

TABELA 1: AUMENTO DOS EFETIVOS MILITARES (1470-1650)					
Década	Espanha	Províncias Unidas	França	Inglaterra	Suécia
1470	20.000		40.000	25.000	
1550	150.000		50.000	20.000	
1590	200.000	20.000	80.000	30.000	15.000
1630	300.000	50.000	150.000		45.000
1650	100.00		100.00	70.000	70.000
Fonte: KENNEDY, 1989, p. 62.					

Dessa forma,

“A existência de exércitos de dezenas de milhares de soldados criou uma situação caótica durante décadas. No auge da guerra, entre 1625 e 1635, houve cerca de 1 milhão de soldados entre todos os exércitos em luta. Ao final da guerra, ao menos

200 mil permaneciam mobilizados. Mesmo com as assinaturas dos tratados que finalizaram o conflito, continuaram os problemas para a desmobilização desses imensos contingentes, o que tardou ainda vários anos após o término dos combates, com a necessidade de tratados específicos apenas para efetivar a desmobilização dos exércitos” (CARNEIRO, 2006, p. 183).

Somente a construção de exércitos permanentes e regulares foi capaz de organizar o sistema militar europeu. Uma vez que as forças mercenárias foram abandonadas, os Estados passaram a ter maior controle sobre as ações das tropas, dada a vinculação obrigatória dos homens ao próprio Estado.

Destarte as iniciativas de Gustavo Adolfo e Wallenstein, o aparato logístico para abastecimento da soldadesca era quase nulo, e seus pagamentos atrasavam, ocorriam motins e buscava-se o que se comer e onde se alojar entre as populações dos territórios ocupados ou atravessados.

“Essas pilhagens revestiram-se de grande crueldade e causaram talvez mais vítimas do que as próprias batalhas. Embora a maioria fosse de soldados voluntários, havia muito recrutamento forçado e prisioneiros libertados para lutar, e o pagamento, muitas vezes, era apenas própria pilhagem. As batalhas eram sangrentas. Nas maiores, enfrentavam-se dezenas de milhares de combatentes morriam milhares de homens, às vezes até metade ou mais dos envolvidos. Após o saque sueco de Francfort do Oder, em 1631, o enterro de todos os cadáveres demorou seis dias” (CARNEIRO, 2006, p. 182-183).

A carência de uma estrutura de exércitos nacionais permanentes fez com que o uso de mercenários se tornasse uma parte estrutural da força recrutada. Conforme já escrevera Maquiavel, um século antes, em *O Príncipe*,

“Os mais importantes alicerces de qualquer Estado, seja ele novo, velho ou ainda misto, são as boas leis e os bons exércitos. E, porque não podem viger boas leis lá onde não existem bons exércitos, e porque onde há bons exércitos convém que vigorem boas leis, abster-me-ei de falar sobre estas para privilegiar o exame daqueles.

Digo, neste caso, que as forças com as quais um príncipe defende o seu Estado, ou são as suas próprias forças ou são forças mercenárias; que são elas auxiliares ou que são elas mistas. As mercenárias e as auxiliares são inúteis e perigosas: aquele aos quais as forças mercenárias servem de base na sustentação do seu governo jamais gozam de estabilidade e de segurança, pois que estas não são coesas, sendo, isto sim, ambiciosas, indisciplinadas e infíeis. Bravas entre os amigos, vis entre os inimigos, elas não temem a Deus nem são leais aos homens, e a tua derrota coincidirá com o

teu primeiro ataque [no seu comando]. Em tempos de paz, tu serás por elas espoliado; em tempos de guerra, o serás [obviamente] pelos teus inimigos. A razão disso é que, a não ser por uma certa paga, essas forças não anseiam nem vêem outro interesse em tomar parte nos conflitos, paga jamais suficiente para que se disponham a morrer por ti. Esses mercenários aceitam ser soldados teus quando não fazes a guerra, mas, tão logo esta inicie-se, seguem noutro rumo ou fogem” (MAQUIAVEL, 1998, p. 57-58).

De fato, esses mercenários muitas vezes mudavam de lado, amotinavam-se por falta de pagamento, tomavam seus generais como reféns, ou simplesmente desertavam. Isso não impediu, contudo, que seu uso fosse amplamente difundido ao longo de toda a Idade Média.

“No primeiro sinal de problemas, os governos fechavam um contrato com um mercenário de habilidades reconhecidas, especificando o número de tropas a serem mobilizadas e armadas, as quantias a serem pagas e o local e a data para a primeira contenda. Algumas vezes, em antecipação a possíveis ameaças (ou simplesmente para evitar que as tropas fossem recrutadas por outrem) o mercenário seria pago até o momento da mobilização total dos homens ou até o momento em que a crise terminasse; na maioria das vezes, contudo, era esperado que os mercenários conseguissem mobilizar suas forças de acordo com a demanda” (PARKER, 1995, p. 148).²⁹

Esse sistema funcionou somente por que existiam muitos homens dispostos a lutar, desde que recebendo o pagamento adequado. Durante a Guerra dos Trinta Anos, cerca de 100 empresários operaram simultaneamente na Alemanha, chegando a 300 na década de 1630. Albert von Wallenstein recrutou um exército de 25 mil homens nas duas ocasiões em que lutou pelo sacro imperador romano-germânico; enquanto que Bernardo de Saxe-Weimar conduziu um exército pessoal de 18 mil soldados lutando pela França em 1635. Quando de sua morte, em 1639, 20% do exército francês era composto de soldados contratados, de um total de 125 mil. No final da guerra, o exército sueco de 60 mil homens alocado na Alemanha possuía apenas 18 mil suecos (PARKER, 1995).

A grande vantagem de se usar tropas mercenárias estava no fato de que esses homens já sabiam como lidar com suas armas e como lutar em formação.

²⁹ “At the first sign of trouble, governments issued a contract to an entrepreneur of proven ability, specifying the number of troops to be raised and armed, the wages to be paid, and the place and date for the first muster. Sometimes, in anticipation of danger (or simply to prevent the troops from being recruited by another warlord), a ‘retainer’ (Wartgelt in German: waiting money) would be paid until either full mobilization took place or else the crisis passed; but, mostly, entrepreneurs were expected to produce their men ‘on demand’” (PARKER, 1995, p. 148).

“Não obstante, eles podiam se mostrar duvidosos em momentos críticos, recusando-se a lutar se levados a situações extremas, se encontrassem compatriotas entre as forças inimigas, ou, acima de tudo, se achassem que o pagamento não seria o ideal. Ademais, a vantagem adquirida por sua experiência logo deixou de ser tão fundamental, pois na medida em que a guerra se prolongava não apenas as baixas aumentavam, mas aumentava também os desafios de se permanecer em guerra” (PARKER, 1995, p. 149-150).³⁰

Dessa sorte, terminada a guerra, esses homens seriam gradativamente substituídos pelos exércitos nacionais. A própria revolução bélica contribuiu para que fossem estabelecidos os primeiros regimentos permanentes, com seus próprios uniformes, canções, e, mais importante, lealdades a determinado Estado. Além disso, instituíram-se sistemas de recrutamento, de hierarquização e abriu-se a possibilidade de que um soldado viesse a ser um dia comandante. A partir de então, seria percebido através do desenvolvimento do exército a forte ligação existente entre o capitalismo, o industrialismo e o militarismo (ARRIGHI, 2008).

O caminho ocidental de desenvolvimento capitalista, desde seus primórdios nas cidades-Estado italianas até sua culminação no “fracassado Estado mundial norte-americano” (ARRIGHI, 2008), é caracterizado pela comercialização da guerra e pela incessante corrida armamentista. O keynesianismo militar permitiu que os gastos militares gerassem receita maior que os impostos pagos para cobri-los, enquanto que o equilíbrio de poder permitiu ao Estado capitalista dominante de uma determinada época apropriar-se dos benefícios da concorrência interestatal e assim fazer as guerras pagarem de fato a si mesmas. Ademais, a expansão externa sistemática³¹ manteve viva a competição entre os Estados europeus para criar meios e técnicas de guerra cada vez mais sofisticadas, ao mesmo tempo em que permitiu que se apropriassem, no resto do mundo, dos recursos necessários para expandir sua receita comercial e tributária.

“A Europa lançou-se num círculo de auto-fortalecimento, em que a organização militar sustentava a expansão econômica e política à custa de outros povos e instituições

³⁰ “Nevertheless, they could prove unreliable at critical moments, refusing to fight if they were led too far afield, if they found compatriots among the forces ranged against them, or (above all) if their pay fell into arrears. Moreover, their edge of experience soon crumbled as hostilities continued, since not only did their numbers diminish through casualties but the calibre of the native levies improved with the passage of time” (PARKER, 1995, p. 149-150).

³¹ Fosse na Índia, na Sibéria ou nas Américas, essa expansão sistemática das fronteiras “sustentou a expansão da rede comercial, aumentou a riqueza tributária na Europa e tornou menos onerosa do que poderia ter sido a manutenção da instituição armada” (MCNEILL, 1984, p. 74 apud ARRIGHI, 2008, p. 275).

políticas da terra e era por ela sustentada” (MCNEILL, 1984, p. 74 *apud* ARRIGHI, 2008, p. 275). Esse círculo era, por sua vez, ao mesmo tempo causa e efeito de inovações de dois tipos diferentes na produção de proteção. O primeiro tipo, dizia respeito à divisão técnica de trabalho nos exércitos, proposta por Maurício de Nassau. O segundo, ao uso de máquinas em grande escala, ou à “industrialização da guerra”, que não apenas possibilitou o aprimoramento de diversas tecnologias, pela eliminação dos métodos artesanais de produção predominantes na indústria armamentista e de bens de capital da Europa, como também tornou a empresa privada de grande escala em fator da corrida armamentista. Finalmente, o controle da liquidez mundial contribuiu para a existência dos vínculos entre o capitalismo, o industrialismo e o militarismo.

Em resumo,

“A luta entre os Estados pelo controle dos recursos do mundo foi uma dimensão integrante da concorrência entre capitalistas que impulsionou a acumulação interminável de poder e capital através do caminho europeu de desenvolvimento. Na verdade, a corrida armamentista foi a fonte primária do fluxo de inovações que criou de modo contínuo novas configurações espaciais de comércio e de produção, em escala e alcance cada vez maiores, e destruiu as configurações espaciais preexistentes. O que tornou o caminho europeu especialmente capitalista foi o fato de que o controle dos recursos financeiros do mundo constituiu vantagem decisiva na luta, acima de todos os outros recursos” (ARRIGHI, 2008, p. 280).

A partir de então, podemos concluir que “o caos sistêmico do início do século XVII, portanto, foi transformado numa nova ordem anárquica. [...] [A] reorganização do espaço político a bem da acumulação de capital marcou o nascimento, não só do moderno sistema interestatal, mas também do capitalismo como sistema mundial” (ARRIGHI, 1996, p. 44). Nesse sentido, os mercenários foram amplamente utilizados como atores da lógica territorialista de poder que logo seria suprimida na Europa. Por serem incapazes de suportar a fricção e o atrito na guerra, os soldados da fortuna foram paulatinamente substituídos por tropas regulares, mais organizadas e hierarquizadas, que recebiam um treinamento adequado, que tinham acesso a tecnologias decisivas para a guerra, e que por esses e outros motivos podiam suportar as dificuldades do campo de batalha de forma mais eficiente. No próximo capítulo, veremos se os mercenários modernos, as PSC/PMCs, são capazes de suportar a fricção do conflito iraquiano.

4. AS EMPRESAS DE SEGURANÇA/MILITARES PRIVADAS E AS GUERRAS IRREGULARES COMPLEXAS: O CASO DA GUERRA DO IRAQUE (2003-2008)

No dia 11 de setembro de 2001, nove meses após a inauguração do governo de George W. Bush, terroristas islâmicos seqüestraram aviões de passageiros que partiram de aeroportos nos Estados Unidos e arremeteram-nos contra as duas torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, e contra o Pentágono, em Washington. A brutalidade do acontecimento, que resultou na morte de quase três mil pessoas, chamou a atenção do governo norte-americano à existência de um novo inimigo difuso, disperso, e que recorreu ao terrorismo para atacar os Estados Unidos. Sem demora, o governo identificou os 19 seqüestradores, 15 dos quais eram sauditas, e acusou Osama Bin Laden, dirigente da Al Qaeda, de ser o mentor intelectual da operação. Estava lançada a guerra global ao terror, ou nas palavras de George W. Bush, “uma luta monumental entre o bem e o mal” (*apud* BANDEIRA, 2005).

A guerra contra o terrorismo declarada por Bush servia, em realidade, como desculpa para atacar o Afeganistão, Iraque, Irã e outros países muçulmanos, a fim de assegurar o controle sobre as principais fontes de petróleo do planeta e refazer a geografia política da Ásia oriental na busca de um novo século norte-americano³² (BANDEIRA, 2005; ARRIGHI, 2008). A partir de então, a política externa dos Estados Unidos seria orientada para a promoção da guerra. Nesse sentido, não bastava apenas capturar e prender os Talibãs: era preciso acabar com os sistemas de apoio ao inimigo, ou com os Estados que apóiam o terrorismo. O Iraque foi então apontado como primeiro alvo. Imaginava-se que uma campanha militar no país conseguiria obter sucesso mais rapidamente do que uma travada no Afeganistão, e a idéia era aproveitar-se da vantagem oferecida pelos ataques para por um fim ao regime de Saddam Hussein.

Em 17 de setembro, George W. Bush assinou um documento de duas páginas e meia, classificado como ultra-secreto, no qual não apenas delineou a campanha contra os Talibãs, no Afeganistão, como ordenou ao Pentágono que iniciasse o planejamento das operações militares para a invasão do Iraque (BANDEIRA, 2005). Desde antes mesmo dos

³² O Projeto para o Novo Século Americano, *Project for the New American Century* (PNAC), é um grupo político-ideológico fundado em 1997 na cidade de Washington DC. Seu principal objetivo é promover a liderança global norte-americana e uma política de fortalecimento militar e lucidez moral. Estima-se que o PNAC tenha exercido grande influência sobre os altos escalões da administração Bush, influenciando, inclusive, as decisões relativas à Guerra do Iraque.

ataques, o Iraque já figurava na lista dos países formadores do chamado “eixo do mal”³³ e, nesse sentido, a Força Aérea norte-americana já vinha bombardeando algumas de suas instalações militares havia algum tempo. Assim, enquanto o governo americano deixava claro que a guerra ao terror não seria vencida através de uma postura defensiva, a mídia contribuía para a deterioração da imagem política de Saddam Hussein, com o objetivo de criar o clima favorável à deflagração da guerra. A alegação era de que o líder iraquiano possuía estoques de armas químicas e biológicas, e que por isso não aceitava as resoluções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas pelas quais a Comissão para Monitoramento, Verificação e Inspeção (UNMOVIC) faria visitas intrusivas ao país.³⁴

Em meados de 2002, os preparativos para desencadear a guerra contra o Iraque já estavam bastante adiantados. O plano era instituir no Iraque, após a derrubada de Saddam Hussein, um “simulacro de democracia, de fácil manipulação por meio do controle de seu processo eleitoral, estável e próspera, um verdadeiro modelo para todo o mundo islâmico” (BANDEIRA, 2005, p. 696). Além disso, o objetivo da administração de Bush era redefinir o quadro estratégico do Oriente Médio através do controle das reservas de petróleo do Iraque, a fim de evitar que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) abandonasse o padrão dólar nas transações internacionais e adotasse o padrão euro, mudança já efetuada pelo governo de Saddam Hussein no ano 2000. Após o Iraque, governo americano se voltaria à Síria, ao Irã e à Líbia, “países nos quais os Estados Unidos se dispunham a intervir, de um modo ou de outro, com o propósito de consolidar sua predominância no mundo islâmico, dar maior segurança a Israel, e propiciar grandes negócios às corporações americanas” (BANDEIRA, 2005, p. 697).

Dessa sorte, a fim de legitimar o ataque contra Saddam Hussein, Bush compareceu à abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 12 de setembro de 2002, acusando-o de tentar produzir armas de destruição em massa.

³³ O termo “eixo do mal” foi cunhado por George W. Bush em seu Discurso do Estado da União em 29 de janeiro de 2002, a fim de descrever aqueles países que, segundo o presidente, apoiariam o terrorismo e/ou desenvolveriam armas de destruição em massa: Iraque, Irã e Coreia do Norte. “Estados como estes, e os seus aliados terroristas, constituem um eixo do mal, armados para ameaçarem a paz no mundo” (THE WHITE HOUSE, 2002).

³⁴ A Comissão das Nações Unidas para Monitoramento, Verificação e Inspeção (UNMOVIC) foi criada pela resolução 1284 do Conselho de Segurança (S-RES-1284), em 17 de dezembro de 1999, a fim de continuar o trabalho da antiga Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM). O objetivo da UNSCOM era acompanhar o Iraque no processo de desmantelamento do seu arsenal de armas de destruição em massa. Seguindo as determinações da resolução 1441 do Conselho de Segurança (S-RES-1441) de 8 de novembro de 2002, Saddam Hussein permitiria a visita de inspetores da UNSCOM ao Iraque no início de 2003, pouco antes de os Estados Unidos invadirem o país. A visita comprovaria a inexistência desses arsenais, e o mandato da Comissão seria extinto em 29 de junho de 2007, através da resolução 1762 do Conselho de Segurança (S-RES-1762).

“Nós sabemos que Saddam Hussein desenvolvia armas de destruição em massa mesmo enquanto os inspetores estavam em seu país. Devemos, então, assumir que ele parou de fazê-lo assim que eles saíram? A história, a lógica e os fatos levam a uma única conclusão: o regime de Saddam Hussein é um grande e alarmante perigo. Assumir outra hipótese seria ignorar as evidências. Acreditar na boa fé do regime é apostar a paz do planeta e a vida de milhões em um jogo insensato. Esse é um risco que nós não aceitaremos” (THE WHITE HOUSE, 2002).³⁵

Além disso, o presidente argumentou que,

“A conduta do regime iraquiano é uma ameaça à autoridade das Nações Unidas e uma ameaça à paz. O Iraque respondeu a uma década de demandas da ONU com uma década de desobediências. O mundo vive agora um teste, e as Nações Unidas um momento de dificuldades e definição. Serão as resoluções do Conselho de Segurança honradas e fortalecidas, ou serão elas descartadas inconseqüentemente? Servirão às Nações Unidas os princípios de sua fundação, ou serão eles considerados irrelevantes?” (THE WHITE HOUSE, 2002).³⁶

As afirmações de George W Bush refletiam, por um lado, o pensamento dos neoconservadores³⁷ norte-americanos para quem “a única ordem estável que os americanos podem imaginar é aquela em que os Estados Unidos estão no centro” (KAGAN, 2003, p. 94).³⁸ Sua atitude, ao ameaçar agir unilateralmente caso o Conselho de Segurança não apoiasse a guerra, por outro lado, revelava descrença quanto às capacidades da ONU em manter a paz e a segurança no mundo.

³⁵ “We know that Saddam Hussein pursued weapons of mass murder even when inspectors were in his country. Are we to assume that he stopped when they left? The history, the logic, and the facts lead to one conclusion: Saddam Hussein's regime is a grave and gathering danger. To suggest otherwise is to hope against the evidence. To assume this regime's good faith is to bet the lives of millions and the peace of the world in a reckless gamble. And this is a risk we must not take” (THE WHITE HOUSE, 2002).

³⁶ “The conduct of the Iraqi regime is a threat to the authority of the United Nations, and a threat to peace. Iraq has answered a decade of U.N. demands with a decade of defiance. All the world now faces a test, and the United Nations a difficult and defining moment. Are Security Council resolutions to be honored and enforced, or cast aside without consequence? Will the United Nations serve the purpose of its founding, or will it be irrelevant?” (THE WHITE HOUSE, 2002).

³⁷ Neoconservadorismo (ou *Neocon*) é uma corrente da filosofia política que surgiu nos Estados Unidos a partir da rejeição do liberalismo social e do relativismo moral no final da década de 1960. O neoconservadorismo estadunidense enfatiza a política externa como aspecto mais importante das responsabilidades de um governo, com o fim de manter o papel dos Estados Unidos como única superpotência, condição indispensável para a manutenção da ordem mundial. A corrente exerceu importante influência sobre os governos de Ronald Reagan e do atual presidente, George W. Bush.

³⁸ “The only stable order Americans can imagine is one that has United States at its center” (KAGAN, 2003, p. 94).

Cerca de um mês depois, em 10 de outubro, o Congresso americano aprovou a resolução H.J. 114³⁹, autorizando o uso das Forças Armadas contra o Iraque, sob a alegação levada à Assembléia Geral. Mais uma vez, o Congresso aprovava uma resolução sem embasá-la em fatos legítimos, como ocorrera com o documento que endossara o bombardeio no Vietnã.

Pouco tempo depois, dirigindo-se à nação em 17 de março de 2003, Bush declarou enfaticamente que,

“Informações recolhidas por este e outros governos não deixam dúvidas de que o regime do Iraque continua a possuir e desenvolver algumas das armas mais letais jamais criadas. Esse mesmo regime já se utilizou de armas de destruição em massa contra seus vizinhos e contra a própria população iraquiana” (THE WHITE HOUSE, 2003).⁴⁰

Ademais, o presidente afirmou que o regime de Saddam Hussein colaborara com a Al Qaeda e, em seguida, alertou o povo americano para o perigo de que, usando armas químicas, biológicas ou, quem sabe, nucleares, obtidas com ajuda iraquiana, os terroristas pudessem realizar suas ambições matando milhares de inocentes nos Estados Unidos. Finalmente, após condenar o ação do Conselho de Segurança que, em suas palavras, “não agiu de acordo com suas capacidades”, Bush lançou seu *ultimatum*:

“As décadas de mentiras e crueldades agora chegaram ao fim. Saddam Hussein e seus filhos devem deixar o Iraque dentro de 48 horas. O não cumprimento dessa ordem resultará em conflito militar, a ter início em um momento de nossa escolha. Para sua própria segurança, todos os estrangeiros – incluindo jornalistas e inspetores – devem deixar o Iraque imediatamente” (THE WHITE HOUSE, 2003).⁴¹

E insistiu,

“Se Saddam Hussein tentar permanecer no poder, será considerado um inimigo mortal até o fim. Em desespero, ele e grupos terroristas podem tentar conduzir operações terroristas contra o povo Americano e contra nossos aliados. Esses

³⁹ A Autorização para o Uso das Forças Armadas Contra o Iraque de 2002, *Authorization for Use of Military Force Against Iraq Resolution of 2002 (Public Law 107-243)*, elencou uma série de fatores pelos quais uma intervenção armada no Iraque seria justificável. Foi aprovada pelo Congresso com 77 votos e apenas 23 contra.

⁴⁰ “*Intelligence gathered by this and other governments leaves no doubt that the Iraq regime continues to possess and conceal some of the most lethal weapons ever devised. This regime has already used weapons of mass destruction against Iraq's neighbors and against Iraq's people*” (THE WHITE HOUSE, 2003).

⁴¹ “*All the decades of deceit and cruelty have now reached an end. Saddam Hussein and his sons must leave Iraq within 48 hours. Their refusal to do so will result in military conflict, commenced at a time of our choosing. For their own safety, all foreign nationals – including journalists and inspectors – should leave Iraq immediately*” (THE WHITE HOUSE, 2003).

ataques não sei inevitáveis. São, contudo, possíveis. E é por essa razão que não podemos viver sob a ameaça de chantagens. A ameaça terrorista para a América e para o mundo diminuirá no momento em que Saddam Hussein for desarmado” (THE WHITE HOUSE, 2003).⁴²

Apesar de não existirem provas contundentes de que Saddam Hussein estivesse de fato vinculado à Al Qaeda ou de que fosse responsável pela produção de armas de destruição em massa, não obstante as multitudinárias manifestações de repulsa à guerra, e sem obter autorização do Conselho de Segurança⁴³ ou o consenso da OTAN, os Estados Unidos, acompanhados pela Grã-Bretanha, Itália, Polônia, Espanha e alguns outros países do Leste Europeu, iniciaram os ataques aéreos à Bagdá em 19 de março de 2003.

A ocupação da cidade se efetivou em 9 de abril, após intensos ataques aéreos, com mísseis teleguiados e bombas de urânio empobrecido⁴⁴, matando milhares de civis, causando danos ecológicos e destruindo sítios históricos. “Durante a ofensiva, a sociedade americana foi sistematicamente colocada diante de uma realidade artificial, criada pela mídia, que dava ao leitor, ou ao telespectador fatos fragmentados e empulhados pelo oficialismo, ou seja, de conformidade com a fonte do Pentágono e dos comandantes militares no Iraque” (BANDEIRA, 2005, p. 705). Ao contrário do que ocorrera durante a Guerra do Vietnã, a imprensa e as redes de televisão pareciam coniventes com o governo, com exceção de alguns articulistas mais independentes, iludindo a opinião pública e contribuindo para a desinformação da população. Em 1º de maio, Bush proclamou, a bordo do porta-aviões USS

⁴² “If Saddam Hussein attempts to cling to power, he will remain a deadly foe until the end. In desperation, he and terrorists groups might try to conduct terrorist operations against the American people and our friends. These attacks are not inevitable. They are, however, possible. And this very fact underscores the reason we cannot live under the threat of blackmail. The terrorist threat to America and the world will be diminished the moment that Saddam Hussein is disarmed” (THE WHITE HOUSE, 2003).

⁴³ A resolução 1441 de 8 de novembro de 2002 (S-RES-1441) foi aprovada por consenso entre os membros do Conselho de Segurança, destarte a oposição de países como a França, China e Rússia em relação a alguns pontos do documento. Apesar de reconhecer as violações cometidas a resoluções anteriores pelo regime de Saddam Hussein, a resolução 1441 não previa qualquer tipo de interferência armada no Iraque de maneira expressa. Antes, estabelecia a visita de inspetores das Nações Unidas ao país a fim de que se comprovassem as alegações de que o Iraque estaria desenvolvendo armas de destruição em massa. Isso não impediu que os Estados Unidos interpretassem o documento com o fim de legitimar a invasão que teria início no ano seguinte.

⁴⁴ Bombas de urânio empobrecido, ou bombas sujas, ou ainda bombas de dispersão radiológica, são dispositivos muito simples: consistem em explosivo convencional, como o TNT (trinitrotolueno), empacotado com um material radioativo. São muito mais rústicas e baratas do que bombas nucleares, mas também são menos eficazes. Explosivos potentes causam danos por meio de um gás muito quente que se expande rapidamente. A idéia básica de uma bomba suja é usar a expansão de gás como um meio de propulsão para o material radioativo sobre uma extensa área, não a força destrutiva em si. Quando o explosivo é liberado, o material radioativo se espalha em um tipo de nuvem de poeira transportada pelo vento que atinge uma área maior do que a da própria explosão.

Abraham Lincoln, que “as principais operações de combate no Iraque chegaram ao fim” e que “na batalha do Iraque, os Estados Unidos e seus aliados foram os vitoriosos” (GUERRA..., 2003).

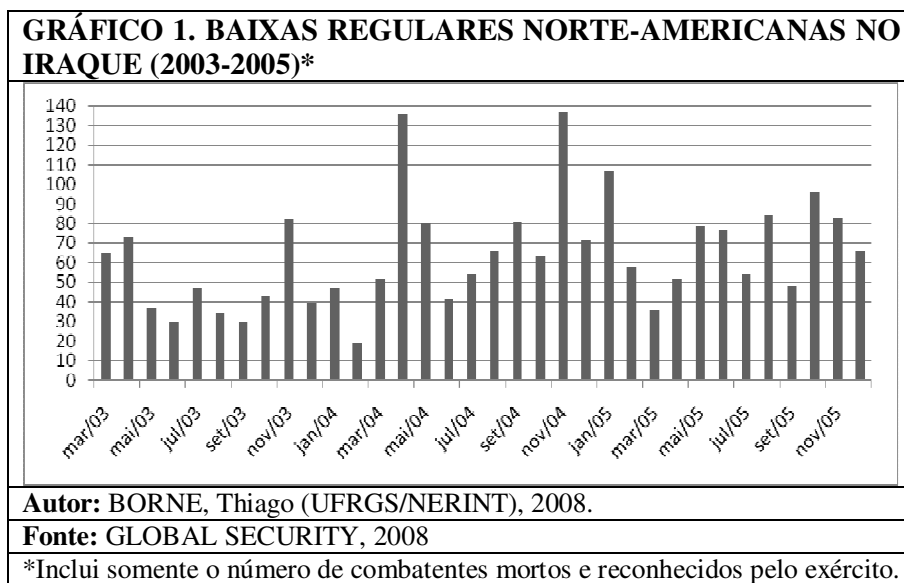
A rapidez com que as tropas americanas evoluíram no Iraque e ocuparam Bagdá, em apenas 21 dias, “demonstrou claramente que o exército do Iraque estava bastante enfraquecido, após dez anos de sanções ditadas pelo Conselho de Segurança da ONU, bem como pelos constantes e ilegais bombardeios de suas defesas aéreas, efetuados previamente pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha” (BANDEIRA, 2005, p. 705). Além disso, Saddam Hussein já começara a destruir, em 3 de março, seus mísseis Al Samoud, atendendo às exigências da UNMOVIC. Com efeito, as armas de destruição em massa, que Bush usara como elemento legitimador para atacar o Iraque, jamais foram encontradas. Em pouco tempo, diversas fontes, algumas ligadas à própria administração Bush, corroborariam para a idéia de que por “razões burocráticas” a questão das armas de destruição em massa fora selecionada para justificar a invasão do Iraque, dado ser a única com a qual todos – dentro e fora dos Estados Unidos – poderiam concordar.

Dessa sorte, a credibilidade do governo norte-americano esvaia-se aos poucos. Como se não bastasse a comprovação da impostura das armas de destruição em massa, a revelação de que prisioneiros em Guantánamo, na Cuba, e Abu Ghraib, no Iraque, eram torturados e humilhados, em desrespeito à Convenção de Genebra, tornou ainda mais evidente a “bancarota moral”⁴⁵ dos Estados Unidos.

Manter a ocupação do Iraque tornava-se cada vez mais custoso e difícil para os Estados Unidos. O caos envolvera Bagdá e as demais cidades do país, amplamente arruinadas, com infra-estrutura destruída, os serviços básicos interrompidos, oleodutos freqüentemente paralisados por sabotagens, em meio de assaltos e pilhagem, enquanto tropas anglo-americanas continuavam a sofrer seguidos e crescentes ataques de guerrilhas. A resistência, longe de diminuir, crescia, com a adesão de jihadistas de outras nacionalidades (BANDEIRA, 2005). Os atentados se sucediam e se multiplicavam, gerando um clima de total instabilidade e insegurança. Em meio a anarquia, as baixas nas tropas da coalizão aumentavam dia a dia. Em 42 dias de guerra, ou seja, entre 20 de março e 1º de maio de 2003, quando Bush declarou o fim dos principais combates, a coalizão perdeu 172 soldados, dos quais 139 americanos. O número, porém, duplicou nos meses subseqüentes. Até dezembro, seriam abatidos 406 soldados da coalizão, sendo 346 dos Estados Unidos, o que representa uma média de 1 a 2

⁴⁵ Em 19 de maio de 2004, a revista alemã *Stern* usou a expressão “*Moralisch Bankrott*” como título, sobre o retrato de George W. Bush.

soldados por dia (BANDEIRA, 2005). O gráfico 1 ilustra o número de baixas regulares americanas no Iraque, de 2003 a 2005. Nem mesmo a prisão de Saddam Hussein pelas tropas norte-americanas, em dezembro de 2003, foi capaz de frear a resistência que, aquela altura, já ameaçava se espalhar em todo o Oriente Médio.



Sem condições de estabelecer efetivamente o controle sobre a situação, George W. Bush concordou com a proposta da ONU e tratou de iniciar os preparativos para a devolução da soberania ao Iraque. Após a elaboração e promulgação solene de uma Constituição provisória, para entrar em vigor em 1º de julho, foi instaurado, em 28 de junho, um Conselho Interino de Governo formado por 33 iraquianos, incluindo sunitas, xiitas, curdos e cristãos, sob a presidência sunita de Ghazi Mashal Ajil Al-Yawer. Entrementes, as baixas da coalizão aumentavam. Em 2004, em 366 dias, tombaram 906 soldados, dos quais 848 americanos, o equivalente a 2 ou 3 por dia. Além disso, cerca de 207 civis americanos, que trabalhavam para empresas privadas, foram executados ou mortos em atentados no mesmo período (BANDEIRA, 2005). Ademais, desde o início da guerra até fevereiro de 2005, segundo as estimativas, além dos mortos em combate, mais de 12 mil soldados americanos haviam sido internados por doenças e ferimentos fora de combate e outros, devido ao clima do Iraque, sobretudo as tempestades de areia. O atrito mostrava-se mais do que presente na guerra.

O que se vislumbrava no Iraque, e também no Afeganistão, era, então, uma derrota política dos Estados Unidos, em consequência da dificuldade, se não impossibilidade, de

impor pelas armas seu projeto político para aqueles países. Não obstante o aparente fracasso na guerra contra o terror, George W. Bush derrotou o senador John Kerry nas eleições presidenciais de novembro, com o apoio de 29 estados, 274 votos eleitorais, e 52% do voto popular (BANDEIRA, 2005). A vitória de Bush evidenciou a existência de um eleitorado profundamente dividido e fragmentado, não apenas no que tange a guerra, mas também por questões morais e religiosas.

Finalmente, as eleições foram realizadas no Iraque em 30 de janeiro de 2005, e a Aliança Unificada Iraquiana se consagrou vitoriosa com 48,1% dos votos. O presidente Ghazi Al-Yawar, do Conselho Interino de Governo, não recebeu mais do que 1,7% dos votos. Apesar de previsto, o resultado não era o que Washington desejava. Não restava, contudo, alternativa senão aceitá-lo. A partir de então, o temor era de que, em uma sociedade extremamente polarizada e dividida, o resultado das eleições agravasse ainda mais as turbulências no Oriente Médio. O modelo democrático que os Estados Unidos tentavam impor era, por assim dizer, incompatível com a hierocracia xiita dominante na região (BANDEIRA, 2005).

Os maiores combates e a estabilidade das operações no Iraque e no Afeganistão demandavam muito dos soldados e equipamentos norte-americanos. Desde o início da guerra até fevereiro de 2005, cerca de 8 mil rapazes haviam desertado, muitos emigrando para o Canadá. No início do ano, o recrutamento pelo Exército dos Estados Unidos, para serviço ativo, caiu 27% e foi a primeira vez, em quase cinco anos, que não atingiu sua meta de incorporação. Dos 7050 recrutas de que necessitava, conseguiu apenas 5144, e a perspectiva era de que dificilmente conseguisse chegar a casa dos 80 mil novos soldados necessários até o final daquele ano (BANDEIRA, 2005). Além disso, o povo americano dificilmente aceitaria a convocação de reservistas. Os números revelavam as dificuldades em se manter uma guerra onde a fricção e o atrito eram aparentemente os principais inimigos.

Sem que cessassem os atentados e o derramamento de sangue, o futuro do Iraque continuou tão incerto depois das eleições quanto era em março de 2003. O que predominava entre os povos dos países muçulmanos, e que se acentuou após a guerra, foi o sentimento nacionalista, antiamericano e antiglobalização. Por outro lado, o espectro do terrorismo não se constituiu como um fator de coesão do Ocidente como fora, outrora, o comunismo. Sem credibilidade e sem moral, os Estados Unidos sentiriam os resultados da guerra do Iraque tornarem-se um agravante da crise de sua própria hegemonia.

4.1. A GESTÃO DO ATRITO NO SÉCULO XXI

A guerra do Iraque constituiu terreno fértil para os contratistas, as firmas empreiteiras e fornecedoras do Pentágono. Permitiu a transferência para essas corporações de numerosos recursos públicos, por meio de contratos para a prestação de serviços, realização de obras, e renovação do material bélico. Nesse sentido, foram também privatizadas diversas funções militares e de inteligência: as Empresas de Segurança Privada (PSCs) e as Empresas Militares Privadas (PMCs) estiveram presentes em todo o país, respondendo por 20 a 30% dos serviços essenciais prestados aos militares (BANDEIRA, 2005). A tabela 2 agrupa os cinco maiores contratistas operando no Iraque em abril de 2008.

TABELA 2. CINCO MAIORES CONTRATISTAS NO IRAQUE (ABRIL/2008)*		
Contratista	Valor Destinado (US\$ Bilhões)	Valor Gasto (US\$ Bilhões)
DynCorp	1,424	1,255
Bechtel National, Inc.	1,214	1,177
Environmental Chemical Corporation	1,025	0,900
FuorAMEC, LLC	0,941	0,934
AECOM, Government Services, Inc.	0,705	0,422
Autor: BORNE, Thiago (UFRGS/NERINT), 2008.		
Fonte: SIGIR, 2008.		
*Inclui empresas de caráter militar e não-militar.		

Apesar de ainda hoje existirem mercenários semelhantes àqueles que lutaram a Guerra dos Trinta Anos, as PSC/PMCs representam o próximo passo na cadeia de evolução da privatização dos serviços militares. De acordo com Singer (2008), “a nova onda de agentes militares privados é composta essencialmente de companhias comerciais. Elas são hierarquicamente organizadas através de negócios registrados, operam e competem abertamente – na maioria dos casos –, e são verticalmente integradas em um mercado mundial

mais abrangente” (SINGER, 2008, p. 45).⁴⁶ Desse processo de corporativização emergem diversas características que as diferenciam dos mercenários do passado.

Primeiro, essas empresas são organizadas na forma de negócios, no sentido mais comercial da palavra. Enquanto que mercenários tendem a se organizar de forma temporal e *ad hoc*, as PSC/PMCs formam complexos permanentes e claramente hierarquizados, capazes de competir e sobreviver no mercado internacional. Além disso, esse tipo de corporação visa alcançar lucros extraordinários no longo prazo. Para tanto, funcionam como empresas registradas capazes de fazer uso de complexos sistemas de financiamento corporativo. Grupos mercenários, por sua vez, estão mais interessados no lucro pessoal de curto prazo: uma vez pagos, desmantelam-se a espera de um novo contrato. Nesse caso, à exemplo do que ocorria na Idade Moderna, a ação está centrada fundamentalmente no indivíduo, ao passo que as PSC/PMCs tendem a possuir uma abordagem mais voltada à manutenção da estrutura da companhia.

Outro ponto relevante é o de que as PSC/PMCs competem no mercado global como atores legítimos. Diferentemente dos mercenários, atores internacional e legalmente marginalizados, PSC/PMCs são consideradas entidades legais vinculadas aos seus contratantes por instrumentos reconhecidos e, em alguns casos, aos seus Estados de origem por leis que requerem não apenas um registro público, mas também relatórios periódicos de atividades e licenças para contratos no exterior. Esse status de negócio registrado as diferencia dos mercenários que geralmente devem atuar na sombra da lei.

As PSC/PMCs também são capazes de oferecer aos seus clientes uma gama muito mais variada de serviços do que os grupos mercenários. Aliás, a própria clientela dessas empresas tende a ser muito mais diversificada do que aquela que recorre aos soldados da fortuna. Não apenas Estados, mas também Organizações Internacionais como as Nações Unidas, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e mesmo outras empresas comumente alugam os serviços de PSC/PMCs. Dessa sorte, muitas delas são capazes de trabalhar para múltiplos clientes em múltiplos mercados e teatros de operação simultaneamente. De acordo com Rosen, as modernas PSC/PMCs possuem escritórios em diversos países, com contratos por todo o mundo (ROSEN, 2005, p. 143). A abordagem corporativa e a abertura do mercado internacional da segurança também criam padrões mais eficientes de recrutamento para as

⁴⁶ “The newest wave of private military agents are commercial enterprises first and foremost. They are hierarchically organized into registered business and trade and compete openly (for the most part) and are vertically integrated into the wider global marketplace” (SINGER, 2008, p. 45).

privadas. Nesse sentido, é comum que elas organizem processos públicos de seleção, geralmente anunciados em jornais e revistas especializadas. Dentre os funcionários em potencial, estão sempre ex-soldados que, por já possuírem amplos conhecimentos nas artes da guerra, ou deterem alguma qualidade específica, geram ganhos de eficiência às empresas que não precisam despender recursos em programas de treinamento. Esse tipo de seleção proporciona aos empregados dessas firmas níveis de disciplina e coesão dificilmente encontrados entre forças mercenárias (SINGER, 2008, p. 47).

Finalmente, essas firmas se diferenciam dos grupos mercenários pelas complexas relações extra-industriais que possuem. Muitas detêm vínculos próximos com bancos e instituições financeiras, ou fazem parte de conglomerados industriais mais amplos. Esses elos dão às PSC/PMCs a legitimidade necessária para que elas atuem no sistema internacional sem levantar maiores suspeitas, além de maior acesso ao capital financeiro necessário ao seu próprio desenvolvimento e expansão. A tabela 3 resume as principais diferenças entre PSC/PMCs e mercenários.

TABELA 3. MERCENÁRIOS X EMPRESAS DE SEGURANÇA/MILITARES PRIVADAS		
	Mercenários	PSC/PMCs
Organização	Individual Temporal ou <i>Ad Hoc</i>	Corporativa Hierarquizada Permanente Eficiente Competitiva
Motivação	Remuneração Individual Curto Prazo	Lucros Extraordinários Longo Prazo
Serviços	Operações de Combate Único Cliente	Diversificados (treinamento, logística, inteligência) Vários Clientes (Simultaneamente)
Recrutamento	Pouco Transparente	Público e Especializado
Conexões	Independentes	Vinculadas (Mercado Financeiro e Conglomerados)
Autor: BORNE, Thiago (UFRGS/NERINT), 2008.		
Fonte: SINGER, 2008.		

O auge dos exércitos privados é resultado direto de uma série de eventos políticos e econômicos que tiveram início com o final da Guerra Fria ou que, a partir de então, passaram a adquirir maior relevância. Nesse sentido, a aplicação mundial de um modelo neoliberal capitalista desde meados dos anos 1970 é um fator chave. No paradigma do

neoliberalismo, o imperativo da privatização vale para o exército tanto quanto para outros setores que costumavam ser funções exclusivas do Estado, como por exemplo, os sistemas de educação e de saúde (SINGER, 2003).

“Juntamente com desenvolvimentos e mudanças nos campos da segurança e da tecnologia militar no período do pós-Guerra Fria, o rápido crescimento do processo de privatização e de minimização do setor público contribuiu para a sua própria aceleração e emergência. A segurança – uma função originalmente de responsabilidade estatal – está começando a ser realizada por atores não governamentais ou ‘privados’, semelhantemente ao que ocorre nos campos do comércio e das finanças” (ZABCI, 2007).⁴⁷

Além disso, avanços nas tecnologias militares e nos métodos de condução da guerra prepararam o terreno para a expansão da indústria da segurança privada.

“Se por um lado terminaram as guerras entre as ‘super potências’ e as fronteiras entre conflitos internos e internacionais desapareceram, avanços tecnológicos eliminaram a necessidade por grandes exércitos lutando no campo de batalha. Em guerras que dependem de alta tecnologia, mais expertos são necessário, e eles são recrutados, em sua maioria, no setor privado” (ZABCI, 2007).⁴⁸

Mas o emprego das PSC/PMCs também pode ser entendido como parte de um fenômeno mais amplo, vinculado à crise da hegemonia norte-americana. Para tanto, devemos primeiro tentar entender o conceito de Charles Tilly das atividades estatais como faces complementares da organização e da monopolização da violência. Seja o que for que os governos façam, afirma Tilly, eles “se destacam das outras organizações pela tendência a monopolizar os meios concentrados de violência” (*apud* ARRIGHI, 2008, p. 263). Essa tendência concretiza-se em quatro tipos de atividade: (a) proteção; (b) formação do Estado; (c) guerra; e (d) extração. A “proteção” é o produto mais característico das atividades governamentais. Como ressalta Tilly, o termo é capaz de evocar dois significados distintos: “a imagem reconfortante do amigo poderoso que oferece defesa contra o perigo” – a proteção legítima –; e “a imagem sinistra do golpe do malfeitor, que obriga os mercadores a pagar

⁴⁷ “Along with developments and changes in the fields of security and military technology in the post-Cold war period, increasing rapidity in the process of the privatisation and minimisation of the public sector is a leading factor that has both triggered and accelerated its emergence. Security – a function formerly existing solely under the state's responsibility – is coming to be performed by non-governmental or 'private' actors, as is already the case in the fields of trade and finance” (ZABCI, 2007).

⁴⁸ “As on the one hand, wars between the 'super powers' came to an end and the boundary between internal and international conflicts disappeared, technological advancements on the other hand eliminated the need for large armies to fight on battlefields. In wars that rely on high technology, more experts are needed, and they are mostly gathered from the private sector” (ZABCI, 2007).

tributo para evitar danos que o próprio malfeitor, tácita ou abertamente, ameça usar” – o golpe de proteção (ARRIGHI, 2008, p. 263).

Por isso, argumenta Tilly, muitas vezes a oferta de proteção feita pelos governos pode ser classificada como extorsão:

“Na medida em que as ameaças contra as quais um dado governo protege seus cidadãos são imaginárias ou conseqüência de suas atividades, o governo organizou uma extorsão disfarçada de proteção. Como é comum que os próprios governos simulem e até inventem ameaças de guerra externa, e como muitas vezes as atividades repressora e extrativa dos governos constituam as maiores ameaças imediatas ao meio de vida de seus próprios cidadãos, muitos governos funcionam essencialmente do mesmo modo que os golpistas. É claro que há uma diferença: os golpistas, pela definição convencional, trabalham sem a santidade dos governos” (TILLY, 1985, p. 170-171 *apud* ARRIGHI, 2008, p. 263).

Para o autor, a legitimidade dos detentores de poder depende muito menos do consentimento daqueles sobre quem o poder é exercido do que do consentimento de outros detentores de poder. Por isso é muito mais provável que outras autoridades confirmem as decisões da autoridade questionada que controla uma força substancial, com medo de retaliação e desejo de manter o ambiente estável. Por isso, quanto maior a monopolização dos meios concentrados de violência, maior a credibilidade da pretensão de um governo específico de oferecer proteção.

“Isso envolve a eliminação ou neutralização dos rivais, tanto dentro de seu domínio territorial (formação do Estado) quanto fora dele (guerra). E como a proteção, a formação do Estado e a guerra exigem recursos financeiros e materiais, a extração consiste em atividades por meio das quais os governos obtêm esses recursos. Realizadas com eficácia, cada uma dessas quatro atividades ‘em geral reforça as outras’” (ARRIGHI, 2008, p. 264).

O modelo de Tilly enfatiza, portanto, a complementaridade entre as quatro atividades do Estado que asseguram o sucesso governamental na monopolização dos meios concentrados de violência em nível nacional. Em contraste, Arrighi (2008) afirma que, no caso norte-americano, o governo vem tentando organizar e monopolizar os meios concentrados de violência em nível global. Por isso, para que o modelo de Tilly pudesse ser aplicado nesse caso, seriam necessárias duas ressalvas. Primeiro, que a formação do Estado mundial reduz a distinção entre as atividades que formam o Estado e as que fazem a guerra, já que o futuro Estado mundial reivindica o mundo inteiro como domínio possível e, portanto, rejeita a distinção entre domínios intra-Estado e inter-Estados. Segundo, como a “santidade

dos governos” ainda pertence aos Estados nacionais, o futuro Estado mundial enfrenta mais dificuldades para se apresentar como organizador de “proteção legítima” e não de “golpe de proteção”.

O projeto de governo mundial norte-americano teve início após a Segunda Guerra Mundial e obteve relativo sucesso até o final da década de 1960, quando a situação favorável dos Estados Unidos começou a mudar a partir de uma crise sinalizadora de sua própria hegemonia. O marco da crise foi a Guerra do Vietnã, travada em um ambiente social, cultural e politicamente hostil concomitantemente ao fortalecimento da Europa e Ásia oriental como concorrentes econômicos e à acumulação de lucros das multinacionais norte-americanas em mercados financeiros extraterritoriais, privando o governo dos Estados Unidos da tão necessária receita fiscal. Como resultado dessa combinação de circunstâncias, o poderio militar norte-americano perdeu credibilidade e o padrão ouro-dólar desmoronou. Para agravar a situação, a ONU, outrora guiada abertamente pelos ideais políticos norte-americanos, transformaram-se em caixa de ressonância das queixas do Terceiro Mundo, gerando pouca legitimidade para o exercício dos Estados Unidos nas funções governamentais mundiais. Assim, após uma década de crise cada vez mais profunda, o governo Reagan deu início à transformação da proteção norte-americana legítima em golpe de proteção.

Dessa sorte, não foram os neoconservadores do governo Bush que começaram a transformação dos Estados Unidos de protetor legítimo em golpista, uma vez que quando chegaram ao poder a transformação já estava em estágio avançado. Mas ao forçá-la demais, sem querer acabaram mostrando seus limites, tanto militares quanto econômicos. Assim, a tentativa de mostrar que o poderio militar norte-americano conseguiria policiar o mundo de maneira eficaz ao mesmo tempo em que o país tentava assegurar sua centralidade na economia política global fracassou em ambos os aspectos, e esse fracasso pode ser atribuído ao exagero na aplicação do golpe da proteção mundial. Menos de um ano depois de os Estados Unidos invadirem o Iraque, as notícias do mundo todo mostravam que “a imagem reconfortante da proteção norte-americana cederia lugar à imagem sinistra em que os Estados Unidos tentavam intimidar o mundo para que este se ajustasse a sua pauta de política externa” (ARRIGHI, 2008, p. 268).

Isso mostra que o novo imperialismo do Projeto para o Novo Século Norte-Americano marca provavelmente o fim da luta de sessenta anos dos Estados Unidos para se tornar o centro organizador de um Estado mundial. No Iraque, assim como no Vietnã, a crescente dificuldade dos Estados Unidos superar a resistência de um adversário militar

comparativamente insignificante comprometeu a credibilidade do poderio norte-americano no mundo em geral. Dessa forma, nem mesmo o ressurgimento da riqueza americana que procedeu da queda da União Soviética e que foi responsável, nos anos 1990, por importantes mudanças nas tecnologias militares, das quais falaremos em seguida, foi capaz de retirar o país da situação de crise de hegemonia em que se inseriu no final dos anos 1960.

A *belle époque* (ARRIGHI, 2008) norte-americana dos anos 1990 propiciou um processo de modificação da lógica militar dos Estados Unidos conhecido como Revolução nos Assuntos Militares, *Revolution in Military Affairs* (RMA). A partir dessa nova abordagem, a condução da guerra deixaria de ser baseada tão incisivamente no combate direto em solo e passaria a adotar plataformas marítimas e aéreas como principais meios de suporte das operações. Isso significou amplos investimentos no desenvolvimento de novas tecnologias⁴⁹ capazes de prover as tropas terrestres de informações mais precisas no próprio teatro de operações. A idéia por trás da mudança era minimizar os efeitos da fricção oriundos de combates prolongados através de homens mais bem informados e equipados. Os defensores dessa nova agenda militar norte-americana vislumbravam um futuro para as guerras no qual termos como “dominação informacional” e conceitos do tipo “veja primeiro, aja primeiro, finalize decisivamente” tornar-se-iam centrais (IISS, 2006, p. 411).⁵⁰

De fato, mudanças importantes ocorreram no início do século XXI, e o ambiente de conflito atual representa uma nova era para guerra. Contudo, infelizmente não era esse o ambiente que os Estados Unidos esperavam. Mesmo com controle e domínio total da informação, os exércitos americanos têm enfrentado campanhas cada vez mais complexas e letais, em terrenos urbanos⁵¹ e contra inimigos irregulares e invulneráveis a muitas das tecnologias que serviram de base à RMA.⁵²

Essa transformação do ambiente de conflito e as conseqüências da nova agenda militar norte-americana associada à RMA revelaram uma característica importante da guerra no começo do novo século: a preponderância militar americana baseada nos métodos

⁴⁹ Tecnologias estas baseadas, sobretudo, no aprimoramento da guerra eletrônica.

⁵⁰ “*Information dominance*” e “*see first, act first, finish decisively*”, respectivamente.

⁵¹ Dunnigan (2003) aponta para a vantagem que o defensor adquire em relação ao atacante nesse tipo de terreno. Em 1998, por exemplo, o Pentágono realizou um exercício de guerra simulando uma possível invasão iraniana à capital da Arábia Saudita, Riadah. Na ocasião, as forças da OTAN sofreram 40 mil baixas, entre mortos, feridos e desaparecidos, na tentativa de tomar a cidade (DUNNIGAN, 2003, p. 25).

⁵² “*Instead of ‘network-centric warfare’ based upon electronic sensor-to-shooter networks and precision targeting systems, advanced forces are enmeshed in what has been described as ‘netwars’ based on agile and adaptive human networks*” (IISS, 2005:411).

convencionais de promoção da guerra. O status de potência hegemônica rendeu aos Estados Unidos uma praticamente invencibilidade na aplicação tradicional da força. As guerras tendiam, portanto, até o final do século passado, a ser breves, intensas e desbalanceadas a favor dos Estados Unidos, seus aliados, ou do lado que mais se assemelhasse as suas capacidades. Isso permitiu que os Estados Unidos alcançassem vitórias rápidas em boa parte dos conflitos nos quais esteve envolvido ao longo da década de 1990. Por outro lado, foi para esse ambiente de conflito que os planejadores militares americanos traçaram seus planos ao adotar a RMA, ignorando, possivelmente, a máxima clausewitziana de que existem diferenças entre a guerra real e aquela encontrada nos livros.

Talvez não surpreendentemente, os atuais e potenciais inimigos dos Estados Unidos também perceberam que a superioridade militar norte-americana esteve sempre baseada na promoção de guerras convencionais, e passaram a agir de modo a minimizar essas vantagens. Agentes não estatais, como a Al Qaeda, desenvolveram as chamadas abordagens assimétricas da guerra, que os permitiu contornar o poderio militar dos Estados Unidos através da promoção de operações em ambientes onde a tecnologia americana não pudesse ser, no mínimo, plenamente utilizada.

Mas é claro que a Al Qaeda não foi o único ator não estatal a adotar os métodos assimétricos para contrabalançar o poderio norte-americano. Enquanto terroristas e grupos insurgentes buscaram evitar essa supremacia pela via irregular, outros atores internacionais tentaram fazê-lo pela aquisição de capacidades que representassem perigos iminentes aos Estados Unidos, como armas de destruição em massa, tecnologias de dissuasão⁵³, ou a combinação de ambos. Assim, enquanto a Coreia do Norte e o Irã tentaram contrapor a superioridade convencional norte-americano pela aquisição de armas nucleares, Saddam Hussein tratou de promover uma transformação em seu exército, transformando-o em uma espécie de guerrilha e desenvolvendo uma rede de contatos com grupos terroristas regionais e transnacionais (IISS, 2006).

Conseqüentemente, a guerra convencional parece ter perdido, pelo menos por hora, sua preponderância como principal forma de promoção da violência. Ao mesmo tempo, a alegada superioridade dos Estados Unidos cria um tipo de “comportamento de prevenção assimétrico” em seus adversários, o que torna a vitória através dos meios convencionais de guerra ainda menos passível de ocorrer.

⁵³ Aquelas que visam, por exemplo, destruir a camuflagem *stealth* de um caça.

A incapacidade dos Estados Unidos de atuar efetivamente frente as novas ameaças impostas pelos ambientes de guerra assimétrica não provocou no país, pelo menos até o momento, qualquer tipo de mudança em direção ao abandono da lógica da RMA. Muitos estrategistas norte-americanos ainda vêm o domínio dos métodos convencionais de promoção da guerra como a alternativa mais indicada para o enfrentamento das atuais e possíveis futuras ameaças à nação. A China, em especial, é vista como inimigo em potencial dos Estados Unidos. Isso não significa dizer, contudo, que os Estados Unidos desconhecem seu próprio ponto fraco. A importância do novo ambiente de guerra irregular já foi anunciada pela Revisão Quadriannual do Departamento de Defesa Norte-Americano de 2006, *US Department of Defense's 2006 Quadrennial Review* (QDR), que o definiu como aquele que envolve atores não estatais ou métodos não tradicionais do uso da força.

“O Departamento de Defesa conduziu a Revisão Quadriannual de 2006 no quarto ano de uma longa guerra irregular em sua natureza. Os inimigos nesta guerra não são forças militares convencionais, mas redes globais de terrorismo que se utilizam do islamismo para promover ideais políticos radicais. Esses inimigos puderam encontrar maneiras de adquirir e utilizar armas nucleares e biológicas para assassinar milhares de americanos e de outros povos ao redor do mundo. Eles usam o terror, a propaganda e a violência indiscriminada numa tentativa de subjugar o mundo muçulmano sob uma teocracia radical e tirânica, ao mesmo tempo em que perpetuam o conflito com os Estados Unidos e seus aliados. Essa guerra demanda que os militares americanos adotem abordagem não-convencionais e indiretas” (US DEPARTMENT OF DEFENSE, 2006).⁵⁴

Desta forma, pelo menos no nível conceitual, os analistas americanos já reconheceram a necessidade de reorientar suas agendas de segurança a partir desse novo ambiente de conflito caracterizado por ameaças complexas, difusas e irregulares. Não obstante, dada a imensa inércia que assola o complexo industrial-militar norte-americano, o jogo de interesses de determinados setores da sociedade no Congresso e as dificuldades psicológicas envolvidas em qualquer tentativa de mudança do pensamento estratégico

⁵⁴ “*The Department of Defense conducted the 2006 Quadrennial Defense Review (QDR) in the fourth year of a long war, a war that is irregular in its nature. The enemies in this war are not traditional conventional military forces but rather dispersed, global terrorist networks that exploit Islam to advance radical political aims. These enemies have the avowed aim of acquiring and using nuclear and biological weapons to murder hundreds of thousands of Americans and others around the world. They use terror, propaganda and indiscriminate violence in an attempt to subjugate the Muslim world under a radical theocratic tyranny while seeking to perpetuate conflict with the United States and its allies and partners. This war requires the U.S. military to adopt unconventional and indirect approaches*” (US DEPARTMENT OF DEFENSE, 2006).

dominante, o QDR tende a produzir muito pouco efeito sobre o setor castrense dos Estados Unidos.

Isso significa que o ambiente de conflito dos próximos anos deverá de fato ser dominado pelas guerras irregulares complexas, conforme apontado em relatório do Conselho Nacional de Inteligência, *National Intelligence Council*, em dezembro de 2004:

“Os principais fatores que levaram ao surgimento do terrorismo internacional não devem desaparecer pelos próximos 15 anos [...] Economias deficitárias, afiliações étnicas, convicções religiosas intensas e novas perturbações à ordem internacional deverão se unir para criar a ‘tormenta perfeita’, gerando condições propícias para o surgimento de conflitos internos. As capacidades governamentais dos Estados, contudo, determinarão onde e com que extensão esses conflitos vão ocorrer. Aqueles Estados incapazes de satisfazer as expectativas de suas populações e de resolver as demandas conflitivas entre elas deverão viver as mais severas e mais freqüentes manifestações da violência [...] A probabilidade de um conflito de grande intensidade se tornar uma Guerra total nos próximos 15 anos é menor do que em qualquer momento do século passado” (US NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL, 2004).⁵⁵

Dessa nova realidade da guerra surgem diversas implicações. A primeira, é que vencer a fase das “principais operações de combate” durante uma campanha militar pode não ser mais tão decisivo para por um fim à guerra. A fase convencional da Guerra do Iraque, que durou apenas 21 dias, por exemplo, foi irrefutavelmente ganha pela coalizão liderada pelos Estados Unidos. “Mas na prática a fase convencional é vista como um simples adorno à fase verdadeiramente decisiva da operação – a tentativa de substituir o regime Ba’athista⁵⁶ por um governo estável, democrático e de orientação pró-ocidental: uma parte muito mais problemática do todo” (IISS, 2006, p. 413).⁵⁷

⁵⁵ “The key factors that spawned international terrorism show no signs of abating over the next 15 years [...] Lagging economies, ethnic affiliations, intense religious convictions, and youth bulges will align to create a ‘perfect storm’, creating conditions likely to spawn internal conflict. The governing capacity of states, however, will determine whether and to what extent conflicts actually occur. Those states unable both to satisfy the expectations of their peoples and to resolve or quell conflicting demands among them are likely to encounter the most severe and most frequent outbreaks of violence [...] The likelihood of great power conflict escalating into total war in the next 15 years is lower than at any time in the past century” (US NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL, 2004).

⁵⁶ O partido Ba’ath é de orientação pan-arabista, e existe não só no Iraque, mas também no Líbano e na Síria. Era o partido ao qual pertencia Saddam Hussein e ao qual o atual presidente sírio, Bashar Al Assad é filiado. O Ba’ath segue uma ideologia baseada no socialismo e no nacionalismo, adaptados à cultura árabe e à sociedade islâmica.

⁵⁷ “But in hindsight the conventional phase is seen as merely a curtain-raiser to the truly decisive phase of the operation – the attempt to replace the Ba’athist regime with a stable, democratic, Western-oriented government: a much more problematic enterprise, in the event” (IISS, 2005, p. 413).

Além disso, uma vez que as guerras irregulares são, pelo menos por enquanto, travadas basicamente em ambientes terrestres, as forças de solo deverão continuar sendo o principal recurso na guerra pelos próximos anos. Isso significa dizer que o papel estratégico da força aérea e da marinha tende a ser menos relevante no combate diário.⁵⁸ Essa situação já se tornou evidente se considerarmos as demandas atuais do Departamento de Defesa norte-americano. Enquanto que o exército e os *marines* são amplamente empregados na maior parte das operações, sofrem com altos níveis de baixas e desgaste do pessoal e tem dificuldade em atingir as metas de recrutamento, as capacidades da força aérea e a marinha permanecem subutilizadas ao mesmo tempo em que são essas as armas que recebem maiores investimentos do governo sem contribuírem de fato nos esforços de guerra (IISS, 2006).

Agrava a situação o fato de o complexo-industrial norte-americano não estar pronto para suprir a demanda de equipamentos necessários ao combate em guerras irregulares. Uma vez que a RMA esteve baseada no desenvolvimento de diversas tecnologias sensíveis de alto valor agregado, o setor industrial dos Estados Unidos acabou se voltando a produção desses equipamentos. Considerando as altíssimas taxas de lucro oriundas da fabricação desse tipo de aparelhagem, há pouco investimento nos Estados Unidos visando o combate em ambientes de guerra irregular.

“Até que esse padrão mude, as forças militares ocidentais do século XXI serão marcadas por irrelevância e exasperação. Exércitos, marinhas, forças especiais e seus respectivos elementos de suporte aéreo e marítimo serão largamente utilizados, enquanto que as forças aéreas e marinhas estratégicas permanecerão irrelevantes para o ambiente de conflito contemporâneo. Isso não significa que tais forças devam ser abolidas: revela antes a necessidade de rebalanceamento e de abordagens inovativas que alcancem os graus de imaginação mostrados pelos inimigos assimétricos e permitam que as capacidades sejam utilizadas ao máximo. Esses são os elementos estratégicos que lideram o ambiente de conflito contemporâneo” (IISS, 2006, p. 413).⁵⁹

⁵⁸ Também significa dizer que a infantaria continuará a ser o principal componente militar nas futuras operações norte-americanas (DUNNIGAN, 2003).

⁵⁹ “*Until this pattern changes, Western military forces in the twenty-first century will be marked by a combination of irrelevance and overstretch. Armies, marines, special forces and their supporting air and maritime elements will be heavily committed, while strategic air forces and navies will remain largely irrelevant to the contemporary conflict environment. This does not mean such forces should be abolished: rather it speaks of a need for re-balancing and for innovative approaches that match the degree of imagination shown by asymmetric adversaries, and allow the full range of capabilities to be brought to bear. These, then, are the strategic factors that drive the contemporary conflict environment*” (IISS, 2005, p. 413).

No nível tático, apesar de surgirem alguns elementos novos, há algumas continuidades entre as antigas formas de guerra e o cenário emergente. Hoje os exércitos devem lidar com muitos adversários que por vezes ultrapassam a noção tradicional do oponente representado pelas forças armadas regulares de Estados. Isso cria um ambiente ambíguo e multilateral, dominado pela complexidade. Ao invés da tradicional construção bilateral – dois lados oponentes –, os exércitos agora se encontram em um “ecossistema” de conflito, que inclui numerosos atores armados e não armados capazes de impor sérias ameaças ao sucesso de uma missão, mas contra os quais a aplicação da força militar pode se tornar, na melhor das hipóteses, ao menos problemática. Assim, diferentemente do que ocorria nas guerras do passado, onde o objetivo principal era conquistar territórios – uma abordagem centrada no terreno – ou destruir em combate as forças inimigas – uma abordagem centrada no inimigo – os exércitos devem agora dominar todo o ambiente no qual se inserem.

É o que pode ser chamado de uma abordagem centrada no sistema (IISS, 2006). No novo ambiente de confronto proporcionado pela guerra assimétrica, os analistas militares foram forçados a reconhecer que as tropas amigas, os múltiplos adversários e populações neutras são todos parte de um único e abrangente sistema. No Iraque, “as ações que visam o rastreamento efetivo do inimigo, mas ignoram a população, mostram-se extremamente contraproducentes, enquanto que aquelas que tentam ganhar a confiança das pessoas são frustradas pela ação de grupos difusos de inimigos” (IISS, 2006, p. 413).⁶⁰ Desse modo, nem uma abordagem centrada no terreno nem uma centrada no inimigo são suficientes para lidar com as novas ameaças.

Mas essa abordagem também traz algumas dificuldades no nível tático. Primeiro, a amplitude dos meios de comunicação atuais gera uma massa tão grande de expectadores, comentaristas e críticos da guerra que qualquer ação tomada por uma das partes pode ter repercussões negativas para o desenvolvimento da operação. Conforme as tropas americanas aprenderam no Iraque, ainda que a duras penas, o objetivo em se atacar um comboio pode não ser apenas destruir alguns veículos blindados, mas tentar capturar a atenção da mídia através da imagem daqueles veículos queimando, a fim de influenciar a opinião pública mundial. Além disso, os exércitos estão hoje ligados a outros agentes capazes de influenciar a tomada de ação no teatro de operações. São as forças policiais, os serviços de inteligência, agências

⁶⁰ “Actions that target the enemy effectively but alienate the population have proven highly counterproductive, while actions to win over the populace have been stymied by a range of inchoate enemy groups” (IISS, 2005:413).

humanitárias e, claro, as PSC/PMCs. Essa variedade de atores pode, muitas vezes, implicar em dificuldades para o manejo das operações.

Em adição, o terreno no qual as forças operam tornou-se altamente complexo. Parte do “comportamento de prevenção assimétrico” dos inimigos sido o de se mover em direção a terrenos nos quais as tecnologias norte-americanas não são capazes de operar plenamente. Com a urbanização crescente do terceiro mundo, atuar nesses terrenos complexos tem se tornado algo muito mais comum.⁶¹

É nesse ambiente, portanto, que surgem as PSC/PMCs. De maneira geral, as empresas que atuam no Iraque podem ser divididas em três categorias. Conforme proposto por Singer (2008), a “Tipologia da Ponta de Lança” separa as empresas de acordo com as principais funções que desempenham: (a) firmas de provisão militar; (b) firmas de consultoria militar; e (c) firmas de suporte militar.⁶²

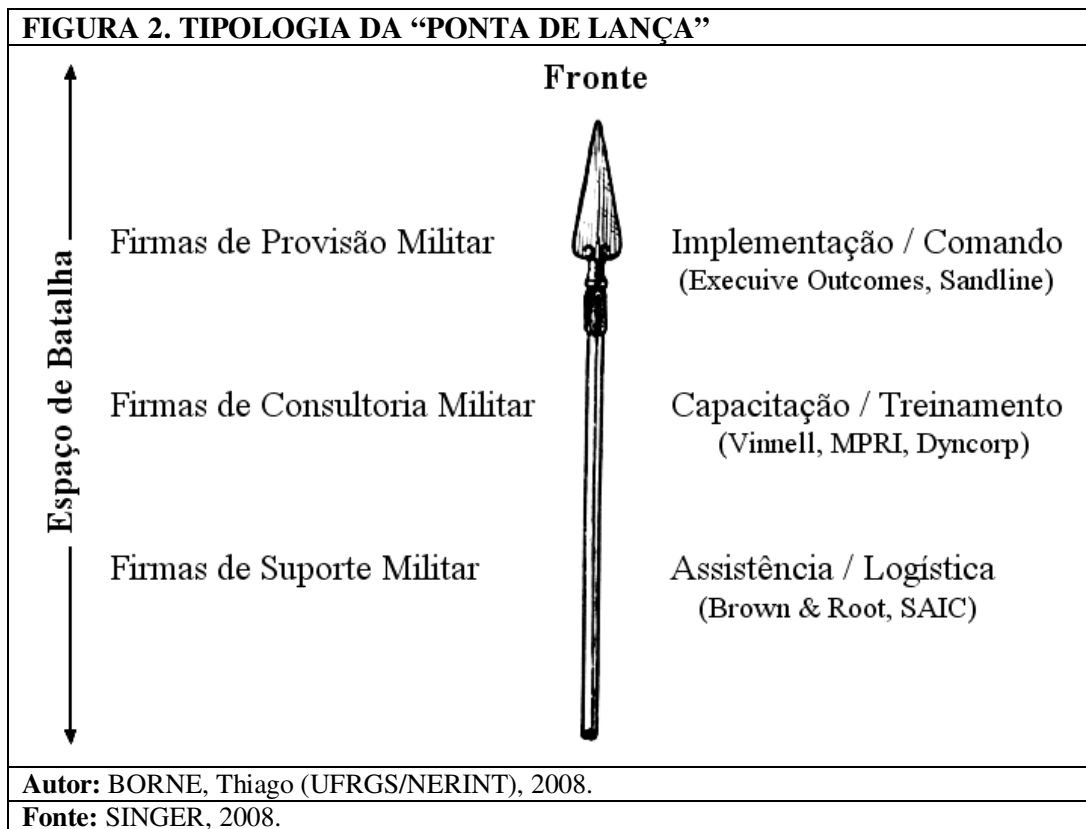
As firmas de provisão militar têm seu foco voltado para o ambiente tático. Nesse sentido, são responsáveis pelo suprimento de homens para engajamento em combate direto. Alguns exemplos incluem as já inexistentes Executive Outcomes e Sandline, baseadas no Reino Unido e na África do Sul, respectivamente. Ambas as companhias sempre alegaram ser muito seletivas em relação aos seus clientes, insistindo que serviriam apenas a Estados soberanos. Atualmente, não existem registros oficiais de empresas desse tipo atuando no mundo. Isso não significa, logicamente, que funcionários dos demais tipos de empresa não possam ser engajados em eventuais combates, sobretudo quando é necessário responder ao fogo inimigo.

As firmas de consultoria militar fornecem treinamento e capacitação estratégica e administrativa aos seus contratantes. Apesar de essas companhias terem a capacidade de modificar os ambientes tático e estratégico do teatro de operações através dos serviços que oferecem, não se engajam em combate direto. O impacto dessas firmas no campo de batalha, contudo, é crucial, na medida em que a aplicação de treinamento e conhecimentos específicos na guerra é hoje tão importante quanto poder de fogo. Dentre os representantes desse setor, estão empresas como as norte-americanas Vinnell e Military Professional Resources (MPRI).

⁶¹ Esse terreno complexo inclui três categorias: terreno físico complexo, terreno humano complexo e terreno informacional complexo.

⁶² Respectivamente, (a) *military provider firms*; (b) *military consultant firms*; e (c) *military support firms* (SINGER, 2008).

As firmas de suporte militar, por sua vez, fornecem serviços suplementares de logística e manutenção, inteligência, abastecimento, suporte técnico e transporte. Semelhantemente ao que ocorre na indústria, a terceirização das funções de abastecimento possibilita a construção de capacidades que o contratante sozinho não poderia suprir. Isso significa dizer que ao contratar empresas como a Brown & Root Services (BRS), os clientes têm a oportunidade de focar-se em outras atividades necessárias à condução dos conflitos. A figura 2 é a representação gráfica da tipologia proposta por Singer.



Mas quais as vantagens em se privatizar a segurança? Em todos os processos de privatização, o fator econômico tem um peso crucial, e os governos podem economizar de diferentes maneiras através do emprego de contratistas. No que tange a provisão de segurança, pode ser mais barato contratar empresas privadas do que deixar que o setor público ou os militares tomem conta do problema. Isso por que, de modo geral, as PSC/PMCs têm custos correntes mais baixos do que as Forças Armadas. Primeiro, por que empregam pessoal já treinado para as funções que deverão exercer; segundo, por que não necessariamente oferecem aos seus funcionários o amplo leque de benefícios que os Estados disponibilizam

para seus soldados. Além disso, o emprego de PSC/PMCs permite uma melhor e mais eficiente alocação dos recursos estatais, uma vez que deixa os militares livres para desempenhar outras funções. Contudo, ainda não existem estudos precisos que confirmem essas hipóteses.

No que diz respeito aos ganhos de eficiência, o caráter fundamentalmente empresarial das PSC/PMCs evita o enfrentamento de qualquer tipo de burocracia estatal necessária para a mobilização dos efetivos regulares. Além disso, a própria mobilização das forças privadas tende a ser mais rápida e eficiente na alocação de seus recursos. Essa maior rapidez levou alguns autores, e algumas empresas, a acreditar que esse tipo de companhia poderia desempenhar um papel mais importante nas missões de paz da ONU, e não apenas oferecer seu suporte. Esse argumento é problemático, contudo, uma vez que a demora no envio das forças de manutenção da paz⁶³ provém do fato que os Estados membros da ONU devem aprovar a missão antes de enviar seus efetivos, bem como das dificuldades de se organizar esse tipo de operação. Ademais, dificilmente as discordâncias entre os Estados membros seriam amenizadas pelo uso de PSC/PMCs.

PSC/PMCs também permitem que os exércitos adquiram treinamentos específicos, que são geralmente bastante caros, através do setor privado. PSCs podem prover a o conhecimento técnico necessário para o uso de equipamentos militares mais sofisticados, como veículos aéreos não-pilotados, ou mesmo assistência para o disparo de mísseis. A sofisticação de alguns sistemas de armas faz com que eles sejam operados por pessoas designadas exclusivamente para este fim. O emprego de contratistas nessas circunstâncias poderia significar um uso mais eficiente dos recursos estatais, já que os soldados regulares estariam livres para desempenhar outras funções. Um dos motivos que levava ao uso de mercenários na antiguidade era o fato de que esses homens estavam habituados a lidar com novas armas e tecnologias.

Finalmente, o emprego de forças privadas é cada vez mais uma necessidade do que uma simples forma de obter vantagens para diversos Estados e organizações nacionais e internacionais. Cada vez é mais difícil e mais caro para os governos manter seus exércitos regulares, uma vez que aumentam o número de conflitos prolongados, de operações de paz e

⁶³ As forças de manutenção da paz das Nações Unidas (em inglês *peacekeepers*) são forças militares multinacionais instituídas pela Organização das Nações Unidas com a aprovação e objetivos designados pelo Conselho de Segurança para atuar em zonas de conflito armado. Seus participantes são conhecidos como boinas azuis ou capacetes azuis, e geralmente são incumbidos de missões relacionadas ao monitoramento de cessar-fogos, retirada de tropas, entre outras.

de operações de reconstrução pós-guerra. A indústria das PSC/PMCs existe, portanto, para suprir a lacuna de segurança existente nessas zonas de conflito.

Apesar das PSC/PMCs já terem se tornado atores relevantes dos ambientes de conflito, e destarte a existência dessa necessidade pelos serviços que prestam, o emprego dessas empresas implica também em uma série de desvantagens, tanto para o Estado que as contrata, quanto para os níveis de controle do uso da força no sistema internacional. Essas desvantagens podem ser reunidas em duas categorias distintas. Primeiro, há aquelas causadas pela falta de controle estatal sobre o uso da força. A inexistência de dispositivos jurídicos nacionais ou internacionais capazes de controlar a atuação dessas companhias é central para a compreensão desse ponto. Somente dois Estados – Estados Unidos e África do Sul – possuem legislações domésticas regulando o uso da segurança privada.⁶⁴ O sistema norte-americano é baseado em um modelo regulatório que requer que as PSC/PMCs estejam licenciadas para que possam atuar, semelhantemente ao que ocorre com as exportações de armamento. O sistema sul-africano, por seu turno, é um pouco mais proibitivo, e tenta evitar que empresas nacionais operem no exterior. A situação se agrava a partir do momento em que não existem convenções internacionais ou resoluções da ONU tratando do assunto.

Dessa falta de regulação, emergem duas dificuldades principais. A primeira é que mesmo em situações onde as PSC/PMCs comprovadamente cometeram alguma violação da norma jurídica, elas dificilmente serão levadas à justiça. Quando soldados regulares cometem crimes, há um sistema claro para lidar com as infrações⁶⁵; quando contratistas os cometem, não. Essa situação é bem ilustrada pela participação de soldados privados nos casos de abuso a prisioneiros da prisão iraquiana de Abu Ghraib. Enquanto punições foram aplicadas aos militares regulares envolvidos no escândalo, até o momento nenhum privado respondeu pelo caso. As diferenças no nível de *accountability*⁶⁶ entre militares e privados tem implicações também no que diz respeito à efetividade operacional. Em uma situação na qual a resistência da população local à presença de tropas estrangeiras tende a ser facilmente inflamada por alegações de má conduta dos militares, a existência de um grande número de pessoas

⁶⁴ A legislação norte-americana sobre o emprego das PSC/PMCs baseia-se no regulamento do exército *Contractors Accompanying the Force*. Na África do Sul, o marco regulatório denomina-se *Regulation of Foreign Military Assistance Act*.

⁶⁵ A Convenção de Genebra de 1949 estabelece as diretrizes a serem utilizadas no caso de violações dos direitos humanos cometidas por combatentes em períodos de guerra.

⁶⁶ O termo *accountability* não possui tradução exata para o português, mas remete à obrigação de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados.

desvinculadas da cadeia de comando das forças armadas nas áreas de conflito pode prejudicar os esforços oficiais de pacificação da região.

A segunda dificuldade oriunda da falta de regulamentação sobre o emprego das PSC/PMCs diz respeito as diferentes formas com que elas podem ser utilizadas por diferentes Estados. Um Estado que tem pleno controle sobre suas Forças Armadas e que tem a capacidade de prover sua própria segurança faz uso dos privados para aumentar seus níveis de segurança. Por outro lado, um Estado, que não exerce controle suficiente sobre suas Forças Armadas e é incapaz de prover a segurança de que necessita, emprega os privados esperando que a partir deles consiga obtê-la. Se um Estado não possui um sistema jurídico funcional, será ainda mais difícil responsabilizar as PSC/PMCs pelas suas próprias ações. Ademais, se a segurança de um Estado é totalmente baseada em privados, pode ser difícil para ele desenvolver as capacidades necessárias para provê-la por si próprio, o que o torna dependente das empresas privadas. Na ausência de um marco regulatório efetivo, problemas de controle estatal podem, portanto, ser mais contundentes.

Uma desvantagem adicional do uso dessas empresas é ilustrada pelo complexo sistema de subcontratações e provisão de segurança atualmente em curso no Iraque. O grande número de contratistas atuantes no país faz com que a natureza de seus clientes seja bastante variada. Existem firmas subcontratadas pelo próprio setor privado, pela mídia, e pelo terceiro setor, além daquelas que obviamente trabalham para Estados soberanos. Tamanho é o número de agentes privados trabalhando no Iraque – algo entre 15 e 30 mil – que as cadeias de comando e responsabilidade tornam-se muito difíceis de distinguir. Se um subcontratado causa algum problema, quem deve ser julgado responsável?

O grande número de trabalhadores privados no Iraque agrava a já bastante complexa situação vivida pelo país. Em março de 2006, oficiais da empresa Al Rawafid Security Co. foram surpreendidos em Bagdá por homens vestindo uniformes do Ministério do Interior; na ocasião, 50 oficiais de segurança foram seqüestrados. A Al Rawafid tinha contratos com diversas empresas, incluindo a Iraqna, que atua na área de telefonia móvel, e dependia em larga medida da mão-de-obra de ex-oficiais do regime de Saddam Hussein. O ministro do interior anunciou o seqüestro como um ato terrorista, mas não clarificou se os responsáveis eram de fato funcionários do Ministério ou não. A dúvida jamais foi esclarecida (GUNMEN..., 2006). A presença de tantas organizações provendo segurança no Iraque aumenta o número de pessoas armadas no campo de batalha, e, conseqüentemente, o número de “combatentes”, ainda que seja difícil discernir quem de fato se enquadra nessa categoria. O

crescimento das PSC/PMCs também significa a existência um número maior de alvos potenciais para os grupos insurgentes, como mostra o incidente com a Al Rawafid e o seqüestro e assassinato de quatro membros da Blackwater em 2004.⁶⁷

Parece estranho, em um ambiente de guerra complexo como o Iraque, privatizar a segurança através de um número tão grande de contratos e subcontratos e permitir que um número tão grande de organizações faça o mesmo da maneira que bem entendem. Se um dos objetivos da missão no Iraque é evitar que atores não-estatais controlem os meios de violência no país, o uso contínuo de forças privadas facilita o seu emprego por esses mesmos atores. Há, portanto, uma evidente contradição em permitir a atuação de privados no Iraque tendo em vista a necessidade de controle dos meios de coerção no país.

Uma última desvantagem relativa ao controle estatal, ou a falta dele, advém da idéia de que o uso de forças privadas reduz a autoridade do governo sobre a decisão de se fazer ou de se continuar a guerra. Enquanto a capacidade de se sustentarem as guerras por meio do emprego de PSC/PMCs aparece como uma vantagem para os governos, não tão claro que o emprego dessas firmas represente vantagens também aos cidadãos. Uma consequência do uso de PSC/PMCs é que menos militares precisam ser mobilizados para atuar no teatro de operações. Com a necessidade de se mobilizar um número menor de soldados, a decisão de entrar em guerra ou de permanecer nela pode ser mais fácil para os governantes. Haverá menos baixas militares, o que aliviará o peso das estatísticas frente a opinião pública, recursos poderão ser melhor alocados e os problemas de recrutamento tendem a diminuir. Mas convencer as pessoas de que o sacrifício de soldados vale uma guerra e que esses sacrifícios são necessários para que ela se sustente é um dos maiores mecanismos democráticos para o controle do uso da força por parte dos Estados. Conseqüentemente, a contratação de PSC/PMCs diminui esse controle e pode representar uma grande desvantagem para as populações de países democráticos que se opõem à guerra.

O segundo conjunto de desvantagens que advém do uso indiscriminado de PSC/PMCs diz respeito às dificuldades causadas pelo crescimento inerente da indústria. O primeiro obstáculo é justamente esse crescimento que, descontrolado, agrava os problemas levantados anteriormente. Outro obstáculo advém do fato das atuais PSC/PMCs dependerem, na sua maioria, da mão-de-obra especializada oriunda de países da *Commonwealth* britânica,

⁶⁷ Em 31 de março de 2004, insurgentes iraquianos atacaram um comboio de suprimentos conduzido por soldados da empresa privada Blackwater USA em Fallujah. Quatro contratistas foram mortos na ocasião, e seus corpos foram pendurados e expostos em uma ponte da cidade.

dos Estados Unidos e dos demais países de língua inglesa. É de se esperar que haja cada vez menos pessoas sob essas condições disponíveis para trabalhar em lugares como o Iraque e o Afeganistão, já que o próprio crescimento da indústria acabará por esgotar as fontes de recrutamento. Conseqüentemente, é cada vez mais comum encontrar anúncios de empregos oferecidos por PSC/PMCs em países como Uganda, Fiji, Ucrânia e outros Estados da antiga área de influência soviética. O resultado disso é que não há garantias de que as tropas recrutadas nesses lugares detenham os mesmos conhecimentos sobre o uso apropriado da força que os seus semelhantes mais antigos. Isso também afeta uma das principais características pelas quais as PSC/PMCs promovem os seus serviços, que é justamente o alto nível de especialização de seus empregados. Com o crescimento da indústria, é de se esperar que os contratados tenham cada vez menos experiência, o que pode gerar uma série de problemas futuros.

5. CONCLUSÃO

O fenômeno do mercenarismo ressurgiu sempre em momentos de crise sistêmica. Na Guerra dos Trinta Anos, a luta dos mercenários marcou a emergência da hegemonia holandesa em detrimento do Império Habsburgo e da Espanha que, incapazes de suprir sua própria segurança, delegaram-na às mãos de homens como Albrecht von Wallenstein e Johan Tserclaes. Na guerra, foram soberanos os Estados que conseguiram aliar as novas tecnologias oriundas da revolução militar com a organização de exércitos regulares capazes de suportar a fricção e o atrito do campo de batalha. Enquanto as tropas mercenárias mostravam-se indisciplinadas, ambiciosas e infiéis, os exércitos de Gustavo Adolfo foram capazes, muito graças à genialidade de seu comandante, de se organizar de maneira a adaptar às suas próprias condições os preceitos básicos do holandês Maurício de Nassau – treinamento, coesão, logística e mobilidade –, e assim vencer decisivas batalhas. Maquiavel, afinal, estava certo ao afirmar que um dos principais alicerces de qualquer Estado é um bom exército. Sem ele, os governos jamais gozam de estabilidade e segurança, ficando à mercê de seus inimigos.

Quatro séculos depois, o mundo vive mais um momento decisivo. Uma nova crise hegemônica teve início a partir da década de 1970 e vem se alongando até hoje. A Guerra do Vietnã marcou o início de um período no qual os Estados Unidos teriam de se superar a fim de evitar o próprio declínio. O fim da União Soviética trouxe aos americanos a *belle époque* que os neoconservadores necessitavam para acreditar que o mundo estava ainda sob as mãos da América. Os últimos dez anos do século XX foram marcados por mudanças tão profundas na lógica militar dos Estados Unidos que somente uma nova guerra no Iraque seria capaz de mostrar ao mundo que a Revolução nos Assuntos Militares fora construída sobre bases equivocadas.

O surgimento de um novo inimigo após o 11 de setembro deu uma nova roupagem à guerra. O moderno ambiente de conflito seria complexo, e a guerra, irregular. Nesse sentido, aos Estados Unidos, que uma década antes havia previsto guerras futuras baseadas em tecnologias tão complexas que só eles próprios seriam capazes de possuí-las, viu-se obrigado a recorrer aos serviços de mercenários. Dessa vez, contudo, os soldados da fortuna assumiram a alcunha de Empresas de Segurança e Empresas Militares Privadas. Organizaram-se de tal forma que passaram a constituir a segunda maior força em operação no Iraque. A idéia dos Estados Unidos era que, face aos desafios lançados pela guerra irregular complexa, os contratistas pudessem ser mais eficientes em campo de batalha do que os “garotos” de seu próprio exército. Isso por que o atrito tornou-se tão violento no Iraque que nos três primeiros

anos de conflito o número de baixas crescia de maneira assustadora ao mesmo tempo em que cada vez menos pessoas estavam dispostas a dar suas vidas por uma guerra que já era repudiada por todo o mundo.

Mas não foi bem isso o que ocorreu. Se por um lado o governo pôde economizar seus recursos investindo generosas quantias em agentes de segurança privados, por outro lado esses agentes se mostraram tão, ou ainda menos, incapazes de lidar com as dificuldades do Iraque. O número de insurgentes cresceu, e os privados viram-se envolvidos em escândalos que chamaram a atenção do público quanto aos seus métodos de atuação utilizados na guerra. De fogo contra civis a acusações de tortura a prisioneiros, a comunidade internacional está cada vez mais preocupada com as implicações que o emprego de PSC/PMCs pode trazer. Nesse contexto, ressurgem o fantasma do mercenarismo e da destruição e violência que os soldados da fortuna são capazes de levar ao ambiente de conflito.

O que representa, portanto, o emprego dessas empresas? *Falta de controle estatal ou gestão eficiente do atrito?* A pergunta permanece sem uma resposta clara, e deve ser respondida por partes. Ao que tudo indica, há sim uma falta de controle dos Estados sobre as ações das PSC/PMCs, sobretudo se considerarmos que apenas dois Estados já possuem marcos regulatórios internos para tratar do assunto. Por outro lado, será então que os soldados privados são hoje capazes de suportar a fricção e o atrito da guerra? As dificuldades abordadas anteriormente parecem apontar, mais uma vez, para a incapacidade dos contratistas de lidar com a realidade do conflito. O número de baixas relativas entre os privados ilustra a situação. De 2003 até hoje, foram registradas a morte de cerca de mil privados (IN OUTSOURCED..., 2007) em solo iraquiano.⁶⁸ O número parece pequeno se comparado ao número total de homens atuando no país – algo entre dez e trinta mil –, mas se o comparamos ao número de baixas das forças americanas regulares, quatro mil, de um total de 130 mil homens (GLOBAL SECURITY, 2008), ele se torna bastante representativo.

Mas se a lista de problemas que surge do uso indiscriminado dessas empresas parece anunciar um futuro negro para a indústria da segurança privada, ao mesmo tempo, esses problemas poderiam ser resolvidos a partir da criação de instrumentos legais capazes de estabelecer as diretrizes básicas para o funcionamento das PSC/PMCs. Nesse sentido, certos países já vêm trabalhando a fim de tentar regular a atuação das firmas.

⁶⁸ Tratam-se de números não oficiais, uma vez que as baixas privadas não são contabilizadas por nenhuma autoridade norte-americana.

A Grã-Bretanha lançou em 2003, talvez em virtude das operações da Coalizão no Iraque, um *Green Paper* que delineou uma série de recomendações e defendeu a necessidade de que sejam criados dispositivos jurídicos para o controle das PSC/PMCs. A iniciativa ficou por aí. Abrir o debate parece arriscar certos interesses políticos, sobretudo depois dos incidentes ocorridos com a Sandline na África, em 1998.⁶⁹ Enquanto isso, as empresas baseadas no país são fervorosas defensoras de um possível processo de regulamentação, afirmando que empresas legítimas só têm a se beneficiar da situação. A Associação Britânica das Empresas de Segurança Privada, *British Association of Private Security Companies* (BAPSC), foi criada em 2006 e é a principal responsável pelo *lobby* em favor da ação.

Nos Estados Unidos, pouco se fala sobre a criação de dispositivos jurídicos de regulamentação dos contratistas. Destarte a iniciativa do GAO, que em 2005 publicou um relatório que, entre outras medidas, sugeria que padrões mínimos devem ser estabelecidos para os privados, assim como níveis mínimos de treinamento e dispositivos para avaliar e medir os custos econômicos reais de se privatizar a segurança, além de esclarecer de uma vez por todas as relações e responsabilidades entre as forças militares regulares e as contratadas, os americanos parecem satisfeitos com a manutenção do *status quo* no que tange a questão. A situação não é de espantar, visto que grande parte das PSC/PMCs é baseada no país.

Dentro da ONU, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, *United Nations High Commissioner for Refugees* (UNHCR), é o órgão que vem demonstrando maior atenção à questão dos mercenários já há algum tempo. A Comissão costumava ser responsável pelo *UN Special Rapporteur on Mercenaries*, substituído em 2005 pelo Grupo de Trabalho Sobre Mercenários, *Working Group on Mercenaries*. Os antigos *Special Rapporteurs* tinham visões bastante diferentes sobre o tratamento a ser destinado a esses atores, o que dificultou as tentativas da ONU de desenvolver algum tipo de documento sobre o tema. Enquanto Enrique Ballesteros adotava uma posição estritamente contrária ao emprego de soldados da fortuna, que comparava às PSC/PMCs, Shaesta Shameem tinha uma visão um pouco mais aberta sobre o assunto, e propunha o uso das forças privadas sob certas circunstâncias. Atualmente, apesar do Grupo de Trabalho trabalhar em favor do fortalecimento do direito internacional sobre o uso da força privada, seu foco é voltado estritamente para o fenômeno dos mercenários. Isso significa dizer que ignoram a necessidade

⁶⁹ Em 1998 a Sandline foi acusada de violar o embargo instaurado pelo Conselho de Segurança da ONU (S/RES/1132) que proibia a entrada de armas em Serra Leoa. A ação teria recebido o aval do governo britânico, o que gerou ainda mais polêmica entre a comunidade internacional. Um ano depois, o ex-militar responsável pela operação, Tim Spicer, deixaria seu cargo na Sandline.

de se buscar uma regulação internacional exclusiva para as PSC/PMCs, mesmo que tudo indique a existência de diferenças importantes entre ambos os atores. Essa postura desfavorece uma possível ação conjunta entre a ONU e as empresas privadas, uma vez que estas buscam desvincular sua imagem da dos mercenários, dado o caráter negativo que o termo adquiriu. Adicionalmente, o Departamento de Operações de Paz da ONU, *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO), também vem examinando as possibilidades de um emprego mais maciço de contratistas em suas futuras operações. Por hora, contudo, o DPKO não abordou aspectos relativos à provisão de segurança.

Finalmente, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, *International Committee of the Red Cross* (ICRC), tem sido um ator importante para a evolução do debate acerca a regulamentação das PSC/PMCs. Em conjunto com o governo suíço, o ICRC tem publicado uma série de estudos voltados à apreciação da questão dos contratistas sob a lógica da regulamentação.

Como se pode ver, ainda há muito a ser feito pela comunidade internacional até que as PSC/PMCs sejam reguladas, tanto nacional quanto internacionalmente. Enquanto isso não ocorre, as empresas deverão continuar enfatizando a sua relevância para o suprimento de funções que não de combate nos teatros de operação. Ao mesmo tempo, espera-se que tanto a demanda quanto a oferta por seus serviços cresça nos próximos anos. Isso porque as firmas devem passar a oferecer outros tipos de benefícios aos governos, como aqueles relacionados à governança e desenvolvimento, ao mesmo tempo em que os estendem para áreas não conflituosas.

Por outro lado, enquanto a situação no Iraque permanece agravada e os Estados Unidos são incapazes de deixar o país, as PSC/PMCs continuarão a ser uma opção para o governo. Muito embora a Guerra do Iraque tenha se revelado uma sucessão de decisões errôneas, um atoleiro ainda pior do que foi o Vietnã, a privatização dos serviços de segurança é uma tendência que veio para ficar.

6. REFERÊNCIAS

ADAMS, Thomas K. The New Mercenaries and the Privatization of Conflict. In: **Parameters**. Carlisle, v. 29, n. 2, p. 103-116, 1999. US Army War College.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder, e as Origens do Nosso Tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ARON, Raymond. **Pensar a Guerra, Clausewitz: a Era Européia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

ASHWORTH, Tony. **Trench Warfare 1914-1918: the Live and Let Live System**. New York: Holmes & Meier, 1980.

ATKINSON, John W. **An Introduction to Motivation**. Princeton: Van Nostrand, 1964.

AVANT, Deborah. Privatizing Military Training. In: **Foreign Policy in Focus**. v. 7, n. 6, maio 2002.

_____. **The Market for Force**. New York: Cambridge University Press, 2005.

AZZELLINI, Dario; KANZLEITER, Boris (Org.). **La Privatización de las Guerra\$**. Cochabamba: Centro de Documentación e Información Bolívia, 2005.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano: da Guerra Contra a Espanha à Guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BAYLIS, John; COHEN, Eliot; GRAY, Colin; WIRTZ, James. **Strategy in the Contemporary World: an Introduction to Strategic Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

BAYNES, John. **Morale: a Study of Men and Courage**. New York: Frederick A. Praeger, 1967.

BEYANI, Chaloka; LILLY, Damian. **Regulating Private Military Companies: Options for the UK Government**. London: International Alert, 2001.

BRITISH FOREIGN AND COMMONWEALTH OFFICE. **Ninth Report of the Foreign Affairs Committee: Private Military Companies Session 2001-2002**. Disponível em: <http://www.fco.gov.uk/resources/en/pdf/pdf5/fco_pdf_cm5642_govtreponsepmc>. Acesso em 30 ago. 2008.

BRITISH HOUSE OF COMMONS. **Private Military Companies: Options for Regulation**. London: The Stationery Office, 2002. Disponível em: <http://www.fco.gov.uk/resources/en/pdf/pdf4/fco_pdf_privatemilitarycompanies>. Acesso em 30 ago. 2008.

CARNEIRO, Henrique. Guerra dos Trinta Anos. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 163-187.

CAMERON, Lindsey. Private Military Companies and their Status Under International Humanitarian Law. In: **International Review of the Red Cross**. v. 88, n. 863. set. 2006.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **A Campanha de 1812 na Rússia**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **Arte e Ciência da Guerra**. [s.l]: Maria da Fonte, 1973.

_____. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DRUCKER, Eugene. **The Effects of Sleep Deprivation on Performance Over a 48-Hour Period**. Washington: George Washington University, Human Resources Research Office, 1969.

DUNNIGAN, James F. **How to Make War: a Comprehensive Guide to Modern Warfare in the Twenty-First Century**. New York: HarperCollins, 2003.

GABRIEL, Richard A.; SAVAGE, Paul L. **Crisis in Command: Mismanagement in the Army**. New York: Hill e Wang, 1979.

GALLIANO, Alfredo Guilherme. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

GAXOTTE, Pierre. **Histoire de l'Allemagne**. Paris: Flammarion, 1963, v. 1.

GILBERT, Adrian. **Enciclopédia das Guerras: Conflitos Mundiais Através dos Tempos**. São Paulo: M. Books, 2005.

GLOBAL SECURITY. Disponível em: www.globalsecurity.org. Acesso em: 14 set. 2008.

GUERRA Contra o Terrorismo não Terminou, diz Bush. **BBC Brasil**, 2003. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2003/030502_bush2rg.shtml>. Acesso em: 24 out. 2008.

GULAM, Hyder. **The Rise and Rise of Private Military Companies**. United Nations Institute for Training and Research Programme of Correspondence Instruction. aug. 2005.

GUNMEN Kidnap Up to 50 at Iraq Security Firm. **MSNBC**, 2006. Disponível em: <<http://www.msnbc.msn.com/id/11721949/>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

HARTUNG, Fritz. **Historia de Alemania en la Epoca de la Reforma, de la Contrarreforma y de la Guerra de los Treinta Años**. México: Editorial Hispano-Americana, tomo IV, 1964.

HENNESSEY, Kathleen. **A Contract to Spend**. Disponível em: <<http://www.motherjones.com/news/feature/2002/05/halliburton.html>>. Acesso em: 14 set. 2008.

IISS. Complex Irregular Warfare: the Face of Contemporary Conflict. In: **The Military Balance 2005**. London: Routledge, 2006. p. 411-429.

_____. Complex Irregular Warfare: the Privatisation of Force. In: **The Military Balance 2006**. London: Routledge, 2007. p. 411-416.

IN OUTSOURCED US Wars, Contractor Deaths Top 1,000. **Reuters**, 2007. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/politicsNews/idUSN0318650320070703?sp=true>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

KAGAN, Frederick W. **Guerra e o Pós-Guerra**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Político-Estratégicos, 2003.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KELLET, Anthony. **Motivação para o Combate: o Comportamento do Soldado na Luta**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

KIDWELL, Deborah C. **Public War, Pprivate Fight? The United States and Private Military Companies**. Fort Leavenworth: Combat Studies Institute Press, 2005.

KITCHEN, Martin. **The Cambridge Illustrated History of Germany**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

LANNING, Michael Lee. **Mercenaries**. New York: Presidio Press, 2005.

LEANDER, Anna. **Eroding State Authority? Private Military Companies and the Legitimate Use of Force**. Roma: Centro Militare di Studie Strategici, 2006.

LEE, Stephen J. **A Guerra dos Trinta Anos**. São Paulo: Atica, 1994.

MAQUIAVEL. **A Arte da Guerra**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

_____. **O Príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

MÜNKLER, Herfried. **The New Wars**. Cambridge: Polity Press, 2005.

_____. The Wars of the 21st Century. In: **International Review of the Red Cross**. v. 85, n. 849. mar. 2003.

NUMERIANO, Roberto. **O Que é Guerra**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

O'BRIEN, Kevin A. PMCs, Myths and Mercenaries: the Debate on Private Military Companies. In: **Royal United Service Institute Journal**. fev, 2000.

_____. What Should and What Should Not be Regulated. In: **From Mercenaries to Market: The Rise and Regulation of Private Military Companies**. CHESTERMAN, Simon; LEHNARDT, Chia (Org.). Oxford University Press, 2007, p. 29-48.

ORGANISATION OF AFRICAN UNITY. **OAU Convention for the Elimination of Mercenarism in Africa**. Disponível em: <http://www.africa-union.org/official_documents/Treaties_%20Conventions_%20Protocols/Convention_on_Mercenaries.pdf>. Acesso em: 14 set. 2008.

PARKER, Geoffrey. **The Cambridge Illustrated History of Warfare**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PELTON, Robert Young. **Licensed to Kill: Hired Guns in the War on Terror**. New York: Three Rivers Press, 2006.

RAPOPORT, Anatole. Prefácio. In: CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. XI-XCIII.

ROSEN, Fred. **Contract Warriors: How Mercenaries Changed History and the War on Terrorism**. New York: Alpha Books, 2005.

SCAHILL, Jeremy. **Blackwater: the Rise of the World's Most Powerful Mercenary Army**. New York: Nation Books, 2007.

SCHRADER, Esther. US Companies Hired to Train Foreign Armies. **Los Angeles Times**. [Los Angeles], 13, abr. 2002. Disponível em: <<http://articles.latimes.com/2002/apr/14/news/mn-37825>>. Acesso em: 14 set. 2008.

SIGIR. **Quarterly Report to the United States Congress July 30, 2008**. abr. 2008.

_____. **Quarterly Report to the United States Congress April 30, 2008**. jul. 2008.

_____. **Quarterly Report to the United States Congress October 30, 2008**. out. 2008.

SINGER, Peter W. **Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Military Industry**. New York: Cornell University Press, 2008.

SLIM, William. **Defeat Into Victory**. London: Cassel & Co, 1956.

SNOW, Donald M. **Uncivil Wars: International Security and New Internal Conflicts**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1996.

SUN TZU. **A Arte da Guerra**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

THE WHITE HOUSE. **President Delivers State of the Union Address**. New York: Office of the Press Secretary, 2002. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>. Acesso em: 23 out. 2008.

_____. **President's Remarks at the United Nations General Assembly.** New York: Office of the Press Secretary, 2002. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/09/20020912-1.html>>. Acesso em: 23 out. 2008.

_____. **President Says Saddam Hussein Must Leave Iraq Within 48 Hours.** New York: Office of the Press Secretary, 2003. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030317-7.html>>. Acesso em: 23 out. 2008.

THOMSON, Janice. **Mercenaries, Pirates and Sovereigns: State-Building and Extraterritorial Violence in Early Modern Europe.** Princeton: Princeton University Press.

TORRES, João Carlos Brum. **Maquiavel e a Arte da Guerra.** In: MAQUIAVEL. **A Arte da Guerra.** Porto Alegre: L&PM, 2008.

UESSELER, Rolf. **La Guerra Como Negocio: Como las Empresas Militares Privadas Destruyen la Democracia.** Bogota: Grupo Editorial Norma, 2007.

US DEPARTMENT OF DEFENSE. **US Department of Defense's 2006 Quadrennial Review.** Washington, 2006.

US ARMY. **Army Regulation 715-9: Contractors Accompanying the Force.** Disponível em: http://www.army.mil/usapa/epubs/pdf/r715_9.pdf. Acesso em 30 ago. 2008.

US NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. **Mapping the Global Future.** Pittsburgh: Government Printing Office, 2004.

UNITED NATIONS. **International Convention against the Recruitment, Use, Financing and Training of Mercenaries.** UN Doc. A/RES/44/34, 4 December 1989. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/44/a44r034.htm>>. Acesso em: 23 out. 2008.

_____. **The Right of Peoples to Self-Determination and its Application to Peoples Under Colonial or Alien Domination or Foreign Occupation.** UN Doc. E/CN.4/1999/11, 13 January 1999. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/ab78acfb0828505780256737003f82a4>>. Acesso em: 23 out. 2008.

_____. **Use of mercenaries as a means of violating human rights and impeding the exercise of the right of peoples to self-determination.** UN Doc. A/55/334 Disponível em: <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/626/02/PDF/N0062602.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 23 out. 2008.

_____. **Protection of civilians in armed conflict: Report of the Secretary-General on the protection of civilians in armed conflict.** UN Doc. S/PV.5781. Disponível em: <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/PRO/N07/605/03/PDF/N0760503.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 23 out. 2008.

_____. **Use of Mercenaries as a Means to Violate Human Rights and to Impede the Exercise of the Right of Peoples to Self-Determination.** UN Doc. E/RES/1986/43, 4 June 1986. Disponível em: <<http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/668/91/IMG/NR066891.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 23 out. 2008.

_____. **Right to Self-Determination, Threat of Mercenaries, Rise of Xenophobia Highlight Third Committee Discussion on Racism, Racial Discrimination.** UN Press Release GA/SHC/3376, 5 November 1996. Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/1996/19961105.gashc33.76.html>>. Acesso em: 23 out. 2008.

_____. **The Right of Peoples to Self-Determination and its Application to Peoples Under Colonial or Alien Domination or Foreign Occupation. Use of Mercenaries as a Means of Violating Human Rights and Impeding the Exercise of the Right of Peoples to Self-Determination: Report of the Special Rapporteur, Shaista Shameem.** UN Doc. E/CN.4/2005/14, 8 December 2004. Disponível em: <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/G04/167/92/PDF/G0416792.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 23 out. 2008.

VERKUIL, Paul R. **Outsourcing Sovereignty: Why Privatization of Government Functions Threatens Democracy and What We Can Do About It.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

VROOM, Victor H. **Work and Motivation.** New York: Wiley, 1964.

WAYNE, Leslie. America's For Profit Secret Army. **New York Times** [New York], 13 out. 2002. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9C06E7DF123AF930A25753C1A9649C8B63>>. Acesso em: 14 set. 2008.

WATTS, Barry D. Clausewitzian Friction and Future War. In: **McNair Paper 52.** Washington: Institute for National Strategic Studies, 1996.

WLIAMS, Paul (Org.). **Security Studies. An Introduction.** New York: Routledge, 2008.

WITHER, James K. European Security and Private Military Companies: the Prospects for Privatized "Battlegroups". **Quarterly Journal**, 2005.

ZABCI, Filiz. Private Military Companies: 'Shadow Soldiers' of Neo-Colonialism. In: **Capital & Class.** n. 92, p. 1-10. London: CSE/Capital & Class, 2007.